



# Agricultura Familiar:



Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

V. 17, nº 1, jan.- jun. 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS





Universidade Federal do Pará

**Reitor**

Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor**

Gilmar Pereira da Silva

**Instituto Amazônico de  
Agriculturas Familiares**

**Diretor-Geral**

Luis Mauro Santos Silva

**Diretora-Adjunta**

Soraya Abreu de Carvalho

**Programa de Pós-Graduação em  
Agriculturas Amazônicas**

**Coordenadora**

Monique Medeiros

**Vice-Coodenador**

César Augusto Martins de Souza

**Editores e Editoras**

Eduardo Justino Santana

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Iná Camila Ramos Favacho de Miranda

Kátia Barros Santos

Moacir José Moraes Pereira

Quimera de Moraes Peixoto

William Santos de Assis

**Editor-Gerente**

**SEER/OJS**

Cauã Victor Conceição da Silva

**Revisão de Abstracts**

Angela May Steward

**Bibliotecária**

Naiara Soraia Lisboa Lima

## **Conselho Editorial**

Ademir Antônio Cazella / UFSC, Brasil  
Alfio Brandeburg / UFPR, Brasil  
Christophe Albaladejo / INRA, França  
Delma Pessanha Neves / UFF, Brasil  
Edna Maria Ramos de Castro / UFPA, Brasil  
Eric Pierre Sabourin / CIRAD, França  
Eros Mussoi / UFSC, Brasil  
Jalcione Pereira de Almeida / UFRGS, Brasil  
Leonildes Medeiros / UFRRJ - CPDA, Brasil  
Lovois de Andrade Miguel / UFRGS, Brasil  
Luís Mauro Santos Silva / UFPA, Brasil  
Marcelo Carneiro / PPGCSOC/UFMA, Brasil  
Márcia Muchagata / MMA, Brasil  
Maria de Nazareth Baudel Wanderley / UFPE, Brasil  
Paulo Fernando da Silva Martins / UFPA, Brasil  
Philippe Léna / IRD, França  
Pierre Teisserenc / Université Paris XIII, França  
Ramonildes Alves Gomes / UFCG, Brasil  
Roberto Busto Cara / UNDS, Argentina  
Sérgio Roberto Martins / UFSC, Brasil



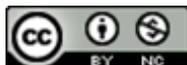
# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

Universidade Federal do Pará - UFPA  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF

Belém, PA  
2024



Distribuição gratuita desde que citada a fonte.



Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)  
Biblioteca do INEAF/UFPA

---

Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento /  
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas  
Familiars, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas  
Amazônicas. – v.1, n.1(1996). – Belém: UFPA, INEAF, PPGAA.  
Semestral  
ISSN 1414-1810

1. Agricultura familiar – Aspectos econômicos – Amazônia. 2.  
Agricultura familiar – aspectos ambientais – Amazônia. I.  
Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas  
Familiars. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas  
Amazônicas.

CDD – 22 ed. 338.109811

---

Universidade Federal do Pará - UFPA  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF  
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA

Universidade Federal do Pará  
Rua Augusto Corrêa, 01 - Campus Universitário do Guamá  
CEP 66075-900 Belém-PA  
Fone: (91 ) 3201 -8010 / 3201 -7913  
<http://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/>  
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar>  
e-mail: [ppgaa@ufpa.br](mailto:ppgaa@ufpa.br) / [comunicaineaf@ufpa.br](mailto:comunicaineaf@ufpa.br)

Projeto Gráfico: Moacir José Moraes Pereira  
Normatização: Naiara Soraia Lisboa Lima  
Foto da capa: Acervo do MCP

## EDITORIAL

Este volume 17 da Revista Agricultura Familiar - RAF (números 1 e 2) tem um caráter reflexivo declarado no primeiro dos artigos que apresenta, intitulado *A organização do trabalho e produção nos territórios rurais: uma análise das pesquisas da Revista Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento*. A resistência, resiliência e permanência deste empreendimento vem aqui analisadas com dados que permitem uma visualização crítica dos seus principais interesses e os esforços feitos para continuar produzindo o periódico ao lado e por dentro do Programa de Pós-graduação do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF.

A RAF vem atendendo a critérios internacionais de divulgação e bibliometria, pretendendo com suas publicações manter um diálogo atualizado com os autores e leitores que produzem e refletem sobre a importância da Pesquisa, Formação e Ações de Desenvolvimento, em particular na Amazônia, sem excluir territórios em que se possa ter afinidades sobre este assunto. A propósito, a problematização e densidade do conceito de território é seminal ao grupo que se estabeleceu como INEAF, partindo-se de um fundamento que é a produção de conhecimento a partir da vivência de campo e interação com a literatura pertinente. Esse aspecto vem, na maioria dos textos, explicitado com a citação do espaço físico em que se realizam os estudos tanto quanto é possível a identificação e delimitação temporal se observados os conceitos utilizados em cada um deles, varrendo desde a Amazônia, em sua maioria na porção oriental e, principalmente, no Estado do Pará, passando pela Bahia e indo ao Rio Grande do Sul. Deve-se notar o artigo intitulado *Reconfiguraciones de las dimensiones sociales y espaciales de la producción y circulación de bienes y servicios*, de caráter comparativo e internacional e que amplia essa territorialidade para a França, Uruguai e Argentina. Essas delimitações espaciais vem explicitadas na maioria dos artigos que trazem os seguintes títulos reveladores do que é analisado enquanto temas e em recortes temporais da atualidade: *A experiência da cooperativa de produtores familiares rurais de Pacajá com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*; *Diversidade das organizações econômicas da Agricultura familiar: o caso de dois territórios baianos* e *Agricultura familiar no Município de Morro Redondo-RS: experiências com o Projeto Quintais Orgânicos de frutas*; *Produção e qualidade de feijões cultivados no Alto Juruá*; *A participação favorece a implantação de um sistema integrado de produção de alimentos na etnia Xerente, Amazonia Legal, Brasil*; *Caracterização do manejo sanitário de aves caipiras em Sistemas de produção da agricultura familiar no Sudeste do Pará*; *Cooperativas da Agricultura Familiar no Pará e Beneficiamento Agroindustrial: estratégias para o fortalecimento da participação nos mercados*; *O agente de Desenvolvimento Rural no Mercado de Trabalho na Amazônia Oriental* e, por fim, *Ações coletivas e práticas sustentáveis na Agricultura Familiar: Experiências no Nordeste Paraense*.

Outra característica da Revista Agricultura Familiar é que ela reflete a interdisciplinaridade na formação dos seus autores e abordagens tanto do ponto de vista espacial como das categorias trabalhadas, conforme se pode atestar nas qualificações e temas explorados por eles. Entre os 9 artigos, 1 relato de experiência e uma resenha, temos desenvolvidos desde aspectos produtivos, socio econômicos, políticos e culturais, demonstrando-se o aspecto amplo das abordagens, mas todas ancoradas em uma preocupação com o campesinato em suas diversas formas de expressão, quais sejam indígenas, posseiros, assentados, ribeirinhos e quilombolas.

A ligação com a organização do trabalho e da representação dos diversos produtores envolvidos nas pesquisas é uma marca que atravessa toda a história do Instituto e dos pesquisadores nele formados, engajados e afinados com o escopo da RAF. Nesse sentido, cooperativas, sindicatos, associações, assentamentos e outras modalidades se fazem presentes como atores e agentes dos processos descritos e analisados, como se pode atestar desde os títulos dos textos aqui exibidos.

Faz-se questão de chamar a atenção para o fato de que artigos envolvendo profissionais envolvidos em cursos de graduação e pós graduação revelam a preocupação e investimento na formação de massa crítica sobre as Agriculturas Familiares e o debate sobre o desenvolvimento ancorado nas perspectivas do campesinato organizado e ativo, elementos distintivos da essência do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares desde os seus primórdios que remontam a quatro décadas. Boa leitura e disposição para os debates!

#### **Os editores**

*Eduardo Justino Santana  
Flávio Bezerra Barros  
Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Iná Camila Ramos Favacho de Miranda  
Kátia Barros Santos  
Moacir José Moraes Pereira  
Quimera de Moraes Peixoto  
William Santos de Assis*

## SUMÁRIO

### Artigos

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DA REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ————— 9

*Tiago Corrêa Saboia, Richelly de Nazaré Lima da Costa, Anael Souza Nascimento*

POLÍTICAS PÚBLICAS, AUTONOMÍAS TERRITORIALES Y EQUILIBRACIÓN - “RECONFIGURACIONES DE LAS DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA PRODUCCIÓN Y CIRCULACIÓN DE BIENES Y SERVICIOS” ————— 33

*Pedro Carricart e Lilian Anabelle Ion*

A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DE PACAJÁ COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE ————— 57

*Denise Reis do Nascimento, Alcilene Magalhães Cardoso, Thaynara Cavalcante Veloso*

DIVERSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE DOIS TERRITÓRIOS BAIANOS ————— 70

*Philippe Jean Louis Sablayrolles, Maria Lúcia da Silva Sodrê, Clarice Hortêncica de Carvalho Almeida, Estêfnas Silva Dos Reis Conceição*

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO-RS: EXPERIÊNCIAS COM O PROJETO QUINTAIS ORGÂNICOS DE FRUTAS ————— 88

*Paulo Sergio Wiegand, Maria Regina Caetano Costa, Rérinton Joabél Pires de Oliveira, Luis Eduardo Akiyoshi Sanches Suzuki*

### Relato de experiência

AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS NO NORDESTE PARAENSE ————— 114

*Ludmila da Rocha Nogueira*

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES ————— 120

*Omar Machado de Vasconcelos, Eduardo Justino Santana, Hilton Lucas Gonçalves Durão*



# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DA REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## THE ORGANIZATION OF WORK AND PRODUCTION IN RURAL TERRITORIES: AN ANALYSIS OF RESEARCH FROM THE REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR RESEARCH, TRAINING AND DEVELOPMENT

Tiago Corrêa Saboia, Doutorando, PPGAA-UFPA, [tsaboia@ufpa.br](mailto:tsaboia@ufpa.br);

Richelly de Nazaré Lima da Costa, Mestre, PTDSA-UNIFESSPA, [limacostarn@gmail.com](mailto:limacostarn@gmail.com);

Anael Souza Nascimento, Doutora, PPGAA-UFPA, [eng.anael@gmail.com](mailto:eng.anael@gmail.com);

---

### Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar aspectos referentes à organização do trabalho e da produção nos territórios rurais e o papel das mulheres, a partir do levantamento da produção científica publicada na Revista Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento. Para isso, foi realizado a busca na base de dados da revista a partir de três descritores: “manejo de recursos”, “políticas públicas” e “mulheres”. Na etapa de busca foram considerados todos os volumes publicados entre os anos 1996 e 2021. A busca resultou em um total de 51 artigos de pesquisa referente aos descritores utilizados. Destes, foram selecionados 21 artigos que estavam alinhados com perspectiva de análise apresentada no presente estudo. A análise dos artigos fornece importantes elementos de discussão teóricos e, principalmente, práticos para construir compreensões acerca das diferentes estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida nos territórios rurais, dentre os quais, o trabalho coletivo configura como uma iniciativa para a superação das dificuldades impostas pelo capital.

### Palavras-chave

Estado da arte. Políticas públicas. Manejo. Mulheres.

### Abstract

This study seeks to analyze aspects relating to the organization of work and production in rural territories and the role of women, based on a survey of scientific literature published in the journal “*Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento*.” To do so, we conducted an analysis of the journal’s database using three keywords: “resource management”, “public policies” and “women”. The inquiry included all volumes published between 1996 and 2021. The search resulted in a total of 51 research articles relating to the above keywords. Of these, 21 articles were selected that align with this study’s objectives. The analysis provides important elements for theoretical and, above all, practical discussions to forge insights into the different strategies for organizing work and production and autonomy in rural territories, among which collective work is an initiative for overcoming the difficulties imposed by capitalistic frameworks.

### Keywords

Current work. Public policies. Management. Women.

## INTRODUÇÃO

Estudos envolvendo debates acerca das estratégias de organização do trabalho e da produção no contexto dos territórios rurais são importantes para compreensão da agricultura familiar a partir de uma perspectiva sócio produtiva. Nesse sentido, a ação coletiva tem como objeto as relações de trabalho no ambiente rural, é um desafio, visto que se trata de iniciativas complexas, mas passíveis de serem exercidas (Ostrom, 1990, Freeny *et al.*, 2001). Para tanto, é válido adentrarmos na esfera acadêmica que procura explicar distintas realidades, nos fornecendo elementos para interpretar as dinâmicas de trabalho na agricultura familiar.

No bojo dessas discussões, a partir do Estudo da arte, busca-se apresentar as contribuições das pesquisas científicas para a compreensão das estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida no território. Dessa forma, torna-se essencial buscar a articulação e a vinculação da discussão do trabalho nesses territórios com a discussão acerca das contribuições e limites das políticas públicas para o campo, do debate acerca do manejo de recursos e o papel das mulheres no trabalho nesses territórios.

Nesse sentido, tais discussões contribuem no debate para pensar as múltiplas relações das agriculturas de base familiar com o mercado sem afastá-las das características que vinculam o trabalho na terra à elementos da memória, tradição e identidades.

## METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico do tipo estado da arte do conhecimento de natureza qualitativa e analítica (Ferreira, 2002; Romanowski, Ens, 2006).

Para a construção do *corpus* de dados desse estudo, foi utilizada a base de dados do site da Revista Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento (RAF). A revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará e tem como linhas de debate a sustentabilidade da Agricultura Familiar no território amazônico, bem como, discutir dinâmicas econômicas e socioambientais da agricultura familiar. Atualmente a RAF conta com 15 volumes publicados referente ao período de 1996 até 2021, totalizando 120 artigos de pesquisas científicas publicadas (Tabela 1).



**Tabela 1:** Volume de publicações da RAF no período de de 1996 até 2021

Ano	Volume/ número	Título	Nº de pesquisas
1996	v. 1, n. 1	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e desenvolvimento	8
2000	v. 1, n. 2	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia - Nordeste)	5
2002	v. 1, n. 3	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental)	6
2004	v. 4, n. 4	Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar	14
2008	n. 5-8	Sem título	6
2009	n. 9	Sem título	6
2014	n. 10	Processos de Inovação Camponesa	6
2017	v. 11, n. 1	Indicadores multidimensionais e avaliação de agroecossistemas familiares: adaptação e aplicação do MESMIS em território brasileiro.	11
	v. 11, n. 2	Resistência de povos tradicionais	7
2018	v. 12, n. 1	Natureza, Agriculturas e Artes	8
	v. 12, n. 2	Sem título	6
2019	v. 13, n. 1	Sem título	6
	v. 13, n. 2	Sem título	12
2019	v. 14, n. 1	Sem título	9
	v. 14, n. 2	Sem título	9
2021	v. 15, n. 1	Dossiê - Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos	10
	v. 15, n. 2	Sem título	10
<b>Total de artigos de pesquisa da revista</b>			<b>120</b>

Fonte: Produzido a partir da base de dados da RAF.

Afim de evidenciar um panorama geral das pesquisas relacionados à organização do trabalho e da produção em territórios rurais suas tendências e suas principais considerações, optou-se pela utilização de três *descritores* para a busca na base de dados da RAF: i) *manejo de recursos*, ii) *políticas públicas* e iii) *mulheres*. Os descritores utilizados dialogam diretamente com a temática em questão e constituem-se elementos de grande importância no debate acerca da sustentabilidade e das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na Amazônia. Após a busca por meio dos descritores, realizou-se a etapa de pré-análise dos artigos na qual se avaliou, por meio dos títulos e resumos, se as pesquisas se alinhavam com os objetivos do presente estudo. Foram selecionados



artigos que dialogavam com estratégias de otimização das relações da agricultura familiar, privilegiando iniciativas de organização do trabalho e produção de forma coletiva. A busca na base de dados da revista a partir dos descritores resultou em 51 artigos e a partir destes foram selecionados 21 artigos, representando 17,5% do total das pesquisas publicadas pela RAF.

Na Tabela 2 é apresentado o quantitativo de artigos do resultado da busca na base de dados, bem como, o total de artigos resultado da etapa de pré-análise. Após a pré-análise seguiu-se a leitura de todos os artigos na íntegra com o objetivo de extrair informações referente ao contexto da pesquisa, tais como local no qual ela foi realizada e os atores envolvidos, bem como, as análises e implicações do contexto pesquisado para compreensão da organização do trabalho e da produção nos territórios rurais.

**Tabela 2:** Quantitativo de artigos de pesquisa por descritor.

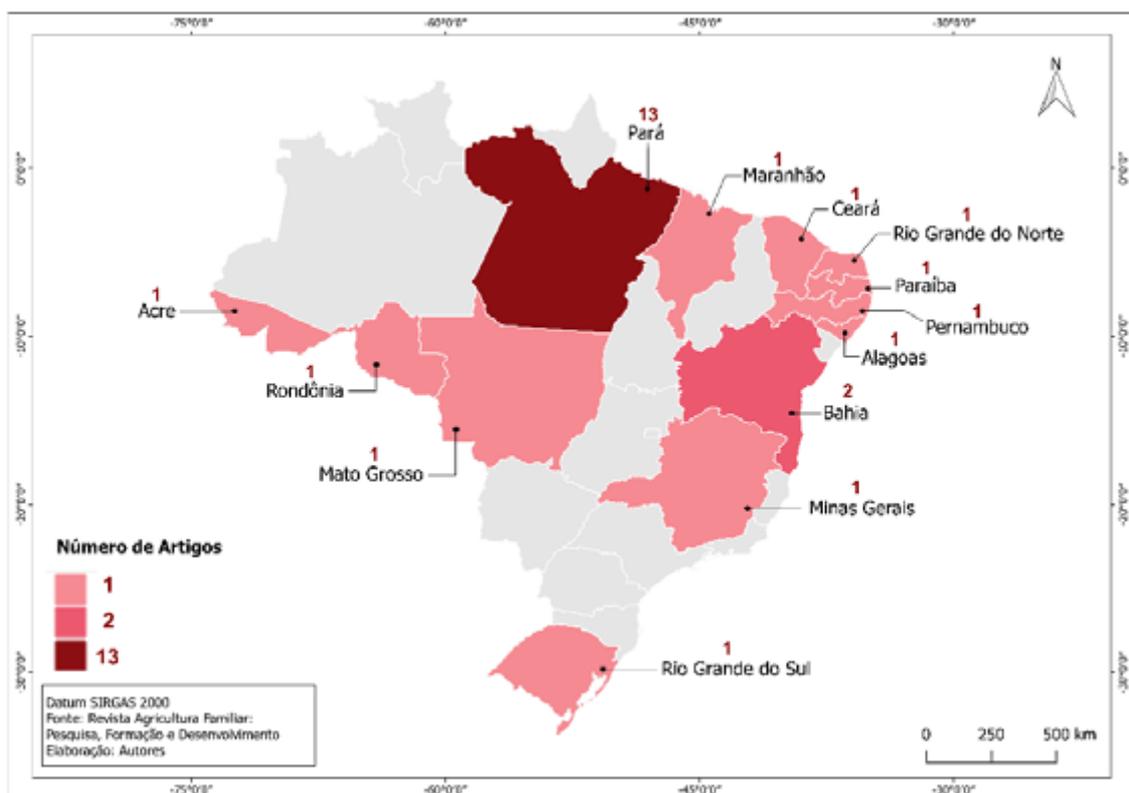
<b>Descritor</b>	<b>Resultado da busca</b>	<b>Pré-análise</b>
Manejo	19	6
Políticas públicas	24	9
Mulheres	8	6
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>21</b>

Fonte: Organizado a partir da base de dados da RAF.

Sobre os artigos analisados, importante destacar os diferentes contextos os quais as pesquisas foram desenvolvidas. Dos vinte e um (21) artigos selecionados na pré-análise, doze (12) são de pesquisas realizadas no Estado do Pará, quatro (4) de pesquisas realizadas na região nordeste do país (Maranhão, Bahia, Ceará), um (1) no centro-oeste (Mato Grosso) e uma (1) pesquisa na região sudeste (Minas Gerais).

A diversidade de contextos de pesquisa é fundamental para contribuir com os debates acerca da agricultura familiar a partir das diferenças regionais que marcam as relações sociais, culturais, ambientais e políticas em nosso país.

**Figura 1** - Mapa com os locais de pesquisa dos artigos selecionados para análise.



Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF.

## CARACTERIZANDO ALGUMAS EXPERIÊNCIAS ACERCA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO:

Neste tópico serão analisados os contextos de pesquisa dos artigos que buscaram discutir temáticas relacionadas ao manejo de recursos, políticas públicas e sobre a participação das mulheres na organização trabalho nos territórios rurais.

### MANEJO COLETIVO DE RECURSOS

A pesquisa buscou contribuir para o conhecimento das práticas de manejo coletivo dos recursos naturais nos 6 (seis) artigos encontrados no banco de dados da Revista de “Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento”. Nestes puderam ser identificadas iniciativas de manejo que estão em andamento, algumas obtendo mais sucesso que outras, mas todas no processo de construção/readaptação. Em relação ao descritor manejo coletivo a análise pauta-se nos fatores que motivam ou impossibilitam o

efetivo sucesso de extrativistas, pescadores e agricultores familiares em gerir os recursos naturais dos territórios as quais pertencem. De modo geral, os artigos abordam a relação que se tem entre instituições governamentais e moradores locais, sejam estas prósperas ou não.

No artigo de Ferreira (2017), que trata das dinâmicas da pesca na Reserva Extrativismo Marinha Caeté – Taperaçu - PA, a discussão é pautada nos problemas de manejo que a Resex tem encontrado, sobretudo devido os conflitos de apropriação do recurso pesqueiro a partir de relações/conexões sociais indesejadas (pescadores externos) no território. À princípio o texto aborda as dimensões implicadas na institucionalização da Resex e os direitos de ter um território reservado. Entre rios e mangues, são cerca de 42 mil hectares de área, que possuem regras tradicionais, as quais não estão escritas, mas que obedecem a um código de ética local em relação aos recursos naturais. No entanto, a expansão da pesca na localidade trouxe muitos conflitos haja visto que a atividade não é mais apenas executada por pescadores locais, outros atores sociais como, pescadores externos e grandes empresas começaram a explorar o recurso pesqueiro, acarretando em uma rápida diminuição da oferta de peixes. Atrelado a todas essas questões um dos maiores desafios está na organização participativa que faça sentido aos sujeitos sociais do território. Para garantir o controle sobre fatores externos, a atuação do Estado se articula de maneira fundamental, conforme abordado por Ostrom (1990).

A falha em não se ter um plano de manejo oficial e que atenda as realidades, ainda é uma lacuna na Resex, mais do que se ter um instrumento diretor, é preciso fortalecer a participação política formal que dialogue com os saberes, para que esses apontem para áreas mais frequentes de pesca, tipos de peixes e mariscos, apetrechos utilizados, ciclos lunares e de marés, necessidade de ajustes na organização social e etc. As populações locais conseguem fazer uma gestão dos recursos da pesca dentro da Reserva, no entanto, em se tratando de pescadores de fora o controle ao acesso a lugares livres fica mais difícil, pois são questões que remetem a recursos móveis (peixes e mariscos) que interessam a toda coletividade. Por se tratar de gestão compartilhada entre Estado (ICMBio) e a Associação local (ASSUREMACATA), muitos são os questionamentos de como essas instâncias podem defender os interesses coletivos.

Seguindo nessa mesma perspectiva temos o artigo de Tavares e Dias (2014), que analisa as modalidades de uso pesqueiros e os conflitos socioambientais existentes na



comunidade Pacuí de Baixo – Cametá – PA, e sua relação com os acordos de pesca, até então uma das principais estratégias de gestão. As queixas dos moradores locais quanto a diminuição da disponibilidade dos recursos iniciara bem antes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) na década de 80, pois a sobrepesca vinha sendo recorrente e com o grande projeto da UHT o problema ficou ainda mais acentuado. O comprometimento do meio ambiente ameaça diretamente a qualidade de vida das populações locais, pois em geral a biodiversidade é fonte de alimentação e renda.

Para tentar minimizar a problemática da descentralização da pesca e do modelo industrial que vinha se instaurando e afetando a comunidade, iniciativas foram tomadas primeiramente pelos próprios moradores, os quais usaram como estratégias acordos de pesca ou também chamados de acordos de preservação. Para o fortalecimento dessas regras, pescadores e instituições como o IBAMA apontaram normas de acesso, proibições de técnicas de pesca e divisão do recurso, estabelecendo assim formas participativas de manejo. Diferente da Resex Caeté – Taperaçu que possui algumas regras não escrita e sem plano de manejo, a comunidade Pacuí de Baixo tem construído um acordo que não é apenas para ser uma regulamentação, mas sim um sistema de gestão flexibilizado através de fóruns, tomadas de decisões, reuniões que atendam a cogestão entre IBAMA, ONGs e colônias de pescadores e incorporem aspectos sociais, culturais e econômicos.

Em contrapartida, durante a implementação do acordo de pesca em Pacuí de Baixo houve um período de crise, pois o receio de ficar sem o peixe ou se prejudicar com o “controle” do recurso era alto, o que gerou o efeito inverso ao objetivo do acordo de pesca, já que muitos ficaram estimulados a pescar mais e criou-se uma tensão, pois não respeitavam as regras construídas localmente. Todo o conflito instaurado durante o período de implementação do acordo gerou fragilidades e uma maior cobrança para o funcionamento dos órgãos de fiscalização e conscientização. A trama social continuou, mas também fez com que pescadores envolvidos se fortalecessem na organização e cooperação. Ostrom (1990) apresenta princípios fundamentais para o fortalecimento de instituições voltadas à gestão de Recursos Naturais (RN). Estes princípios, fundamentados em sua extensa pesquisa sobre os modelos de governança, oferecem diretrizes valiosas para a promoção da sustentabilidade e eficácia na administração de recursos compartilhados.

Os princípios propostos por Ostrom (1990) destacam a importância de estruturas institucionais que promovam a participação ativa dos envolvidos na tomada de



decisões relacionadas aos recursos naturais. Ela enfatiza a necessidade de considerar as particularidades locais e envolver as comunidades diretamente afetadas, reconhecendo que soluções eficazes muitas vezes emanam do conhecimento e envolvimento das partes interessadas locais.

O extrativismo animal praticado por diversos grupos sociais possui uma característica central, na qual o usufruto do recurso deve ser garantido a todos pertencentes do território ou de territórios vizinhos que estejam dentro dos acordos ou dos modos de vida representativos do local. Nesse sentido, são criadas regras e práticas sociais que corroborem com a dinâmica que é passada de geração em geração através da oralidade. No artigo de Pinto (2004), que discute a análise de incentivos institucionais no manejo participativo da fauna silvestre, sendo mais específico o caso do projeto Pé de Pincha, que visa assegurar o manejo extensivo de quelônios aquáticos em Terra Santa – PA, recurso primordial para as populações tradicionais, pois garante renda e é fonte de alimentação. O caso de Terra Santa, assim como o de Bragança e Cametá, vislumbrou chegar no acordo que discipline quanto ao uso coletivo dos pescados. O projeto “Pé de pincha” em apoio de ONGs, da prefeitura local, dos pescadores e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) visava um acordo usando estratégias da educação ambiental e adotando regras que disciplinem o consumo e ainda procurem atender à necessidade dos grupos locais que tenham menor grau de desenvolvimento de atividades econômicas, que não seja em relação aos quelônios. As regras internas nas comunidades vão do manejo participativo, fiscalização, preservação, saneamento básico, saúde e coleta de lixo.

É perceptível que as fragilidades são muito parecidas entre os artigos, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar e de que modo atuar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados não ultrapassam a advertência oral, na qual é explicada que o recurso deve ser usado com parcimônia, pois deles dependem para se reproduzir social, cultural e economicamente.

O artigo sobre manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira de Manuel Neto (2004), discorre sobre a participação e valorização dos saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos que ocorreram em Marabá – PA, Porto Dias – Ac e Rio Cautário – RO. As comunidades pertencentes ao projeto piloto de manejo possuem uma



organização social que culmina no uso sustentável dos recursos florestais, pois há grande preocupação em torno da alta atividade madeireira na região, por impactar negativamente o meio ambiente e estarem a margem da legislação florestal. O interesse acerca do recurso florestal disponível no território faz com que madeireiros tenham contato direto com os comunitários da região, em troca da madeira oferecem infraestruturas básicas como estradas, por exemplo. Portanto, essas relações são desfavoráveis ao grupo social local. A partir dessa recorrente exploração uma parceria foi criada entre organizações não governamentais e comunitários afim de criarem estratégias de conservação, e também como forma de pressionar o governo a criar um plano de manejo coletivo entre ribeirinhos, seringueiros e indígenas.

No caso do manejo florestal comunitário em Marabá - PA (3 comunidades), Assentamento Extrativista Porto Dias – AC e Reserva Extrativista do Rio Cautário - RO, os saberes locais não têm sido potencializados da forma que os grupos gostariam e afirmaram que apenas as questões técnicas e financeiras têm se sobressaído. Esses fatos acabam gerando desafios eminentemente sociais que precisam ser superados para não colocar em risco a sustentabilidade do projeto. Por isso, na discussão do artigo trata-se de exemplificar que as relações entre os interessados necessitam ser mais democráticas como conciliar os interesses dos envolvidos, a maior participação dos grupos locais em todas as fases do plano de manejo (elaboração, planejamento e avaliação das atividades), gestão dos recursos de acordo com as particularidades locais e o estabelecimento de mecanismos de gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios. Dessa forma, haveria uma redução nas dificuldades de resultados a curto-médio prazo.

No artigo de Albadalejo e Veiga (2002), os autores discutem a questão das condições de implementação de uma gestão concertada dos recursos naturais na Amazônia Oriental, onde o projeto de manejo florestal é organizado por agricultores familiares e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, apoiado por professores da Universidade Federal do Pará e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá – PA. A abordagem de “gestão concertada de recursos” no projeto PDA, mostra que a inserção de técnicos, pesquisadores e agricultores no mesmo processo, implicou em coletas, análises e experiências empíricas singulares. E a partir daí conseguem fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável, pois é necessário ultrapassar as barreiras da insensibilidade e mostrar uma maior preocupação na viabilidade e execução do projeto dentro das realidades vivenciadas



no território. As condições precisam cerca-se de abordagens complementares para medir os contextos de violências e dominação nessa dinâmica social, para que assim consigam projetar a utilização dos recursos da natureza. O PDA seguiu ainda mostrando “defeitos” ao longo da trajetória sobretudo na deliberação participativa, mas que aos poucos foi mostrando capacidades adaptativas e novas relações foram sendo construídas, pois agora a própria comunidade consegue tomar decisões frente a “estranhos (técnicos)”.

### POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR: SOBRE O QUE TRATAM AS PESQUISAS?

Até meados da década de 1990 a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar com a sua diversidade cultural, social e econômica foi negligenciada em vistas à modernização da estrutura de produção agropecuária para atender demandas de mercado (Silva, 2012). Nesse sentido, no contexto dos modos de viver e produzir nos territórios rurais, o debate acerca do tema das políticas públicas torna-se extremamente relevante porque inclui na discussão o papel do Estado enquanto agente da garantia da cidadania. Considerar as formas de agir do Estado na organização do trabalho não significa reduzir os protagonismos das populações nesses territórios. Pelo contrário, é o reconhecimento da importância das políticas sociais na ampliação das lutas pela garantia da autonomia da vida nos territórios cuja as economias são fortemente caracterizadas por atividades rurais.

A busca realizada no banco de dados da revista a partir do descritor “política pública” relacionou um total de vinte e quatro (24) artigos. Após a pré-análise dos materiais, foram excluídas pesquisas que não tratassem diretamente sobre políticas públicas no contexto prático da organização da produção e do trabalho na agricultura familiar. A partir disso, foram selecionados 9 artigos organizados em quatro sub-categorias quanto a natureza da análise realizada na pesquisa: i) contexto de implementação; ii) Análise de impacto; iii) Análise de decisões e iv) Análise acerca da agenda política. A tabela 3 apresenta um panorama geral dos artigos acerca de temáticas relacionadas à políticas públicas que foram selecionados para este estudo.

**Tabela 3:** Síntese das informações nas pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Subcategorias	Tema	Ano	Autores	Local da pesquisa
---------------	------	-----	---------	-------------------

Contexto de implementação	Programa Nacional de Alimentação Escolar	2021	Juliana Santos Mota, Daniele Wagner Silva, Daniela Pauletto	Santarém, PA
			Tanice Andreatta, Requiele Martins, Simone Bueno Camara, Elisangela Gelatti	Panambi-RS
			Isameriliam Rosalem Pereira da Silva, Andréa das Graças Ferreira Frazão, Ivanira Amaral Dias, Marcos Valério Santos da Silva, Claudia Daniele Tavares Dutra, Paula Valente Leão, Marcieni Ataíde Andrade	Nordeste paraense
Análise de impacto	PRONAF	2019	Maria Suzane Lavareda Oliveira, Luís Mauro Santos Silva	Tomé Açu – Pará
		2008	Luis Mauro Santos Silva, Sérgio Roberto Martins	Sudeste do Pará
		2019	Rejane Beatriz Mendes, Renato Linhares de Assis	Barão dos Cocais – MG
Participação em decisões		1996	Eric Sabourin, Pedro Carlos Gama da Silva, Patrick Caron	Juazeiro e Pintadas-BA e Tauá-CE

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

Sobre os artigos que discutem o contexto de implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar destacam-se as pesquisas acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As pesquisas de Mota *et al.* (2021), Andreatta *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) foram publicadas no Dossiê *Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos* evidenciando a importância de discutir e problematizar do ponto de vista teórico, mas principalmente empírico, as políticas públicas que dizem respeito à agricultura familiar. As pesquisas trazem para o diálogo as potencialidades e limitações do PNAE em três diferentes contextos, mas que em linhas gerais apontam para as mesmas dificuldades de implementação. Tais dificuldades estão relacionadas a problemas de infraestrutura e transporte das mercadorias mesmo quando os arranjos institucionais se mostraram mais fortalecidos, como é o caso do contexto investigado por Andreatta *et al.* (2021) no Estado

do Rio Grande do Sul.

Sobre os arranjos institucionais, Andreatta *et al.* (2021) relatam a participação de 32 famílias vinculadas a Associação de Agroindústrias Familiares de Panambi (AGRIFAMI) que fornecem produtos para o Programa. Para que seja possível essa ampla participação, os autores destacam o papel fundamental da EMATER-RS, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-RS) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na prestação de suporte técnico e organizacional para que os agricultores conseguissem acessar os mercados institucionais. A participação dos agricultores no contexto investigado mostra-se tão efetiva a ponto de os participantes mencionarem que o valor de R\$ 20.000,00 como valor máximo a ser comercializado por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) poderia ser ampliado.

Resultados semelhantes foram encontrados por Mendes e Assis (2019). Os autores também destacam a importância da assistência técnica e extensão rural via EMATER-MG na promoção do acesso às políticas públicas dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) tais como: PAA, PNAE, PRONAF e o Programa Minas Sem Fome (MSF). As possibilidades de comercialização relacionadas com o acesso aos mercados institucionais têm gerado melhorias na qualidade de vida aos agricultores familiares, vínculos associativos e até mesmo o retorno desses familiares a atividade agrícola.

Por outro lado, as pesquisas de Mota *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) evidenciam problemas na constituição dos arranjos institucionais e, conseqüentemente, maiores dificuldades da participação dos agricultores. A falta de articulação e diálogo entre os atores do processo e a pouca oferta de capacitações são consideradas pelos agricultores como importantes dificuldades enfrentadas.

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) as pesquisas de Silva e Martins (2008) e Lavareda e Silva (2019) discutem de que forma o programa afetou a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares nas regiões nordeste e sudoeste paraense.

Silva e Martins (2008) destacam a polissemia em torno do conceito de sustentabilidade assumida, inclusive, pelo Governo Federal. Nos documentos oficiais é possível perceber que compreensões pouco claras no que diz respeito a ideia de sustentabilidade e crescimento e, por vezes, o viés econômico mostra-se acima de demandas sociais e ambientais. A partir disso, apresentam uma análise aprofundada



acerca do acesso aos recursos do PRONAF comparando as diferentes regiões do Brasil, tamanho dos estabelecimentos e o processo de regularização fundiária. Destacam que naquela conjuntura, para que fosse possível conhecer os efeitos de políticas públicas como o PRONAF seria necessário compreender os seus impactos ou a partir de uma perspectiva econômica ou a partir de uma noção multidimensional. Na primeira, restringe-se a agricultura familiar às demandas de mercado, em contraste, na segunda o econômico é atrelado à aspectos sociais e ambientais na diversidade de agriculturas familiares.

O contraste apresentado por Silva e Martins (2008) é o ponto de análise central da pesquisa realizada por Lavareda e Silva (2019) na qual avaliaram a sustentabilidade em agroecossistemas que utilizaram a linha de crédito e agrossistemas que não acessaram nenhum tipo de financiamento. De modo geral, famílias que acessaram a linha de crédito conseguiram melhores resultados em termos de sustentabilidade em função da diversificação da produção, sendo os SAF'S a principal estratégia nesse sentido. No entanto, os autores destacam a contradição interna na concepção da política pública, uma vez que, linhas de crédito específicas incentivam a implementação de monocultivos em uma lógica voltada a mercados, como é o caso do PRONAF dendê.

As pesquisas apresentadas reforçam a importância do trabalho coletivo e do fortalecimento dos arranjos institucionais como estratégia de organização dos processos sócio produtivos na agricultura de base familiar. O acesso dos agricultores às políticas públicas de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar mostrou-se mais efetivo quanto mais forte fossem os vínculos entre os atores envolvidos. Nesse sentido, Sabourin *et al.* (1996) destacam que a condição de organização dos produtores, a parceria e alianças firmadas, bem como, os espaços de participação para a tomada de decisões sobre o planejamento em políticas de desenvolvimento municipais são elementos fundamentais para alinhar os interesses coletivos.

Desta forma, mesmo que políticas públicas incentivem e promovam a participação das famílias em diferentes mercados para a geração de renda, os agentes públicos devem levar em consideração que a organização e reprodução social, política e econômica da agricultura familiar é compreendida e realizada enquanto modo vida e não meramente como padrão produtivo (Ghizelini, Araguão, 2019).

## PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL

No Brasil a agricultura de base familiar é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos no país (Schneider, Silva, 2010). Dada essa importância, torna-se fundamental a compreensão da agricultura familiar como o estudo da família, pois é ela o núcleo das relações sociais que são construídas em torno da organização do trabalho e da produção. Nesse contexto de produção familiar o papel desempenhado pelas mulheres tem ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas que buscam compreender a complexa rede de inter-relações que marcam os diferentes territórios rurais e, assim, compreender o que cerca esse cenário, o que contribui ou se destaca como obstáculo para gestão e autonomia de vida (Schneider, Silva, 2010).

Com o objetivo de fazer levantamento acerca das pesquisas que tratam sobre o trabalho das mulheres nos territórios rurais, optou-se pela utilização do descritor “mulheres” na ferramenta de busca do banco de dados da RAF. A etapa de busca a partir do descritor resultou em oito (8) artigos de pesquisa, dos quais, seis (6) foram selecionados após a pré-análise. Os artigos analisados apresentam relatos de pesquisa em diferentes regiões do estado do Pará e também, em estados da região Nordeste do Brasil (Tabela 4).

**Tabela 4:** Síntese das informações das pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Elementos de análise	Ano	Autores	Local da pesquisa
Pluriatividades	2020	Marcelo Rodrigues Lopes, Monique Medeiros, Andréia Tecchio	Cametá-PA
	2019	Adrielly Albuquerque da Silva, Angela May Steward	Belém-PA
Geração de renda	2019	Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes, Angela May Steward	Moju-PA
Reprodução da tradição oral	2018	Délcia Pereira Pombo, Josebel Akel Fare	Ilha do Marajó-PA
	2008	Dalva Maria da Mota, Heribert Schimtz, Josué Francisco da Silva Júnior, Thiara Fernandes	Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará
Empoderamento Político	2004	Maria Regina Teixeira da Rocha	Região Médio Mearim-MA

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

As pesquisas que abordam o trabalho das mulheres nos territórios rurais convergem, principalmente, para discussões em torno da pluriatividade, sobre a importância na geração e complementação de renda, sobre o papel na reprodução da tradição oral e sobre empoderamento político. Tais elementos de convergência serão o fio condutor na análise discursiva desenvolvida neste tópico buscando o diálogo entre os estudos apresentados.

A pluriatividade marca frequentemente as discussões em torno do trabalho das mulheres. Silva e Steward (2019) em uma pesquisa realizada com mulheres da Ilha do Combu - Pará, identificam que as mulheres atuam no trabalho doméstico, em atividades rurais e atuação no turismo local atuando em trabalhos diversos em restaurantes locais, sem garantias previdenciárias. Além disso, situa que a pluriatividade costuma envolver as gerações com a transmissão das diferentes formas de trabalho das mães para as filhas.

As autoras descrevem a transformação do espaço rural incluindo a mulher em atividades anteriormente desempenhadas por homens, como atuação em toda a cadeia do açaí. Entretanto, mesmo contribuindo na composição econômica do grupo familiar, seu trabalho ainda é visto como “ajuda” ou “fora da atribuição” e mesmo diante desse novo momento, sua atuação ainda é invisibilizada. Um dos pontos fundamentais abordados na pesquisa, é a ausência de participação dessas mulheres em espaços de politização, como reuniões e associações, fato que contribui para a invisibilidade de seu trabalho.

Pontes e Steward (2019) encontraram resultados semelhantes em seu estudo realizado no contexto da mulher quilombola em Moju-Miri. A pesquisa descreve a pluriatividade das mulheres, operando nas tarefas domésticas, comércio local, instituições, como escola, posto de saúde, produção agrícola, como forma de complementação de renda. Mesmo participando ativamente das atividades produtivas, as mulheres apenas se identificam como responsáveis pelas suas propriedades e produção quando são mães solteiras ou na ausência da figura masculina na família, evidenciando a forte influência do patriarcado.

Em diálogo com o estudo de Silva e Steward (2019), o artigo de Pontes e Steward (2019) evidencia que o fortalecimento político e a ação coletiva por meio da participação de associações, por exemplo, mostra-se como uma possível estratégia para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho dessas mulheres.

Trazendo exemplos factíveis, temos o estudo de Rocha (2004) que expõe o empoderamento da mulher através de lutas políticas e pelo território, fato que reverbera



diretamente sobre sua visibilidade diante da reprodução social e econômica do grupo familiar. O estudo demonstra que as mulheres ganham visibilidade quando assumem papel considerado masculino, como participação em reuniões, etc. Essa luta política protagonizada pelas mulheres, por considerarem os babaçus como bem comum, repercutiu diretamente sobre a reprodução social, política e econômica de suas famílias. A partir desse movimento elas conseguem organizar instrumentos para qualificação da produção, como associação, cooperativas, clube de mães, etc. Diante da necessidade de buscar alternativas econômicas, se debruçam sobre o manejo de roças orgânicas, atribuindo à terra um instrumento de sobrevivência e reprodução social e praticando manejo sustentável. No estudo, podemos perceber o quanto o empoderamento político é fundamental para a organização do trabalho e superação da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, pois reflete sobre a geração de renda familiar, reprodução social e práticas sustentáveis dos recursos naturais.

O protagonismo de atuação da mulher frente a organização do trabalho rural e geração de renda também é visto no estudo de Mota *et al.* (2008). Os autores situam o extrativismo da mangaba como uma atividade associada às mulheres devido a fatores econômicos, de sazonalidade e da delicadeza do manejo. Tais características impõem ao homem certo demérito quanto a sua masculinidade, caso assuma essa atribuição. A atividade de coleta da mangaba é realizada paralelamente às atividades domésticas e, apesar de complementarem a renda familiar de forma significativa, sua importância ainda é subjugada. A participação do homem se dá através da “ajuda” na comercialização. Interessante pontuar que neste caso, a “ajuda” do homem na atividade representa segurança e responsabilidade para a família. Nesse sentido, mesmo diante de seu papel de geração de renda, o trabalho da mulher é considerado como secundário no sustento da família. Fato que alimenta estereótipos da divisão de gêneros e contribui para a invisibilização do trabalho da mulher.

A pesquisa de Lopes, Medeiros e Tecchio (2020) dialogam com outra perspectiva do papel das mulheres nos territórios rurais. Atribuem certo protagonismo às mulheres que em função da renda adquirida a partir do Programa Bolsa Família, assumem o papel de gestora familiar de recursos econômicos. Essas mulheres que têm dupla jornada, doméstica e na produção agrícola, enquanto responsável gestora do benefício, passam a ter autonomia na gestão de suas vidas, apresentam mudanças materiais por poderem fazer



aquisições de eletrodomésticos que ajudam na complementação de renda e no bem estar da família. Prioritariamente utilizam o recurso para garantir segurança alimentar, porém, também utilizam no fomento a atividades produtivas, como por exemplo na aquisição de alimentos e pagamentos para os “convidados”, trabalhadores que realizam trabalho coletivo da roça. Dessa forma, a organização econômica possibilita ampliar a produção familiar e conseqüentemente, melhorar a renda e atribuindo maior visibilidade da atuação estratégica na produção agrícola familiar.

Pombo e Fares (2018) no artigo titulado “Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura” não são explícitos nas categorias levantadas, pois o objeto do estudo disserta sobre outros elementos, entretanto o papel das mulheres, enquanto personagem secundário foi destacado por trazerem elementos fundamentais para a pesquisa. Podemos identificar que mesmo diante das multitarefas assumidas pela mulher e sua importância na complementação de renda familiar, a invisibilidade ainda é marcante. Um dos fatores que contribuem para esse cenário é a forte presença do patriarcado, onde evidenciam a essencialidade da mulher para dar suporte à atividade dos homens na atuação de vaqueiros, já que compete a elas os cuidados destinados com a estrutura de organização da atividade dos homens, ainda assim seu papel é invisibilizado na sociedade rural. Além do suporte na atividade masculina, o estudo descreve o desempenho das mulheres na memória oral e nas práticas de cura, reproduzindo importantes sinais nas melhorias de condições de vida no campo.

Os artigos trazem de forma geral casos de mulheres que são invisibilizadas em função do patriarcado, da pluriatividade, trabalho pulverizado e sem reconhecimento. Relatam que enquanto algumas mulheres encontram-se em processo inicial de empoderamento e autonomia, outras estão organizadas para além do núcleo familiar e percebem valorização em seu trabalho. Atestamos que com o trabalho coletivo estruturado, elas conseguem romper com as amarras do patriarcado e colocar seu trabalho de forma visível para a comunidade, sendo valorizadas e tendo o empoderamento político como uma ferramenta vital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos artigos da revista “*Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento*” que abordaram manejo coletivo dos recursos, inserção de políticas



públicas e participação efetiva das mulheres apontou uma diversidade de estratégias que otimizam as relações presentes no espaço rural com características que vinculam o trabalho na terra à elementos da identidade e diversidade presente nos territórios.

Considerando a diversidade de articulações entre os sujeitos sociais que estiveram presentes nos estudos, foi possível perceber que nos artigos relacionados ao manejo de recursos a vinculação com o Estado se fez presente de maneira significativa, mesmo com o enfraquecimento de determinados aspectos. A partir disso, vimos que as políticas e projetos sociais de cunho governamental mostravam disparidades no quesito relação (comunicação) entre instituição e grupo social, pois o primeiro culminava para projetos que não contemplavam de fato a realidade do grupo. Em contraponto os sujeitos sociais das Resex e demais territórios buscavam pela democratização da terra e da efetiva participação social na organização e preservação da biodiversidade.

Nesse sentido, apontavam falhas desde o planejamento até a execução de projetos e acordos de preservação, muitas vezes pensados por técnicos do IBAMA e ICMBio. Por isso, pescadores, agricultores e extrativistas, partiam de um movimento de cunho social e ambiental voltados ao manejo dos recursos pesqueiros e florestais, no intuito de apresentarem ao Estado critérios de participação eficiente nas formas de organização coletiva. É perceptível que as fragilidades são muito semelhantes, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados.

No que se refere às pesquisas que tratam acerca das políticas públicas para os territórios rurais, as pesquisas apontam para a necessidade de grande engajamento dos atores sociais envolvidos nos arranjos institucionais por meio de associações. No bojo dessas discussões as pesquisas destacam também o papel do poder público no sentido de promoção de estratégias de assessoramento aos agricultores familiares para que estes consigam acessar mercados institucionais, por meio dos programas governamentais como o PNAE, PAA, PRONAF, dentre outros. Nesse sentido, evidencia-se a importância de pesquisas que articulem conhecimentos acerca da agricultura familiar a partir de dinâmicas multidimensionais.

No que se refere às pesquisas que abordam a participação das mulheres na organização do trabalho nos territórios rurais, as pesquisas analisadas auxiliam a



compreender que o trabalho é marcado pela pluriatividade, onde a mulher ao mesmo tempo em que exerce atividades no espaço doméstico, envolvem-se em outras atividades. No entanto, ainda enfrentam as diferentes marcas da invisibilização nos espaços produtivos, mesmo quando integram atividades majoritariamente masculinas. Dentre as marcas da invisibilização do trabalho, as pesquisas convergem para a compreensão que o espaço doméstico não é considerado produtivo, o que marca o papel das mulheres apenas como “ajudantes”. Embora estas tenham tantas habilidades e funções quanto os homens, essa invisibilidade sugere uma marginalização das mulheres no espaço rural. Por isso, os esforços de participação em espaço de discussão e, principalmente, quando organizadas de maneira coletiva, geram empoderamento político e são fundamentais na autonomia dessas mulheres e para a valorização do trabalho para além da simples “ajuda”.

## REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. Condições e limites da gestão concertada dos recursos naturais a nível local. Reflexões sobre um projeto de manejo florestal na Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 173-208, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4529>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANDREATA, Tanice *et al.* Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a perspectiva dos agricultores familiares do município de Panambi-RS. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 135-155, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9749>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CASTILHO, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Silva Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (org.). **Gêneros e gerações em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/genero%20e%20gera-o%20em%20contextos%20rurais.pdf>. Acesso em 26 abr. 2022.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A



tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira.  
*In:* DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 17-42. Original: 1990. Disponível em: <http://www.bibliotecadocomum.org/files/original/a873a44977f1ac8d53b5fce6aa7912f1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERREIRA, N. S. A. Pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 79, p. 257-274, ago. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FERREIRA, Vilson Tadei Brito; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 49-56, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/issue/view/280/showToc>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GADOTT, Moacir. Prefácio. Um olhar sobre gênero e meio ambiente. *In:* CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. [s.l.]: Cortez editora. 2005. Disponível em file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/MARY%20GARCIA%20CASTRO%20E%20MIRIAM%20ABRAMOVAY%20-%20G%3%8ANERO%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20%20(1).pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1 n. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030>.

LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique e TECCHIO, Andréia. Bolsa Família e a construção das capabilities entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 14, n. 2. p. 86-106. jul-dez 2020. Disponível em: <https://>



[periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9255/6993](https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9255/6993). Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, Rejane Beatriz; ASSIS, Renato Linhares de. Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais–MG. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 62-82, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7353>.

MOTA, Dalva Maria da; SCHIMTZ, Heribert; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; FERNANDES, Thiara. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. n. 5/8, 2005/2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4471/4231>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOTA, Juliana Santos; SILVA, Daniele Wagner; PAULETTO, Daniela. A inserção de produtos da Sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 92-114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9815>.

NETO, Manuel Amaral. Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: considerações sobre participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4493>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda; SANTOS SILVA, Luís Mauro. Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 57-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8709>.



OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PINHEIRO, José Bruno Santos *et al.* O plano de uso e o modo de vida na Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 43-54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5511>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PINTO, José Ribamar da Silva. Análise de incentivos institucionais no manejo de fauna silvestre: o caso do “projeto pé-de-pincha” no Nordeste do Estado do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 165-184, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4494>. Acesso em: 17 abr. 2022.

POMBO, Délcia Pereira e FARES, Josebel Akel. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém. v. 12, n. 1. p. 95 -110. jan-jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/6080>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes, STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de MojuMiri. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 13, n. 2. p. 186-207. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715/6226>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. Babaçu livro e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar. Belém. v. 4, n. 4, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/>



[index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497](https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497). Acesso em: 21 abr. 2022.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, p. 37-50, set./dez. 2006.

SABOURIN, Eric; DA SILVA, Pedro Carlos Gama; CARON, Patrick. Inovação institucional, planejamento municipal e organização dos produtores no Nordeste brasileiro: análise comparativa de três experiências. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4552>.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2., p. 273-293, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Fg4RLDLDCRFXZTckdqmT4bq/?lang=pt> . Acesso em 21 abr. 2022.

SILVA, Adrielly Albuquerque; STEWARD, Angela May. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém-PA. v .13, n. 2. p. 208-229. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8716>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Isameriliam Rosalem Pereira da *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: limitações e potencialidades de sua operacionalização no nordeste paraense. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 75-91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9193>.

SILVA, Luis Mauro Santos; MARTINS, Sérgio Roberto. Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 5-8, p. 7-28,



2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4469>.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha – MG.** Texto para discussão nº 1693. Brasília: (IPEA), 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td\\_1693.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf).

TAVARES, Francinei Bentes; DIAS, Sara Corrêa. Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de baixo (Cametá-Pa). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 10, p. 87-100, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4433> Acesso em: 16 abr. 2022.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultores familiares no direito Brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **Juris**, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, v. 27, n. 1, p – 225 – 245. 2017.





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## POLÍTICAS PÚBLICAS, AUTONOMÍAS TERRITORIALES Y EQUILIBRACIÓN - “RECONFIGURACIONES DE LAS DIMENSIONES SOCIALES Y ESPACIALES DE LA PRODUCCIÓN Y CIRCULACIÓN DE BIENES Y SERVICIOS”

### **PUBLIC POLICIES, TERRITORIAL AUTONOMY AND BALANCE: RECONFIGURATION OF THE SOCIAL AND SPATIAL DIMENSIONS OF THE PRODUCTION AND CIRCULATION OF GOODS AND SERVICES**

Pedro Carricart, Doutor, UNS, pedrocarricart@gmail.com;

Lilian Anabelle Ion, Mestra, Universidad Nacional de La Plata, liontaibo@gmail.com;

---

#### **Resumen**

El presente artículo tiene como finalidad reflexionar sobre los procesos de cambios en la percepción de los alimentos, los hábitos alimentarios y cómo éstos llegan a generar nuevas formas de hacer y procesar las materias primas. Indagamos qué políticas públicas acompañan procesos de cambios en la generación de alimentos y cómo impactan sobre la autonomía de los consumidores y de los productores. Para ello, se analizan políticas públicas implementadas en Francia, Brasil, Uruguay y Argentina. Se movilizan conceptos vinculados a políticas públicas, autonomías y equilibración territorial y su relación con las dietas, la salud nutricional y la dinámica emergente entre los consumidores y los productores de alimentos. Se utilizaron fuentes de datos primarias, secundarias y se realizó una revisión bibliográfica y el análisis de documentos varios. Finalmente, discutimos si hay una tendencia a lograr una mayor autonomía por elección o por reacción de los actores; si realmente existe una tendencia a la ecologización y territorialización de las políticas públicas; y, por último, si se ha iniciado un proceso de equilibración de los intereses de los sectores involucrados.

#### **Palabras claves**

Consumidores. Productores. Producción y consumo sustentable. Políticas públicas.

#### **Abstract**

This article reflects on the processes of change in the perception of food, eating habits and how these have generated new ways of manufacturing and processing raw materials. We investigate which public policies accompany processes of change in food production and how they impact on the autonomy of consumers and producers. To this end, we analyzed public policies implemented in France, Brazil, Uruguay and Argentina, mobilizing concepts relating to public policies, autonomy and territorial balance and their relationship with food, nutritional health, and the emerging dynamics between consumers and food producers. We used primary and secondary data sources and carried out a bibliographical review and analysis of various documents. Finally, we discuss whether there is a tendency to achieve greater autonomy by choice or reaction of the actors; whether there really is a trend towards the greening and territorialization of public policies; and, finally, whether a process of balancing the interests of the sectors involved has begun.

#### **Keywords**

Consumers. Producers. Sustainable production and consumption. Public policies.

## INTRODUCCIÓN

Los nuevos enlaces sociales y espaciales entre producción y consumo (Hebinck *et al.*, 2015) revaloriza diferentes procesos en los mercados locales que buscan beneficios de quienes dependen directamente de ellos, basados en la innovación y la cooperación dentro de redes construidas entre productores y consumidores, o incluso involucrando a otros actores (municipios, redes educativas y de salud), reconfigurando así las dimensiones sociales y espaciales de la producción y circulación de bienes y servicios (Heinisch, 2017).

El objetivo del presente artículo es reflexionar sobre los procesos de cambios en la percepción y los hábitos en la alimentación y a través de los mismos, como llegar a generar cambios en las formas de hacer y procesar los distintos alimentos. No pensar desde la producción y de los actores que la realizan, sino plantear el consumo, los consumidores y sus nuevas formas de alimentarse y vivir en sociedad.

Focalizando nuestro trabajo sobre los consumidores y sus vínculos con quienes generan los alimentos, los productores, rescatamos la necesidad de estudiar las políticas públicas que acompañan los procesos de proximidad, de empoderamiento, de identidad alimentaria, y analizar si son disparadores de un proceso de transición de cómo se producen los alimentos y, a su vez, ponga en cuestión las formas de cómo se generan los mismos. Nos preguntamos si: ¿impactarán para que los alimentos se generen de una manera ambientalmente más sustentable y productivamente más amigable con los recursos que se utilizan para producirlos? Pretendemos responder a: ¿qué políticas públicas acompañan procesos en la generación de alimentos distintos, que impacten sobre una mayor autonomía de los consumidores y de los productores? Con base a ello y si éstas fueren las tendencias de lograr mayores autonomías, nos preguntamos: en un contexto actual caracterizado por relaciones de dependencia desde lo económico, de hegemonías de las cadenas largas y de las pautas de consumos masivos, ¿la generación de autonomía territoriales sería un desafío de los tiempos por venir?

Se movilizan conceptos vinculados a políticas públicas, autonomías territoriales y equilibración de las dietas alimentarias, salud nutricional y nuevos diálogos entre los que consumen y quienes producen los alimentos.

Se analizan casos de políticas públicas implementadas en países, contextos y épocas diferentes, que fueron ejecutadas en Francia, Brasil, Uruguay y Argentina. En el marco de sus alcances y sentidos, ponemos en discusión sus impactos en las transformaciones



territoriales que permitan visualizar si estamos en presencia de una mayor autonomía territorial.

## MARCO ANALÍTICO Y METODOLÓGICO

Centramos nuestra atención en “anclar” tres conceptos: Políticas públicas, Autonomías Territoriales y Equilibración.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Martínez Nogueira (1995), la política pública se puede percibir como acciones o decisiones que brindan orientaciones y generan impactos, también puede ser la inacción gubernamental. La política es un proceso y producto, es un ciclo abierto, con actividades que movilizan valores, procedimientos y actores. En el análisis se puede considerar como un proceso lineal y secuencial; en la realidad aparece como un accionar dinámico, sujeto a acciones y reacciones, a consensos y conflictos entre los diferentes actores intervinientes.

Oszlak; O’donnell (1995) señalan que el Estado, al entenderlo como una relación social, se constituye en un espacio de negociación en el que intervienen fuerzas políticas o grupos sociales con capacidad de negociación en el ámbito político y donde cada sector social intenta imponer sus intereses. Definen como cuestión a todo asunto vinculado a una necesidad o demanda de la sociedad en que la política pública busca incidir, atraviesa un ciclo vital, que abarca desde su problematización hasta su resolución. En el proceso diferentes actores afectados positivamente o no por la cuestión toman posición sobre la misma, siendo difícil que todos los actores coincidan en la percepción sobre el problema social que se convierte en cuestión.

Oszlak; Odonell (1995) también señalan que las cuestiones involucran a actores y que éstos pueden hallarse objetiva o subjetivamente afectados por las mismas. No necesariamente tiene porque existir una correspondencia entre la situación del actor con relación a una cuestión y su propensión a movilizarse en su defensa o cuestionamiento. En ese sentido, son otros actores no afectados por la cuestión quienes deciden iniciarla o reivindicarla, toman posición y adoptan políticas que pueden influir en el proceso de resolución.

Para Lahera (2004), toda sociedad tiene un debate sobre sí misma y se debería educar a la ciudadanía en este ejercicio; considera que algunas personas y corporaciones



tienen mayor capacidad de incluir, jerarquizar y excluir temas en la discusión social. La agenda pública se constituye como un juego de poder, siendo la esencia de la democracia que los intereses particulares compitan y confluyan en la formación de las políticas públicas.

A partir de los aportes de Scharpf (1997) en Zurbriggen (2006), se construyó un nuevo enfoque para el estudio de las políticas públicas denominado “Institucionalismo centrado en los actores”. Este marco conceptual buscó alejarse de las teorías estado-céntricas o socio-céntricas, desarrollando así un modelo que permite explicar la interacción entre actores e instituciones en la elaboración e implementación de las políticas públicas. La autora establece que las interacciones entre los actores se desarrollan en un espacio estructurado por relaciones de poder.

#### AUTONOMÍAS TERRITORIALES

Es nuestro propósito contribuir a consolidar un concepto de territorio y los procesos de construcción de una mayor autonomía territorial estimulada por programas y políticas públicas que buscan una territorialidad distinta.

Schejtman, Berdegue (2003, p.54) conciben al “territorio no como un espacio físico ‘objetivamente existente’”, sino como “un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósito compartidos por múltiples agentes públicos y privados”. Cabe señalar que dicha construcción implica muchas veces transitar por procesos de conflicto y negociación. Mientras que para vincularlo con autonomía movilizamos una teoría sobre los cambios territoriales propuesta por Raffestin (1987), que permite estudiar la población y las actividades rurales, más allá de los individuos que consiguen constituirse en actores sociales y sus actividades calificadas como rentables o innovadoras. Como consecuencias de las modificaciones territoriales, cambiaron las relaciones con la exterioridad y la alteridad, según el autor implicó nuevos condicionamientos a la autonomía y una progresiva preponderancia de las redes de información que gobiernan los sistemas y los procesos de innovación, difusión y obsolescencia.

Desde el punto de vista territorial, la autonomía reside en el control de las redes de comunicación y de información. Ésta última constituye la energía, el recurso esencial de las redes cada vez más complejas y diferentes. La teoría de la comunicación



comanda el sistema territorial y los procesos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización que implica adquirir, perder y reencontrar espacios, autonomías e identidades. Las tensiones entre sostener o recuperar una autonomía, en este caso territorial, y ser parte de los procesos colectivos inmersos en las redes, presenta desafíos a la originalidad de no perder grados de libertad, o negociar los mismos en función de los intereses y prioridades colectivas (Raffestin, 1987).

La territorialidad humana, según Raffestin (1987), está expresada por la evolución de las fases de un doble ciclo, y es por esencia dinámica, hecha de continuidades y discontinuidades. Puede hablarse entonces de un ciclo de territorialidad, es decir, debe entenderse que las sociedades, así como los individuos, pasan por ciclos de territorialidad, condicionados por los sistemas de información y por los modelos que generan nuestras acciones. Desde esta perspectiva la territorialidad se define por el encuentro de dos procesos: uno territorial y otro informacional. Ambos se inscriben en una problemática relacional. Todo es relacional y nada puede existir fuera de los fenómenos de relación. La territorialidad aparece como la interacción de dos sistemas: uno espacial y otro informacional, en la perspectiva de asegurar la autonomía de una comunidad a través de tiempo. Estos cambios obligan a adaptaciones para mantener la autonomía de la colectividad. Precisamente la transformación de las cooperativas “estarían dominadas por esas señales vinculadas a las redes cada vez más jerarquizadas, por una parte, y a la profesionalización en sus conducciones por otra” (Carricart, 2012a, p. 48).

## EQUILIBRACIÓN

La teoría de la regulación según Bustos Cara (2002) propone un marco interpretativo de crisis y estabilidad de los sistemas económicos como resultado de una compleja coordinación socio-institucional. Intenta abordar la trayectoria nacional de la regulación para explicar el proceso de adecuación de la oferta y la demanda social en periodos de largo plazo, analiza los cambios estructurales y los periodos de crecimiento rápido, buscando comprender las causas de las grandes crisis y proceder a una delimitación más precisa de las etapas del proceso de desarrollo económico y social.

Los modos de regulación a que se hace referencia se estructuran en tres niveles o escalas a considerar: Macro (que tiende a estructurarse y fijarse), Meso (inconclusa), Micro (regulación de proximidad) según lo expuesto por Gilly, Mollard y Pecqueur



en una comunicación inédita denominada «Fundamentos Sectoriales y espaciales de la regulación: Una aproximación meso-económica». Proponen asimismo identificar a las formas de articulación, confrontación y coordinación entre los niveles, por actores concretos, y que conducen a compromisos institucionales durables, como dispositivos regulatorios territoriales.

Bustos Cara (2001) define el concepto de «marcos estructurantes» como las totalidades conceptuales que dan sentido a colectivos sociales en su inserción espacio-temporal específica y que permiten valorizar el conjunto del patrimonio social de una comunidad territorial. Evitando la visión simplificadora de la sucesión lineal, se recurre al concepto de «sociedad», como complejo socio-espacio-temporal, donde pasado, presente y futuro, así como las diversas escalas, se determinan de manera dinámica. En países periféricos, definidos así pese a la creciente simultaneidad de las consecuencias de las formas de articulación global-local, los procesos de reestructuración y sus marcos estructurantes implican mayores determinaciones y consecuencias más extremas del cambio.

Desde este enfoque, estamos presenciando un proceso de construcción y de reconstrucción territorial, para nuestro caso en particular “las otras formas o maneras de producir, organizarse, comerciar y consumir” lo que implica que un territorio emerge mientras que otro queda en un segundo plano. No desaparece, sino que conviven, lo viejo con lo nuevo, cada uno con sus propias normas y convenciones, o lo que llama co presencia de modelos de desarrollo (Albaladejo; Cittadini, 2017).

Se puede decir que estaríamos en una incipiente nueva mudanza o de una modificación de los pactos. El pacto agrario para Albaladejo (2009) fue reemplazado por el pacto productivista, en la transformación territorial convivía un territorio rural disminuido con otro agropecuario realzado. El autor sostiene que prevalecían intereses sectoriales por sobre intereses locales, predominando formas empresariales sobre la agricultura familiar, con preponderancia de un territorio comercial de producción, de las firmas y los intereses fuertemente influenciados por las redes de tipo halo núcleo.

Estaríamos en el advenimiento de un nuevo pacto donde lo rural urbano y local adquieran otra visibilidad u otro lugar en los juegos del poder y en su capacidad para que emanen políticas públicas que los acompañen o le otorguen lugar en la agenda del desarrollo. Una vez más estamos en presencia de un territorio que se debilita, pierde



una parte de su hegemonía frente a otro que quiere ocupar un lugar de co presencia, donde la diversidad es más aceptada que las monocromías o los imperios. Todo lo que se alineaba con los intereses de las firmas y de las cadenas largas, fuertemente dominadas por la relación halo-núcleo, parece debilitarse y no estaría impregnado de esa aura de modernidad.

Los intereses de red por sobre los intereses de lugar, confrontan y emergen con distintos grados de dominancia, marcan los territorios, establecen o corren los límites definiendo las fronteras. Se instaló la necesidad de pensar y actuar en función de un eje global-local o red-lugar, donde los primeros términos se asociaron al mundo globalizado y los segundos, a lo local (Carricart, 2012a).

Si se utiliza los términos de actores y actantes, Croazier (1990), Latour (1998) permiten sostener que las sociedades fueron más actuadas que actuantes, donde la red se impuso sobre el lugar y en un territorio donde convivía una territorialidad anterior disminuida con otra territorialidad emergente, que predominó con sus fortalezas sin importar demasiado sus debilidades. Para Carricart (2012b), la red centra sus intereses en los resultados económicos, mientras que el lugar, donde viven las personas, centran sus intereses en los aspectos socio culturales, paisajístico y de sustentabilidad socio ambiental de los sistemas. La corriente de pensamiento neosmithsiana, de flexibilización y de no regulación, expuso el riesgo de la evolución social de cada región. Se produjo un proceso darwiniano, donde la eficiencia y la productividad justificaban la desestructuración socio territorial y la hegemonía de los intereses de red por sobre los intereses de lugar.

Desde lo territorial, se iniciaron procesos de deconstrucción y reconstrucción que conviven en el mismo territorio, y se solapa con lo que tíbiamente va emergiendo en un mismo tiempo y lugar. Una realidad fragmentada y desmigajada que se vuelve compleja, dispersa o contradictoria. Como sostiene Albaladejo (2009), un territorio en archipiélagos.

En la sociedad y en las organizaciones, se estaría iniciando una nueva etapa donde el péndulo se orienta hacia sistemas más regulados, con nuevas concertaciones entre los actores que abandonaron esas posturas de actuados, pasando a ser actores y más artífices de su propio destino. Quizás se esté en los albores de un cambio, que implica la construcción de nuevas normas y convenciones desde lo social, organizacional y económico. Un tránsito que genera expectativas, revive esperanzas de encontrar una sociedad y estilos organizacionales más justos, más equilibrado, es decir una nueva equilibración de actores



e intereses.

La presencia del Estado puede verse opacada o desdibujada por la discontinuidad de sus acciones o estrategias, por su inmovilidad o falta de intervención justa y equitativa. Cuando las funciones del Estado se reducen a los estadios primarios de la organización de un país, quedan en evidencia los desequilibrios sociales y territoriales de los sistemas menos desarrollados. La prevalencia de los intereses de los más grandes o de los más fuertes, evidencia un estilo darwiniano de organización. En este tipo de organizaciones, con un Estado al servicio de unos pocos y asociado a grupos corporativos integrados a redes internacionales, se profundizan los desequilibrios y se corre el riesgo de favorecer el desarrollo de relaciones similares a las utilizadas por las asociaciones transnacionales.

## **LOS CASOS SELECCIONADOS: FRANCIA, BRASIL, URUGUAY Y ARGENTINA**

### **FRANCIA**

Políticas públicas francesas que acompañan procesos de agroecologización de la actividad agropecuaria: Proyectos Agroambientales y Climáticas (PAEC), Proyecto Alimentario Territorial (PAT), Organización de Productores con Consumidores (AMAP) y Grupos de Interés Económicos y Ambientales (GIEE).

De estas cuatro políticas hemos seleccionado las que promueven la formación de Grupos de Interés Económicos y Ambientales por ser un terreno específicamente trabajado con la Dra. Marion Chamboneau. Los GIEE son grupos de agricultores federados alrededor de un proyecto compartido donde fomentan la transición de las explotaciones y la transformación de la agricultura a través de la etiqueta de proyectos colectivos. Promocionan las 3P: Performence económica, Performence ambiental y Performence social.

Cada grupo GIEE tiene tres Tiempos: Un tiempo de Etiqueta, Un tiempo para la Animación y Un tiempo de Capitalización.

Cada año hay un llamado a los grupos a Etiquetar. Para presentar proyectos deben reunir varios requisitos: en primer lugar, no deben estar muy alejados y presentar coherencia territorial. Por ejemplo: el grupo Agroseuad está presente en casi todo el departamento de los pirineos atlánticos (Aquitania)<sup>1</sup>. Hay grupos muy grandes que

<sup>1</sup> En la región de Aquitania (2017) eran aproximadamente 80 GIEE y 420 en Francia. Cada GIEE tiene una



ocupan casi todo un departamento mientras que hay otros pequeños que los integran 3 o 4 vecinos. El segundo componente que debe tener un proyecto es correspondencia entre lo económico, ambiental y social, y presentar una performance adecuada y unificadora. Cada región tiene su comisión de elección y si bien las pautas son las mismas, los criterios son muy diversos. La interpretación del concepto de territorialización y de coherencia es muy diferente de una región a otra.

En la etapa de Animación deben hacer vivir el proyecto. El tipo de animación que pueden solicitar es muy diverso. Existen dos fuentes de financiamiento con aportes diferentes, fondos nación, en menor medida, y fondos region. La decisión del proyecto es en el territorio.

La última etapa es la de Capitalización. Es capitalizar toda esa experiencia y extrapolarla del grupo, llegar a la región y a nivel nacional. Puede traducirse como la etapa de vulgarización de la experiencia, de la innovación o del conocimiento.

Para cerrar esta parte de políticas públicas de Francia, la Dra M. Charboneau, sostiene que en nueva Aquitania “las Cooperativas de Utilización de Maquinaria Agrícola (CUMAS) han evolucionado en dos temas: por un lado, en las prácticas de conservación, y por otro, en la autonomía. En este sentido, han generado inversiones específicas como las maquinarias para la reducción de las labranzas y para la conservación de forrajes. Asimismo, señaló con respecto al tema de la energía que aproximadamente 20 proyectos de GIEE tienen involucrado este tema, que las CUMAS están involucradas y que estos proyectos están más vinculados al Desarrollo Rural. A modo ilustrativo, para instalar un proceso de metanización o de secado de pasto, deben intercambiar con las municipalidades, con los otros productores, o con un grupo de municipalidades.

## BRASIL

Para el caso de Brasil movilizamos el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF).

El PRONAF financia proyectos individuales o colectivos, que generen renta a los agricultores familiares y asentados de la reforma agraria. Tuvo una vigencia de 20 años y constituye un ejemplo de política pública y construcción participativa entre el gobierno, la

---

descripción del proyecto que se puede leer en el sitio del Ministerio de Agricultura. De su análisis puede visualizarse la diversidad de proyectos lebilizados, permitiendo observar como se ve la agroecología en Francia y en una región en particular.



sociedad y la academia. En este caso nos referimos a proyectos que en algunos territorios recuperan identidad, manejan ciertas escalas de información y emergen procesos emancipativos o de empoderamientos.

Bianchini (2015) sostiene que Brasil es uno de los pocos países del mundo que tiene un conjunto de políticas públicas para el desarrollo rural destinadas a reducir las desigualdades, la inclusión socioeconómica de los agricultores familiares en toda su diversidad y la seguridad alimentaria de toda la población. El PRONAF surgió en 1995 como una línea de crédito rural, y fue el resultado de la intensa participación de las organizaciones agrícolas familiares. El programa fue estructurado para llegar a las zonas rurales brasileñas en toda su diversidad. La producción y el lugar de vivienda son los dos principales destinos del crédito y de la asistencia técnica. El crédito es articulado por el Estado a través de los Bancos Oficiales, tiene dos vertientes, el de instalación, que colabora en la iniciación de los jóvenes agricultores, y otra, vinculada a los procesos de producción. La asistencia técnica constituye el otro componente básico del desarrollo territorial y sobre la cual el Estado Brasileño ha descargado una porción importante de sus recursos.

En los últimos 20 años, el PRONAF ha invertido aproximadamente R\$ 160 mil millones en más de 26 millones de contratos, en diferentes modalidades y tipos de agricultores familiares. El Programa financió maquinarias agrícolas, vehículos de transporte y equipos para la agricultura familiar más estructurada, incluidas las microfinanzas para la agricultura familiar menos capitalizada<sup>2</sup>.

En sus inicios, considerando el estado de Pará como ejemplo, la actividad ganadera tenía mucha relevancia para luego evolucionar hacia la agricultura, el cultivo de hortalizas y aves de corral, mientras que en la actualidad hay una tendencia a reemplazar una parte de estas actividades por la fruticultura.

Asimismo, desde el punto de vista productivo, progresivamente se fue instalando, que la producción debe seguir una línea agroecológica, así como la presencia de la fruticultura emerge por dos componentes de sustento. Una producción diversificada y asociada a producciones tropicales nativas y un sistema de producción generador de

<sup>2</sup> Dos ejemplos muestran esta diversidad: More Food, una línea de inversión de PRONAF que ha financiado 50.000 tractores en los últimos 7 años; Agroamigo de BNB, que financió en los últimos diez años a través de PRONAF B, 2,4 millones de contratos, aplicando R \$ 5,6 mil millones, a familias por debajo del umbral de pobreza en la región semiárida. Actualmente, el 30% de los contratos de PRONAF son realizados por agricultores. En el llamado Agroamigo PRONAF B, esta participación alcanza el 50%.



trabajo a nivel de finca y de procesamiento luego de la etapa de producción.

La generación de los propios alimentos, la transformación de los mismos, la reforestación con especies nativas, así como la construcción de una infraestructura básica, como caminos, energía eléctrica, agua y escuelas, integran la base por donde se despliegan los principales dispositivos del Estado para acompañar, coordinar y animar el desarrollo territorial del norte brasileiro (Carricart, 2019).

Por otro lado el PRONAF financió un proceso que denominaron ATER (Asistencia Técnica y Extensión Rural). El objetivo de este programa fue brindar servicios de asesoramiento técnico, social y ambiental de la Reforma Agraria, con el objeto de implantar una acción descentralizada de apoyo a las familias de agricultores asentadas en los Proyectos de Asentamientos (PA). Fue una iniciativa del Gobierno Federal, coordinado por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), junto a otras instituciones públicas y privadas, entidades de representación y coordinación de trabajadores rurales y ONG ligadas a la Reforma Agraria. Se orientó a unidades de producción estructuradas e insertas en forma competitiva en el proceso de producción, volcadas al mercado local e integradas a la dinámica de desarrollo municipal y regional, de forma ambientalmente sustentable. Complementariamente debían “aportar estrategias que sean garantizadoras de la soberanía alimentaria y nutricional de los asentados, mediante la formulación de Proyectos de Explotación Anual (PEA), en los planos de Desarrollo del Asentamiento o de Recuperación de Asentamiento”.

## URUGUAY

Para el caso Uruguay ponemos en foco lo que fue el Proyecto Uruguay Rural (PUR). Se orientó a la temática de la pobreza rural<sup>3</sup>. La valorización de la producción familiar y de los asalariados rurales en las políticas públicas orientadas hacia estos sectores sociales a partir del año 2005<sup>4</sup> es un punto de inflexión en el desarrollo rural.

El PUR apostó al apoyo socio organizacional, a las organizaciones de base de productores familiares, asalariados rurales y de pobladores rurales y al fortalecimiento

3 Surgió a partir de un segundo convenio entre el Estado Uruguayo y el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). Fue ejecutado entre los años 2001 – 2011. (Ion, 2017)

4 El cambio llegó con el Frente Amplio, por primera vez en la historia del país, ganó las elecciones presidenciales. “El PUR, reformuló las políticas y sus objetivos, las noveles autoridades del PUR y del MGAP fueron quienes colocaron a la pobreza rural como *cuestión* en la agenda de las políticas públicas y se ocuparon de visibilizar organizadamente a los sectores sociales excluidos del medio rural.” (Ion, 2017)



de los vínculos entre las organizaciones. El objetivo fue consolidar un proceso de descentralización participativo y representativo y promover organizaciones de base fortalecidas. Pretendió contribuir a desarrollar el ejercicio de la ciudadanía en las poblaciones rurales más excluidas en dos niveles: a) micro-social, en la contribución hacia una perspectiva de derechos: conocimiento, exigencia y satisfacción de derechos, b) macro social: promoción de organizaciones de base fortalecidas, con capacidad reivindicativa y de diálogo y negociación de los sectores con menor poder económico y simbólico con los sectores públicos y privados. (Ion, 2017)

El funcionamiento de la propuesta de desarrollo rural requería de espacios en donde los sectores sociales priorizados se pudieran integrar, opinar y decidir sobre las políticas. Considerando el territorio rural y las diversas ruralidades, los autores señalan que se concibió la descentralización y el proceso participativo, como instrumento para intercambiar, diseñar políticas y estrategias que trascendiera el pensamiento único y centralizado. (Vadell; Ion; Gonsalves; 2012)

En los territorios rurales donde se implementó el Proyecto, en la mayoría de los casos eran inexistentes las bases organizativas. La integración social, la generación de vínculos y relaciones de confianza, cimientos primarios para la construcción colectiva organizada, requirió la inserción de las disciplinas sociales para contribuir con la organización y el fortalecimiento del entramado social rural. Los agentes de terreno orientados al apoyo socio organizacional promovieron la participación en las diferentes etapas del proceso de intervención y en el abordaje a los territorios rurales: a) primero se conocían las particularidades, las necesidades e inquietudes locales y b) posteriormente con las organizaciones y/o comunidades rurales, se elaboraban en ámbitos colectivos las diferentes propuestas a implementar mediante metodologías que estimulaban el diálogo, la expresión y la participación. Se impulsaba valorizar a los sujetos silenciados y a la creatividad de las organizaciones y de las comunidades rurales para la acción y el desarrollo. Se pretendió consturir un sujeto activo que demandara soluciones y generara cambios en la dimensión cultural y simbólica, y que en la acción construyera una identidad asociada a la producción familiar. (Ion, 2017)

## ARGENTINA

### PROGRAMA PRO HUERTA

Para el caso argentino movilizamos el Programa Pro Huerta, se inició en el año 1990 a través de dos instituciones públicas: el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación y el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA). El objetivo inicial del Programa refirió al aporte de los técnicos de INTA para que los sectores más vulnerables tuviesen acceso a una alimentación adecuada, produciendo sus propios alimentos.

Esta política, brinda herramientas para un mejor abordaje de la realidad, que permiten generar más oportunidades, más inclusión y más arraigo, que se traduzca en una mejor calidad de vida de sus habitantes. Favorece la participación y la organización de las comunidades con las que trabaja en todo el territorio de Argentina, contribuyendo a que los participantes sean actores protagonistas de la gestión de los procesos de desarrollo local y territorial. Propone una amplia participación, independientemente de sus condiciones sociales, personales o culturales, con una mirada sistémica donde las diferencias de la diversidad le dan el valor agregado. El Programa Pro Huerta, uno de los más difundidos territorialmente en Argentina y se caracteriza por la diversidad de su accionar, respondiendo a las distintas realidades regionales. Sostiene como objetivos: a) Mejorar y diversificar la alimentación de las familias, escuelas, instituciones y organizaciones de la comunidad, b) Promover la participación comunitaria en la producción de alimentos, incentivando la formación y difusión de tecnologías apropiadas para la producción de cultivos, c) Multiplicar alternativas de comercialización que puedan integrarse en un mercado de economía social

Es uno de los programas sociales más importantes de producción y desarrollo que se conjuga con el rescate de valores e historias. Treinta años después de su creación el Pro Huerta interactúa con más de 3 millones de personas, articula en el territorio con más de 10 mil instituciones y organizaciones, y forma parte de más de 400 ferias agroecológicas. Promueve la mejora en los hábitos alimentarios, desarrolla tecnologías orientadas a la autoproducción de alimentos, fortaleciendo a familias, comunidades y organizaciones, impulsa una economía justa y solidaria, mejorando el hábitat y la ecología, e impulsa conciencia sobre los derechos ciudadanos. Cabe destacar un aporte muy destacable del Programa, en línea con las políticas agroecológicas que promueven producciones más sustentables, es la generación y distribución de semillas orgánicas, generadas por



intermedio de un complejo de cooperativas primarias nucleadas en la Federación de Cooperativas Agropecuarias de San Juan (FECOAGRO), radicada en la provincia de San Juan de Argentina.

## DISCUSIÓN

Las políticas públicas y los programas presentados junto a los procesos de territorialización o desterritorialización en contextos muy distintos como los casos movilizados nos llevan a preguntarnos ¿qué es lo que está en juego cuando se promueven estas políticas? ¿qué se logra cambiar? ¿qué empoderamientos sociales se producen? y ¿qué nuevos niveles de dependencia se instalan?

Cada política de las descritas ut supra aporta a la discusión central de este artículo, cuál es la emergencia de otras formas de producir, de comerciar, de organizarse y de consumir. Con cada una de ellas pretendemos abonar qué procesos de cambio de están produciendo, ya no sólo en las formas de producir, sino también otras formas de organizarse o de recrear la organización de los eslabones más elementales como ocurre en amazonia o en la población rural dispersa en departamentos que presentaban altos guarismos de pobreza rural en Uruguay. Con el caso francés parece nos paramos en otro nivel de organización, de trayectorias políticas, donde aparecen problemáticas como el cambio climático, el medio ambiente y otra forma de alimentación, más saludables, alimentos con trazabilidad y que socialmente se pueden mostrar cómo se hacen.

En primer término, consideramos las políticas públicas francesas, donde se pone de manifiesto que tipo de problemáticas contemplan y por donde pasan los acompañamientos o estímulos. Disminuir el impacto sobre el medio ambiente y una alimentación distinta parecen ser el norte hacia donde apuntan con los nuevos instrumentos. Alimentos más sanos provienen de sistemas de producción más amigables con el medio ambiente y de prácticas culturales que sean contables, transparentes en la forma como se hacen los mismos. No hablan los procesos de agroecologización sino de qué tipo de nutrición se desea y que tipo de diversidad de alimentos se disponen, así como la necesidad de demostrar que no se usa tanta energía en transportarlos (se producen cerca) ni se gasta demasiado agua para generarlos. Ecuaciones más simples, pero a su vez complejas como alimentarse mejor y cuidar el medio ambiente.

La territorialización de sus políticas públicas agrarias francesas están tendiendo



a la desconcentración y descentralización. Buscan restaurar poderes a los niveles administrativos inferiores, al tiempo que promueven la sectorización involucrando a diferentes actores del territorio, con ayudas para actores externos al mundo agrario, más la apertura de las instancias de debate y de decisiones. Asimismo, fomentan la multifuncionalidad de la agricultura y de los territorios con una lógica de acción participativa de los actores locales. La territorialización de las políticas agroecológicas tiene por dirección, atender los problemas ambientales que son incrustados con cuestiones sociales y decisiones políticas. Además, la inscripción de la política agroecológica en los territorios puede constituir una forma de estabilización y de institucionalización local de la agroecología. Este último aspecto no está para nada consolidado.

En el caso del norte brasileño, se trata de políticas que acompañan procesos de asentamientos y de territorialización de extensas zonas de la amazonia, pero que emerge la problemática ambiental por la deforestación y la producción de alimentos más básicos para poblaciones que emigraron de las márgenes de mega ciudades inmersas en profundos procesos de marginación y de olvido. La cooperativa de jugos tropicales que Carricart (2019) movilizara como un proceso de cambio de uso del suelo, de pinares a espacios de frutas tropicales, convertida en sabrosos jugos de una aerolínea árabe constituye un buen ejemplo de como con políticas bien orientadas puede lograrse el autosostenimiento de muchas familias campesinas, con una producción natural y respetuosa del medio ambiente.

Otra expresión lo constituye la política uruguaya del Proyecto Uruguay Rural, que priorizó atender a los distritos más pobres del país. Entre los objetivos del Proyecto estuvo lograr que esas comunidades de familias rurales pudieran sentirse y reconocerse como sujetos que tienen derechos con una serie de instrumentos de política públicas orientadas a: capacitación, asistencia técnica y financiamiento. Puede sostenerse que esta política se territorializó con agentes de terreno socio técnicos, que permitieron un empoderamiento social y organizativo de los pobres rurales del Uruguay. El PUR con los cambios implementados en el anclaje territorial de las políticas a través de equipos interdisciplinarios, promovieron dispositivos de abordaje que estimularon el intercambio y la reflexión colectiva, y la participación activa de los integrantes de las organizaciones. La implementación de metodologías participativas contribuyeron a percibir en los actores institucionales y sociales que es posible lograr métodos alternativos de trabajo en las



organizaciones públicas y de abordaje a las problemáticas rurales.

Oszlack; O'donnell (1995), señalan que puede no existir una correspondencia entre la situación de un actor en relación a una cuestión y su propensión a movilizarse en su defensa. En el caso de Uruguay, son otros actores, no afectados directamente por la cuestión, quienes deciden iniciarla y para ello adoptan políticas que pueden influir en el proceso de resolución. El PUR asumió el desafío inicial, partió de considerar a los sujetos de las políticas públicas como sujetos organizados activos y protagonistas para su construcción y evaluación. Pretendió alterar la relación representante – representado para que en el diseño e implementación de las políticas públicas se vertiera la expresión directa de estos sectores sociales. Se generaron cambios que modificaron sus trayectorias en relación al ejercicio de sus derechos, de ser sectores excluidos pasaron a estar integrados a la vida ciudadana. Las organizaciones sociales no se plantearon, alterar las relaciones de poder establecidas, sí, a partir de su reconocimiento como sujetos de derechos, se abocaron a reivindicar mejorar la calidad de vida, una identidad asociada simbólicamente en la acción, a la producción familiar y visibilidad en el mapa de actores locales y su legitimidad social.

El caso argentino pone en evidencia un programa original de acompañamiento iniciado bajo un régimen político neo liberal pero continuado en regímenes opuestos de regulación y de otras formas de acompañamiento a la marginación, a la pobreza, no solamente rural, sino también peri urbana y urbana.

Se rescata los componentes tecnológicos y sociales que involucra el Programa Prohuerta con la participación de animadores locales que construyen un entramado socio territorial de contención, de capacitación, y de asistencia técnica con la provisión de semillas agro ecológicas y pollitos de razas puras criollas.

Las distintas políticas presentadas, los grados organizativos alcanzados y los contextos específicos de cada lugar, nos permite plantear en esta discusión, una especie de escalera de tiempos distintos, pero también de trayectorias que enmarcan la emergencia de procesos de re territorialización de los alimentos, sobre todo los que se generan en las áreas peri urbanas.

No desconocemos que, en estas zonas, aparecen también dicotomías de una producción industrializada bajo inmensos techos de plásticos (el gran La Plata en Argentina, tiene más de 7000 ha bajo cubierta como ejemplo), frente a las unidades productivas



familiares que generan sobre todo verduras frescas producidas agroecológicamente en algunos casos y con menor presión de insumos sintéticos, en otros. Entonces nos planteamos hasta donde la mercantilización de las producciones son cautivas de circuitos largos con estandarizaciones ajenas a los intereses de los consumidores, con transacción caracterizadas por asimetrías muy marcadas, donde prevalen los intereses de las grandes superficies y los grandes procesadores.

La emergencia y consolidación de políticas públicas que acompañen, regulen, fomenten producciones más agroecológicas, circuitos de comercialización más gobernables por los actores locales, la recreación o creación de organizaciones que permitan una mayor gobernanza de los procesos de producción, comercio y consumo, favorecida por reglas de juego co construidas entre los actores, serían los emergentes de la construcción de nuevas formas de diseñar las políticas como las nuevas formas organizacionales surgidas.

## CONCLUSIONES

Está en pleno auge la emergencia de miradas distintas sobre el uso del espacio rural relativamente cerca de las urbanizaciones, como generadores de alimentos, pero también sobre la necesidad de protección del medio ambiente y la preservación o re territorilización de una diversidad de actores y actividades. Aunque en la mayoría de los casos analizados revela muy débiles señales de diversificación y renovación agraria.

Si bien existe la planificación, hay poca coherencia territorial. Se generan Políticas Publicas que cuando se construyen los documentos básicos o fundacionales, en escasas ocasiones hay agricultores de las organizaciones de base, sólo hay representantes de ellos. Estos en muchos casos coinciden con los intereses de los urbanos y de los grandes productores, por lo que la representación de los más chicos que son la mayoría, se ve muy disminuida.

Consideramos que lo central debería ser la relación entre el Agricultura y la Ciudad es decir la relación agrociedad. Hay un paradigma en discusión entre lo que se piensa en la ciudad, con una presión social para que la agricultura sea de proximidad, de calidad, agroecológica y la realidad de los agricultores (Hasnaoui, 2018). En esta línea de pensamiento parece cada vez más importante conocer mejor como los agricultores van a dialogar con los habitantes de la ciudad, donde parecería necesario la emergencia de nuevos interlocutores y de nuevos espacios de mediación, no necesariamente desde el



estado, sino más bien en una co presencia de actores e intereses.

Por otro lado, si miramos el sector rural progresivamente hay menos productores, de lo cual una parte de ellos son más grandes, están en las cadenas y hacen alimentos industriales, son la mayoría. Igualmente surgen lo que algunos autores denominan “neo rurales” que tienen otras formas de hacer la producción, otras formas de vivir la ruralidad y otras formas de participar.

Como se promueve que se valore en los habitantes rurales hacer mejores alimentos, mas agroecológicos. Y como dice Hasnaoui (2018) acompañarlos para que aprendan esta otra manera de producir, si en el espacio rural prevalece la producción en cantidad.

Retomando los conceptos teóricos del comienzo del artículo sostenemos que los consumidores muy parcialmente se movilizan o cuestionan como se hacen los alimentos, no hay tanta correspondencia mientras que desde los campos científicos y de los movimientos ambientalistas aparecen los actores que presentan los mayores cuestionamientos, reivindicando la necesidad de la instrumentación de políticas que estimulen otras formas de producir y no tanto otras formas de consumir.

Parecería que el tema tipos de alimentos y modo de consumo unido a como se generan, recién se está comenzando a jerarquizar en las capas sociales de mayor poder adquisitivo y que se expresa con más nitidez en aquellos países con sociedades con mejores niveles de ingresos y educativos, que en los países y regiones más pobres y con menor desarrollo humano.

Respecto a la equilibración, en el análisis de los casos que presentamos nos referimos a como algunos territorios recuperan identidad, manejan ciertas escalas de la información y emergen procesos emancipativos o de empoderamientos, como en amazonia. En la sociedad y en las organizaciones, se estaría iniciando una nueva etapa donde el péndulo se orienta hacia sistemas más regulados, con nuevas concertaciones entre los actores que abandonaron esas posturas de actuados, pasando a ser actores y más artífices de su propio destino. Quizás se esté en los albores de un cambio, que implica la construcción de nuevas normas y convenciones desde lo social, organizacional y económico. Un tránsito que genera expectativas, revive esperanzas de encontrar una sociedad y estilos organizacionales más justos, más equilibrado, es decir una nueva equilibración de actores e intereses.



Las Políticas públicas presentadas reflejan perfectamente contextos muy distintos donde en Francia y la Unión Europea presentan políticas más estratégicas y responden a sociedades más avanzadas en los temas presentados, entretanto en Brasil algunas de sus políticas parecen acompañar mejor los procesos de re territorialización y de presentar oportunidades a las clases más rezagadas. Entretanto en Argentina la política presentada ha buscado acompañar a ciertos sectores sociales en un contexto de discontinuidades, de asincronismos y de una sociedad cada vez más amenazada por la pobreza. En el caso de Uruguay fueron políticas que promovieron la asociación, la visibilización de sujetos silenciados, la territorialización y permanencia en el tiempo de organizaciones de la producción familiar a pesar de que el PUR fue un proyecto acotado en el tiempo y la mayoría de las veces se considera que la vida y continuidad de las organizaciones depende de la permanencia de las políticas públicas.

Como reflexión producto de la temática movilizada podemos señalar una tríade de conceptos que nos llaman a reconsiderar y replantear. Por un lado, nos preguntamos: ¿hay una tendencia a lograr una mayor autonomía por elección o por reacción de los actors, sean estos consumidores y/o productores?. Por otro, ¿hay realmente una tendencia a la ecologización y territorialización de las políticas públicas y tercero, ¿se ha iniciado un proceso de equilibración de actores e intereses?. Será el lector, quien con sus propias reflexiones podrá estar más o menos de acuerdo con las tendencias que planteamos.

## REFERENCIAS

ALBALADEJO, Christophe. Innovations discrètes et re-territorialisation de l'activité agricole en Argentine, au Brésil et en France. *En*: ALBALADEJO, Christophe. & BUSTOS CARA, Roberto. (ed.). **Desarrollo local y nuevas ruralidades en Argentina** / Développement local et multifonctionnalité des territoires ruraux en Argentine. UNS Departamento de Geografía / IRD UR102 / INRA SAD / Univ. Toulouse LeMirail UMR Dynamiques Rurales, Bahía Blanca, Argentina, 2004. p. 413-456.

ALBALADEJO, Christophe. **Médiations territoriales locales et développement rural**. Vers de nouvelles compétences d'accompagnement de la 'activité agricole. Les familiales dans les transformations territoriales en Argentine au Brasil et en France. HDR. Habilitation a Diriger des Recherches Geographie et Aménagement. UFR.



Sciences Sociales Département de Géographie Dir, 2009. 304 p.

ALBALADEJO, Christophe; CITTADINI, Roberto. **El productor silencioso: destino del gran actor de la modernización de los años 1960-70 en la actual copresencia de agriculturas de la región pampeana argentina.** En PAMPA Revista Interdisciplinaria de Estudios Territoriales. Universidad Nacional del Litoral (Argentina) y Universidad de la República (Uruguay). Santa Fe, Argentina, v. 16, p. 9-34, julio-dic 2017.

BENKO, George. **La Ciencia regional.** EDI.UNS, 1999. 171 p.

BIANCHINI, Valter. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015.** Avanços e Desafios. Brasília Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. 113 p.

BUSTOS CARA, Roberto. Los sistemas territoriales. Etapas de Estructuración. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense.** Madrid, v. 22, p. 113-129, 2001.

BUSTOS CARA, Roberto. Cambios en los sistemas territoriales. Actores y sujetos entre la estructura y la acción. Propuesta teórico-metodológica. *En: II Jornadas Interdisciplinarias del Sudoeste Bonaerense.* Bahía Blanca, Argentina, p. 245, 2002.

CARRICART, Pedro. **Cooperativas rurales y territorios en la Región pampeana argentina.** Transformaciones sociales, económicas y organizacionales. Buenos Aires: La Comena, 2012a. 417 p.

CARRICART, Pedro, KEBAT, Claudia. Procesos de territorialización y desterritorialización en el mundo cooperativo. *En: VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales,* Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2011.

CARRICART, Pedro. Procesos de Territorialización y Desterritorialización en el mundo Cooperativo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios.** Argentina, v. 1, n. 36, p. 12-25, set. 2012b.



CARRICART, Pedro. Tensiones entre autonomía y acción colectiva. Análisis comparativo de casos de cooperativas de pequeños y medianos productores de Brasil, Argentina y Francia. **Brazilian Journal of Health Review**. San Pablo, v. 2, n. 4, p. 2778-2795, jul-ago 2019.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Prentice Hall, Englewood Cliffs. New Jersey: Translated by Carlisle W. Baskin, 1966. 230 p.

COURTY, Sarah. **Étude des pratiques d'introduction de légumineuses chez des agriculteurs membres de CUMA: entre quête d'autonomie & transition agroécologique?** Analyse des trajectoires et évaluation des effets liés aux changements de pratiques. Mémoire de fin d'études présenté pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome Spécialité: Systèmes Agricoles et Agroalimentaires Durables au Sud (SAADS) Option: Développement Agricole et Rurale au Sud (DARS) Parcours: Ressources, Systèmes Agricoles et Développement. RESAD. – Universidad, INRA-UMR Innovation Montpellier, 2016.

CROAZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **El actor y el sistema**. Las restricciones de la acción colectiva. México: Alianza Editorial, 1990. 367 p.

DUBAR, Claude. **La crise des identités**. L'interprétation d'une mutation. Paris: PUF, 2000. 239 p.

GARCIA VELAZCO, Aureli. **Accompagnement des collectifs 'agriculteurs en Cuma vers la transition agroécologique et l'atténuation du changement climatique'**. Etat des lieux et propositions pour un renforcement des actions du réseau Cuma. Mémoire de fin d'études. Présenté pour l'obtention du diplôme d'ingénieur agronome Spécialité: Agro-Ecologie, du Système de production au Territoire (AGREST), 2017. 50 p.

GASSELIN, Pierre. 2017. **Entrevistas personales**, UMR Innovation, INRA-SAD, Montpellier, Francia. 2019.



HASNAOUI AMRI, Nahuir. **La participation des agriculteurs à une politique territoriale.** Le cas de Montpellier Méditerranée Métropole. (Thèse de Doctorado: géographie) - Montpellier: Université Paul Valéry - Montpellier SupAgro, 2018.

HEBINCK, Paul; PLOEG, J. D. Van Der; DOUWE, Jan; SCHNEIDER, Sergio. **Desarrollo rural y construcción de nuevos mercados.** Londres: Routledge, 2015. 218 p.

HEINISCH, Claire. **Nouveaux circuits alimentaires de proximité dans les Andes:** contribution à la reconnaissance des paysanneries (PhD Thesis), Agrocampus Ouest. Rennes, Francia, 2017.

ION, Lilián. **El Proyecto Uruguay Rural y su anclaje territorial en el departamento de Rivera, en el período 2005-2010.** (Maestría en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural – PLIDER) – Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, Universidad Nacional de La Plata, 2017.

LAHERA, Eugenio. **Política y políticas públicas.** CEPAL Naciones Unidas. Santiago de Chile, Serie, n. 95, p. 32, 2004. (Políticas Sociales).

LATOURE, Bruno. De la mediación técnica: filosofía, sociología y genealogía. *En:* DOMENECH, Miguel; TIRADO, Francis J. (comp). **Sociología simétrica.** Barcelona: Gedisa Editorial, 1998. p. 249-301.

LOVIS TRENTIN, Irán. Análisis del programa nacional de fortalecimiento de la agricultura familiar. **Revista Verde.** Pombal, Paraíba, Brasil, v. 14, n. 4, p. 554-561, 2019.

LUCAS, Véronique; GASSELIN, Pierre. (2016). **La potenciación de los agricultores en Cuma: Entre el pragmatism económico, activación de los procesos ecológicos y pérdida de confianza, En Coloquio científico SFER LML.** 9 y 10 junio 2016. Campo agronómico Clermont En: Liberalización de las políticas públicas de los mercados



lecheros: Evolución de las políticas públicas, consecuencias y adaptación de los actores económicos.

LUCAS, Véronique. Quêtes d'autonomie et recompositions des organisations collectives d'agriculteurs en Cuma: des points d'appui pour la transition agroécologique?. *En: INRA-SAD, 10 èmes journées des doctorants du SAD*, 14-18 mars, 2016. p. 19.

MARITNEZ NOGUEIRA, Roberto. **Análisis de las políticas públicas**. Argentina: Instituto Nacional de Administración pública, Argentina, 1995. 48 p.

OSZLAK, Oscar. El rol del Estado: Micro - Meso – Macro. Aportes. Para el Estado y la administración gubernamental. **Revista de la Asociación de Administradores Gubernamentales**. Buenos Aires, n. 29, p. 83-97, 2012.

OSZLAK, Oscar. Implementación participativa de políticas públicas: aportes a la construcción de un marco analítico. *En: Alejandro Belmonte et al. Construyendo confianza: hacia un nuevo vínculo entre estado y sociedad civil*. Fundación CIPPEC, Subsecretaría para la Reforma Institucional y Fortalecimiento de la Democracia, Jefatura de Gabinete de Ministros, Presidencia de la Nación. Buenos Aires: v. 2, p. 9-48, 2009.

OSZLAK, Oscar; ODONELL, Guillermo. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **Redes**. Centro de Estudios de Estado y Sociedad. Quilmes, Buenos Aires, v. 2, n. 4, p. 99-128, 1995.

PLOEG, J.D Van Der. **Peasants and the Art of Farming: a Chayanovian Manifesto**. Fernwood Publishing, Winnipeg, 2013. 157 p.

PLOEG, J.D Van Der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Earthscan, 2008. 356 p.

PUR, MGAP, FIDA. **Proyecto Uruguay Rural: Aportes a la construcción del desarrollo**



rural. Síntesis de resultados y lecciones aprendidas. Uruguay: PUR, DGDR, MGAP, 2011. 127 p.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier du Groupe Réseaux**. Francia, v. 1, n. 7, p. 263-279, junio 1987.

RIFKIN, Jeremy. **La era del acceso**. La revolución de la nueva Economía. C.A.B.A. Argentina: Paidós, 2004. 366 p.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUE. **Desarrollo Territorial Rural**. Debates y temas rurales n. 1. Providencia, Santiago de Chile: División América Latina y el Caribe del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola y el Departamento de Desarrollo Sustentable del Banco Interamericano de Desarrollo, 2003. p. 54.

SCHNEIDER, Sergio, NIEDERLE, Paulo André. **Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers**. London, UK: The journal of peasant studies. - J PEASANT STUD, v. 37, n. 2, p. 379–405, 2010.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. 506 p.

VADELL, Antonio; ION, Lilián.; GONSALVES, Guillermo. Las Mesas de Desarrollo Rural implementadas por el Proyecto Uruguay Rural. *En: 1er. Congreso de Ciencias Sociales Agrarias*, Departamento de Ciencias Sociales, Facultad de Agronomía, Universidad de la República, 2012. 13 p.

ZURBRIGGEN, Cristinta. El institucionalismo centrado en los actores: una perspectiva analítica en el estudio de las políticas públicas. **Revista de Ciencia Política**, Universidad Autónoma del Estado de México. México, v. 26, n. 1, p. 67-83, 2006.





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DE PACAJÁ COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

### THE EXPERIENCE OF THE COOPERATIVE OF RURAL FAMILY PRODUCERS IN PACAJÁ WITH THE NATIONAL SCHOOL LUNCH PROGRAM - PNAE

Denise Reis do Nascimento, Mestranda, UFRA, denisereis20@gmail.com;  
Alcilene Magalhães Cardoso, Doutoranda, UFOPA, alcilene@ipam.org.br;  
Thaynara Cavalcante Veloso, Bacharel, UFPA, thaynaraengflorestal@gmail.com;

---

#### Resumo

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) trouxe oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil. O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar. O estudo utilizou as seguintes metodologias: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública. O novo modelo de PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar mais a produção. Diante da nova dinâmica da cooperativa, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores. A diversidade produtiva influenciou na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira que passaram a incluir frutas e hortaliças nas refeições diárias.

#### Palavras-chave

Agricultura familiar. Produção. Mercados. Diversificação. Comercialização.

#### Abstract

The National School Lunch Program (PNAE) has brought significant market access opportunities to family farming cooperatives in Brazil. The article aims to understand how PNAE contributes to families' productive management and food security. The study used the following methodologies: a) Bibliographic research: through the analysis of books, articles, reports; b) Documental Research of printed materials and documents related to COOPROPAC experiences; and c) Conducting semi-structured interviews with actors involved in the process of selling and buying products through public entities. The new model of PNAE reinforced some strategies for diversifying production and encouraged farmers to plant and further diversify production. Faced with the new dynamics of the cooperative, technical assistance needs to support the organization of production, marketing, improving the quality of products and, above all, working on the training of cooperative members and managers. Productive diversity influenced the food of rural families and farmers' market customers who started to include fruits and vegetables in their daily meals.

#### Keywords

Family farming. Production. Markets. Diversification. Commercialization.

## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é popularmente conhecido como merenda escolar e foi criado como uma estratégia para que o governo federal estimulasse a agricultura familiar, enquanto que para as famílias produtoras é também uma grande oportunidade de geração de renda através da comercialização de seus produtos. A prefeitura municipal de Pacajá compra com recursos do FNDE/PNAE e recursos próprios, produtos alimentares da própria região para a merenda escolar, através da transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos estados e municípios brasileiros. Na conformidade da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A história diz que a luta pelo direito à alimentação escolar vem da década de 50, mas foi com a constituição de 1988, que o direito à alimentação escolar gratuita e de qualidade para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado, sendo estendido também à educação infantil e às creches. Até 1993 o PNAE foi administrado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que centralizava a compra e distribuição dos alimentos. De 1993 a 1998, o Programa passou por transformações de descentralização e desburocratização, celebrando acordos com estados, distrito federal e municípios, desde então, coube a estes governos a responsabilidade de execução do programa de forma integrada com o governo federal visando maior benefício aos alunos de escolas públicas.

A comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional é um fenômeno relativamente recente. As primeiras experiências dessa natureza foram localizadas, muitas vezes descontínuas no tempo e desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos. Mas este processo é crescente e atualmente representa uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar (UNICAFES, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. O Programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares



saudáveis, por meio tanto da oferta da alimentação escolar, quanto pela execução de ações de educação alimentar e nutricional.

Além de ser uma importante política pública, pois sua complexidade e heterogeneidade, ao mesmo tempo em que subsidia a geração de renda, possibilita a oferta de alimentos de qualidade, contribui para o resgate de valores da agricultura familiar e permite o desenvolvimento local. Outro ponto importante a ser analisado é o conceito da agricultura familiar, que de acordo com Wanderley (1996) a noção de “agricultura familiar” deve ser entendida de forma genérica como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar, considerando a diversidade de produtos e analisando as principais dificuldades para acessar a esse tipo de mercado. O trabalho contribui ainda para a sistematização da experiência da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá (COOPROPAC) de forma a influenciar outros grupos de produtores, em especial, assentados da reforma agrária. Assim, mais produtores rurais poderão fornecer seus produtos para a alimentação escolar garantindo renda e contribuindo para uma alimentação mais saudável das crianças da rede municipal de ensino nos municípios onde atuam.

## **METODOLOGIA**

A Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá analisada neste trabalho foi fundada em 14 de julho de 2017 por 42 agricultores produtores/feirantes da Feira da Produção Familiar de Pacajá e sua sede está localizada no município de Pacajá no Estado do Pará, na região da rodovia Transamazônica. O município de Pacajá limita-se com os municípios de Portel (ao norte), Tucuruí e Baião (ao leste), Novo Repartimento (ao sul) e Anapu (a oeste), ocupando uma área de aproximadamente 11.800Km<sup>2</sup>, correspondendo a 4,72% da Região de Integração (RI) do Xingu e 0,95% do Estado do Pará. Pacajá fica a 600 km de Belém e a 217 km de Altamira.

Pacajá está situado na Mesorregião Sudoeste Paraense e Microrregião de Altamira, possuindo população estimada em 2021 de 49.110 munícipes e segundo o censo



do IBGE (2010) ela era de 39.979. Em relação a educação, 93% da população entre 6 a 14 anos possui escolaridades e tendo em 2020 8.275 alunos matriculados no ensino fundamental atendidos pela rede municipal de educação com 135 estabelecimentos de ensino regularmente funcionando (IBGE, 2020). Esses alunos são atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e assim pela produção da agricultura familiar do município, como é o caso da COOPROPAC que vem desde 2019 ofertando produtos variados nas compras públicas por meio de participação nos chamamentos públicos da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED.

A proposta metodológica desta pesquisa pode ser compreendida no campo da abordagem qualitativa, sendo considerada como um estudo de caso que busca retratar uma determinada realidade e estudá-la a luz de fontes diversas de informação e adoção de metodologias participativas que gerem protagonismo dos produtores e produtoras rurais da feira de Pacajá e da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá no processo de construção dos dados (Florentino *et al.* 2019).

Entre as técnicas de coleta e análise de dados o estudo utilizou diferentes abordagens metodológicas, tais como: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios e demais produções que tratam as questões relativas aos mercados institucionais com destaque para a modalidade do PNAE; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC, complementando os dados obtidos com a revisão bibliográfica e com as entrevistas com gestores públicos do município de Pacajá; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública Nº 001/2019-01 executada pela Secretaria Municipal de Educação de Pacajá.

Quanto aos recursos e materiais utilizados na pesquisa, tais como despesas com transporte e alimentação para as pesquisadoras, material didático e outros foram disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) como componente de apoio para fomentar a pesquisa e extensão junto às famílias participantes da cooperativa. Os procedimentos metodológicos utilizados foram ainda orientados a buscar apoio nos trabalhos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam dos temas políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais e agricultura familiar na Amazônia e com recorte na região em estudo.

Para informações qualitativas e quantitativas sobre o processo de implementação



do PNAE no município de Pacajá, e em especial, com a COOPROPAC, utilizamos informações a partir de coletas de dados realizadas no âmbito do projeto “Negócios Familiares Sustentáveis” que foi executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no período de 2018 a 2020. Nesse processo alguns instrumentos foram utilizados como o plano de uso da propriedade e a planilha de custos que cada produtor aplica para o monitoramento de sua produção e geração de renda.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Feira da Produção Familiar de Pacajá surgiu em 2016 a partir da execução de projetos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Viver, Preservar e Produzir (FVPP) em assentamentos rurais da região. Inicialmente, a feira funcionava sob tendas de lona (Figura 01), a cada dia 15 e contava com a participação de 25 famílias de produtores organizados em um grupo informal de comercialização de seus produtos direto aos consumidores. Após 04 anos de existência, a feira tem se mostrado uma excelente estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar da região, gerando renda e trabalho para as famílias que vivem no campo. Esse espaço disponibiliza uma diversidade de produtos de origem vegetal e animal para a população que vive na área urbana do município de Pacajá, agregando parceiros da sociedade civil e de governos em prol de consolidar esta iniciativa geradora de renda e de consumo sustentável de alimentos vindos direto do campo. Os produtores rurais que são também feirantes e sócios da cooperativa atualmente comercializam seus produtos toda sexta-feira no novo galpão da feira (Figura 02) construído em 2020 com apoio do Projeto Negócios Familiares Sustentáveis em parceria com a prefeitura de Pacajá. As novas instalações garantiram aos produtores e consumidores um espaço com melhores condições de oferta dos alimentos e ampliação do leque de produtos a serem disponibilizados, bem como o aumento no volume de venda e consequente de renda para os membros que em 2020 já eram em número de 48 produtores/feirantes

A cada feira são comercializados em média 100 tipos de produtos diferentes, como mostra o quadro 01 a seguir, podendo variar conforme a sazonalidade e o calendário produtivo das famílias, o que está previsto nos planos de uso da produção de cada agricultor membro da cooperativa. A diversidade e assiduidade no fornecimento dos produtos ajuda a atrair os consumidores e fidelizar as compras tanto no espaço da feira



**Figura 1** - Feira acontecendo na tenda montada na rua



Fonte: Autoras

**Figura 2** - Feira acontecendo no galpão



Fonte: Autoras

quanto as realizadas por encomendas de clientes e mesmo abrindo o leque de outros mercados como as compras institucionais junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) quanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**Quadro 1** - Principais produtos comercializados na feira de Pacajá.

CATEGORIAS	COMPONENTES
Frutas in natura	Banana, acerola, mamão, murici, coco, maracujá, goiaba, graviola, pupunha, cupuaçu, melancia, abacaxi, abacate, manga, tangerina, lima limão, cacau, jaca, jabuticaba e laranja.
Legumes	Pimenta de cheiro, pimenta amarela, pimentinha verde, quiabo, pimentão, feijão verde, abóbora, pepino, maxixe e tomate.
Processados	Polpa de frutas (açai, abacaxi, açai, acerola, bacuri, cacau, caju, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, murici, taperebá), farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma de tapioca, bejú, tucupi, coco ralado, caldo de cana, café moído, colorau, açafrao, derivados do leite (queijo, requeijão doce de leite, iogurte e manteiga de garrafa), farinha de babaçu, bolos, doces, pão caseiro, biscoito de polvilho, pamonha, galinha abatida, abóbora cortada, banha de porco.
Hortaliças	Cheiro verde, cebolinha, alface, chicória, carirú, jambu, vinagreira, rúcula e couve-flor.
Raízes	Macaxeira in natura, cará, batata doce, inhame e amendoim, gengibre.
Grãos	Milho, arroz e feijão caupi.
Proteína animal	Galinha caipira viva, ovos caipira, peixe e carne suína.
Castanhas	Castanha do Brasil, castanha de babaçu.
Óleos vegetais	Copaíba, andiroba, babaçu, coco da praia, cupuaçu.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferecidos nos últimos anos pelo IPAM e parceiros como: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também influenciam no aumento da qualidade e quantidade de produtos ofertados a cada feira, bem como para o aprimoramento do sistema de gestão e de monitoramento para



os ajustes necessários ao melhor funcionamento desses espaços de comercialização e mesmo das unidades produtivas de agricultores cooperados.

Diante da diversidade de produtos, a cooperativa visualizou uma nova oportunidade de comercialização através do PNAE. Um primeiro passo dado pela cooperativa foi a realização de reuniões com a nutricionista e a responsável pelo setor da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED para apresentação do potencial produtivo e da diversificação dos produtos dos cooperados, em especial os produtos que ainda não constavam na lista da SEMED e que poderiam ser inseridos no cardápio. A proposta foi bem aceita e foram introduzidos os seguintes produtos: farinha de mandioca branca, quiabo, colorau, inhame, batata doce e feijão caupi.

O Município de Pacajá tem feito um esforço de avançar com as compras institucionais em especial para o PNAE na modalidade de compra da agricultura familiar e isso vem incentivando os produtores rurais a se organizar para acessar esse mercado como foi o caso da cooperativa. A seguir os dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 no quadro 02 mostram que mesmo em anos de pandemia esse movimento de comprar de um dos setores da economia mais afetados pela Covid 19, que foi a agricultura familiar, continuou e cresceu em volume de recurso se consideramos os Projetos de Venda da COOPROPAC.

**Quadro 2** – Projetos de Venda da COOPROPAC (2019 a 2021).

Data de apresentação do Projeto	Valor do Projeto de Venda (R\$)
19/03/2019	505.068,00
20/08/2020	143.650,00
13/05/2021_1	339.558,01
31/08/2021_2	429.558,35

A SEMED de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar orienta a elaboração dos cardápios da alimentação escolar o que é realizado pelo profissional nutricionista responsável. O cardápio deverá utilizar alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local e levando em conta a diversidade agrícola da região. Além de ser possível elaborar um cardápio mais condizente com a realidade

das escolas da região amazônica e, portanto, a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, os profissionais ligados a esse setor devem estar atentos a sazonalidade de oferta dos alimentos, equilíbrio e proporcionalidade nas ofertas semanais assim como garantindo a soberania alimentar das crianças em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais os chamados PCTs em acordo com a legislação atual.

Compete observar que para o correto cumprimento do objetivo das diretrizes da alimentação escolar, é necessário o envolvimento de diversos atores na execução do PNAE: os produtores rurais, os conselhos de alimentação escolar, os secretários de educação, os nutricionistas, os diretores das escolas, os professores, os manipuladores de alimento e os próprios estudantes. Dentre esses atores, destacam-se o nutricionista e também os manipuladores de alimentos, responsáveis pelo correto desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e pela coordenação das ações de educação alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

Com a publicação da chamada pública Nº 001/2019-01 do PNAE pela SEMED de Pacajá em 18 de março de 2019, a COOPROPAC participou da primeira chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural do município de Pacajá. O processo iniciou-se pela habilitação dos documentos dos empreendimentos, seguindo os critérios de classificação, e sendo a cooperativa um grupo formal teve prioridade diante dos outros concorrentes, na conformidade do que dispõe a Resolução No. 06/2020 do FNDE e ainda a Lei No. 11.326 de 24 de julho de 2006, com redação alterada pela Lei No. 12.512/2011.

Tendo concorrido e se classificado no chamamento público, a cooperativa teve o seu projeto de venda selecionado somando um total de R\$ 505.068,00 (Quinhentos e cinco mil e sessenta e oito reais) e os produtos inseridos no projeto de venda de acordo com o cardápio elaborado pela nutricionista foram os seguintes: alface, abóbora, abacaxi, batata doce, cheiro verde, couve, inhame, melancia, macaxeira, polpa de frutas, colorau, farinha de mandioca, feijão caupi e banana.

Com a obrigação de se ter um nutricionista como responsável técnico pela operacionalização do PNAE, foi publicada a Resolução CFN nº465/2010, que atualiza as atribuições previstas na rotina deste profissional, em consonância com as normativas federais em vigor, inserindo atividades técnicas obrigatórias que vão além da elaboração do cardápio. A ampliação das atribuições dos nutricionistas que atuam no PNAE permitiu



tornar os cardápios mais fidedignos ao perfil dos estudantes atendidos, a partir de diagnósticos e acompanhamento do estado nutricional (MAPA/SAF, 2019).

A participação da Secretaria Municipal de Agricultura de Pacajá nesse processo foi importante mesmo ainda sendo necessário um trabalho mais estruturado e orquestrado entre as duas secretarias de forma a incentivar os produtores rurais do município a ofertarem nos editais de chamada pública do PNAE e assim contribuírem para que o município atinja o percentual comprado da agricultura familiar que é hoje de no mínimo 30% e mesmo que possa superar esse valor como já é o caso de alguns municípios no Brasil.

A entrega dos produtos contratados acontece de acordo com o cronograma repassado à Cooperativa pelo setor da merenda escolar dentro da Secretaria Municipal de Educação do município e são realizadas de duas formas. Na primeira modalidade os agricultores são divididos de acordo com a proximidade com as escolas e na segunda onde os agricultores fazem a entrega diretamente no posto de coleta do município. As entidades receptoras se responsabilizam pelo armazenamento, conservação, preparo e distribuição dos produtos nas escolas da rede municipal tanto da área urbana quanto rural.

No que se refere à logística, no início houveram algumas dificuldades, pois, a quantidade de produtos a serem entregues não compensava as despesas do deslocamento do produtor rural de suas áreas de produção até os centros de entrega na cidade. Essa dificuldade foi superada a partir do planejamento da logística e diversificação dos produtos que poderiam ser ofertados, assim como os arranjos entre os cooperados para acompanhar essa produção diversa e contínua durante os períodos de safra e entressafra. Tão importante quanto produzir é organizar essa produção, seu beneficiamento e comercialização, elementos estes que precisam estar dentro do processo de ATER e capacitação em gestão de negócios familiares como foi o caso da cooperativa. O gerenciamento e o bom planejamento garantem a adoção de estratégias que baixam custos, diminui desperdício e assim melhoram a renda.

Com a necessidade de aumentar e diversificar a produção, os produtores rurais de Pacajá ligados à COOPROPAC estão intensificando seus plantios nas áreas já abertas, não tendo necessidade de desmatar novas áreas de florestas. Nesse sentido os cooperados também têm buscado por mais capacitação em novas tecnologias sociais produtivas assim como em gestão de empreendimentos familiares com apoio de organizações chaves



no território como SEBRAE, SENAR e secretarias municipais de agricultura e meio ambiente. A diversificação produtiva, o cooperativismo produtivo, o fortalecimento dos empreendimentos e sua gestão são apostas que podem transformar a forma de produzir e consumir alimentos na Amazônia sendo o caso da COOPROPAC um exemplo dessa possibilidade e realidade.

Dentre inúmeros aspectos, uma alimentação saudável compreende a utilização de alimentos variados e seguros e referencia-se no respeito à cultura, aos hábitos e tradições alimentares, ao uso de produtos locais sociobiodiversos, valorizando a produção regional, resgatando hábito e culturas alimentares, fortalecendo as comunidades tradicionais e diversificando a alimentação nas escolas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

## CONCLUSÕES

O baixo fornecimento de produtos pelos agricultores familiares nos mercados institucionais e compras públicas dá-se muitas vezes pela conjunção de vários fatores, tais como, a falta de informação, o medo de assumir um compromisso formal com órgãos públicos, a falta de assistência técnica especializada para assessoramento e emissão de documentos, em especial a declaração de aptidão ao PRONAF-DAP, hoje também chamado de Cadastro da Agricultura Familiar - CAF para acesso às chamadas públicas. Esse cenário mudou com a intervenção de ATER conjunta e diferenciada do IPAM, SEBRAE e SENAR no município de Pacajá, embora muito ainda se precise avançar com vários grupos de produtores rurais. A participação e sensibilização da equipe técnica da SEMED, em especial de nutricionistas e o contato desses com os agricultores familiares foi decisivo para a construção de uma relação de confiança e de fluidez das informações de forma a desmistificar esse tão importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar que é o mercado institucional.

Essa parceria que se construiu no município foi um elemento importante também para o fortalecimento da COOPROPAC como um potencial fornecedor ao PNAE, tanto de produtos diversos quanto de alimentos saudáveis e de boa procedência. A aquisição direta da agricultura familiar tornou-se um compromisso dos atores locais envolvidos diretamente para a implementação de uma estratégia visando aumentar o número de produtores rurais acessando o programa, em especial superando os desafios dessa região.



A informação ainda é uma das ferramentas mais poderosas nessa missão de trazer a agricultura familiar para a venda direta, sem atravessadores e intermediários, ao PNAE e para isso a divulgação junto às comunidades rurais e o estabelecimento do diálogo mais próximo dos produtores se faz importantíssimo e poderá abrir um leque de opções.

Esse novo modelo de mercado trouxe melhorias para os agricultores, mas também grandes desafios. O PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar sua atividade agrícola. Assim foi possível verificar a grande diversidade de produtos fornecidos e distribuídos pelo programa, incluindo vários produtos da sociobiodiversidade e do extrativismo, tais como amêndoa de coco babaçu, azeite de babaçu, massa de coco babaçu por exemplo. Atualmente, a partir da nova dinâmica em que a cooperativa se encontra, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores.

A diversidade produtiva influenciou, segundo os produtores, também na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira familiar que passaram a incluir frutas, legumes e hortaliças nas refeições diárias. Essas modificações na alimentação criam mecanismos para aumentar a segurança alimentar e nutricional em especial das crianças, diminuindo a ingestão de alimentos industrializados e ricos em conservantes e condimentos, além de exercer papel de destaque no aproveitamento e rendimento escolar, pois crianças bem alimentadas comprovadamente aprendem mais e melhor em sala de aula e na interação em sociedade

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos produtores e produtoras rurais familiares da COOPROPAC por nos permitir obter resultados tão maravilhosos com a prestação de assistência técnica rural (ATER) prestada pelo IPAM e seus parceiros técnicos na região. Agradecemos ao IPAM pelo apoio financeiro, logístico e técnico para realização das atividades. Agradecemos a Eletronorte financiadora do Projeto. Agradecemos aos parceiros do Projeto (SEBRAE, SENAR e FVPP).

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de



Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Amazônia à mesa: receitas com produtos da sociobiodiversidade para a alimentação escolar.** Brasília, DF: MAPA/SAF, 2019. 120 p.

FLORENTINO, G.D; MARTORANO, L.G.; MIRANDA, I.P.A.; MORAES, J.R.S.C.; BELDINI, T.P. **Dynamics of Space and Time of the Production Chain of the Ceramic Industry Production Center of Iranduba, Amazonas, Brazil.** MDPI. Sustainability, 2019.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar.** Brasília, DF: 2013. 34 p.

WANDERLEY, M. de N. B. A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, Norma. (comp.). **Una nueva ruralidad en América Latina**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001.





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## DIVERSIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE DOIS TERRITÓRIOS BAIANOS

## DIVERSITY OF THE ECONOMIC ORGANIZATION OF FAMILY FARMERS: THE CASE OF TWO BAHIAN TERRITORIES

Philippe Jean Louis Sablayrolles, Doutor, UFPA, philippejean@ufpa.br

Maria Lúcia da Silva Sodré, Doutora, UFRB, mlsodre@ufrb.edu.br

Clarice Hortência de Carvalho Almeida, Bacharel, UFRB, clarialmeida01@gmail.com

Estéfnas Silva Dos Reis Conceição, Bacharel, UFRB, estaphy@hotmail.com

---

### Resumo

O trabalho apresenta e analisa a diversidade das organizações econômicas da agricultura familiar voltadas para a comercialização, enquanto instrumentos potenciais de qualificação da oferta de produtos alimentares de qualidade. Propõe uma curta revisão sobre a cooperação entre agricultores no campo da comercialização, apresentando a organização juridicamente formalizada como uma das opções a ser avaliada. As características efetivas dessas organizações são relacionadas às práticas de comercialização dos agricultores vigentes, em dois territórios do estado da Bahia (Recôncavo e Sisal), marcados por contextos ecológico e agrário diferentes, descritos com dados secundários. Entrevistas semi-diretivas foram realizadas com 29 organizações em 12 municípios dos territórios considerados. São analisados os serviços de comercialização que efetivamente ofertam, e as dificuldades que enfrentam, considerando os níveis diferentes de complexidade das organizações. O trabalho permite propor recomendações para políticas de consolidação da oferta de alimentos de qualidade por agricultores familiares, notadamente no campo da assistência técnica voltada para organizações.

### Palavras-chave

Organizações rurais. Agricultura familiar. Comercialização. Bahia.

### Abstract

This paper presents and analyzes the diversity of economic organization of family farmers who market their products, as potential tools for qualifying the supply of food products. It proposes a short review on farmer cooperation in sales, presenting the legally formalized organization as one of the options to be evaluated. The effective characteristics of these organizations are related to the marketing practices of farmers in two territories of the state of Bahia (Recôncavo and Sisal), marked by different ecological and agrarian contexts, described with secondary data. Semi-structure interviews were conducted with 29 organization representatives in 12 municipalities of the territories considered. Analysis of the marketing services they effectively offer, and the difficulties they face, considering the different complexities of these organizations. This study allows us to propose guidelines for policies to consolidate the supply of quality food products produced by family farmers, notably, modes of technical assistance directed to these organizations can be proposed.

### Keywords

Rural organizations. Family farming. Commercialization. Bahia.

## INTRODUÇÃO

A comercialização pela agricultura familiar de alimentos de qualidade contribui para a segurança alimentar e nutricional, além de consolidar o desenvolvimento local dos territórios rurais (Grisa, Porto, 2015). A comercialização direta de alimentos por agricultores familiares à procura de autonomia corresponde à consolidação da soberania alimentar, reconectando atores, recursos e valores culturais do sistema alimentar, atualmente fragmentado pelas lógicas dos mercados globalizados (Ploeg, 2008). Por outro lado, a demanda da sociedade favorece a comercialização de produtos alimentares de qualidade por parte dos agricultores familiares.

Desde 2009, através da Lei 11.947, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) obriga a compra direta de no mínimo de 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em produtos da agricultura familiar, oferecendo produtos de “melhor qualidade nutricional, ambiental e cultural para os escolares” (Triches, 2015, p. 183), consolidando localmente a produção de alimentos e favorecendo um modelo agroalimentar mais sustentável. A política brasileira de abertura de mercados institucionais para a agricultura familiar apresenta resultados consistentes e reconhecidos internacionalmente (Arias *et al.*, 2013). No entanto, as práticas de comercialização dos agricultores familiares continuam pouco organizadas, e dificultam maiores benefícios em termos de preços, de quantidade, de qualidade, tanto para os agricultores como para os consumidores.

Existe o consenso, entre os cientistas sociais e os formuladores de política pública, que a participação dos agricultores em organizações formais, com responsabilidade jurídica, cooperativa ou associação, permite ampliar suas capacidades de desenvolvimento, notadamente na questão da comercialização (Chayanov, 2017; Sabourin, 1999; Long, 2003; Dugué *et al.*, 2012). Pode-se esperar, portanto, a ocorrência maior de Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF) nos locais onde a agricultura familiar está mais consolidada, comercializando um maior volume de produtos. Se, por um lado, a formalização jurídica da organização abre novas perspectivas, por outro lado, apresenta uma versão mais complexa e custosa de cooperação, envolvendo um dispositivo mais exigente de regras e penalidades para os associados (Friedberg, 1995). Este investimento só faz sentido para os agricultores quando resulta em ganhos crescentes (sociais, econômicos, ambientais), consolidando sua autonomia enquanto atores sociais.



No Brasil, e particularmente no Nordeste, as OEAF de comercialização juridicamente formalizadas são pouco numerosas. Sendo a Declaração de Aptidão ao PRONAF Jurídica (DAPJ) uma das condições para a OEAF atuar em mercados públicos, é um indicador razoável da ocorrência de OEAF efetivamente atuando na comercialização. Através de um levantamento realizado em janeiro de 2018, a Secretaria Especial de Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) registrou na Bahia 1.228 associações e cooperativas com DAPJ ativa, totalizando 69.275 sócios (comunicação pessoal), envolvendo, portanto, menos de 10% dos 762.620 estabelecimentos recenseados no estado pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2018).

Este número reduzido de OEAF formais questiona, por um lado, até que ponto os serviços de comercialização que oferecem são vantajosos do ponto de vista do agricultor associado, e por outro, se justificam enfrentar as dificuldades e os custos da cooperação juridicamente formalizada.

Para investigar esta temática, num primeiro momento, deve-se identificar as práticas efetivadas de cooperação para a comercialização entre os agricultores, entre elas as organizações formalizadas, suas modalidades e serviços ofertados, e as dificuldades que enfrentam. Num segundo momento, pode-se estabelecer recomendações para orientar políticas públicas, notadamente no âmbito do PNAE, e modalidades da assistência técnica para a consolidação das OEAF na comercialização.

O trabalho utiliza os dados do Projeto Mais Mercado, implementado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e financiado desde 2017 pela Secretaria Especial de Políticas da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). O projeto visa ampliar as compras dos produtos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em escala municipal em três territórios da Bahia (Recôncavo, Sisal, Portal do Sertão). A equipe do projeto levantou em 2017 o potencial global de produção municipal da agricultura familiar nestes territórios, estimando o volume e a diversidade de produtos alimentares comercializados, notadamente através das OEAF. O levantamento aconteceu nos 39 municípios dos 3 territórios<sup>1</sup> onde a compra dos produtos da agricultura familiar pelos gestores municipais do PNAE estava, no período 2013 - 2015, abaixo de 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mínimo estabelecido por lei (Sablayrolles, 2018).

<sup>1</sup> Os 3 territórios abrangem 56 municípios no total.



Escolheu-se a metodologia de amostras intencionais para escolher os territórios e os municípios analisados. Optou-se por analisar dois territórios bem diferenciados em termos ecológicos e agrários: o Recôncavo, beneficiado por um regime pluviométrico relativamente favorável e onde dominam estabelecimentos de pequena dimensão, e o Sisal, onde domina o semiárido, a pecuária, e estabelecimentos com áreas maiores. O Portal do Sertão apresenta uma situação de transição, e não foi considerado nesta análise.

Nestes dois territórios, a partir de dados secundários, apresenta-se primeiramente o contexto agrário e a ocorrência local de OEAF. Entrevistou-se uma amostra de OEAF nos municípios selecionados para identificar seu posicionamento nos canais de comercialização e o volume comercializado, com foco nos produtos alimentares. Analisaram-se os serviços efetivamente oferecidos por estas organizações, indicadores das prioridades dos agricultores para a cooperação formal no campo da comercialização, e as dificuldades que enfrentam. Os elementos reunidos sobre práticas de comercialização e serviços efetivos das OEAF em determinados contextos permitem formular recomendações visando consolidar a atuação das OEAF na comercialização

## **AS PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O modelo de sociedade camponesa, proposto por Mendras (1995), descreve sua relação com o mercado como sendo de autarquia relativa. Os camponeses, na concepção de Mendras organizam sua produção priorizando o consumo familiar, e vendem as sobras para conseguir o mínimo necessário de unidades monetárias para comprar as mercadorias que consideram essenciais. O desenvolvimento dos capitalismo levou à ampliação e ao aprofundamento da esfera mercantil e monetária da economia rural, obrigando os camponeses a adotar, na maioria dos casos, formas mais abrangentes de integração ao mercado.

No entanto, o caráter familiar desses agricultores se manteve, assim como sua estratégia de busca constante por autonomia em relação à sociedade envolvente. Cada sociedade camponesa apresenta um modo específico de inserção aos mercados, orientado pela autonomia e a reprodução social do grupo familiar (Wanderley, 2003). Localmente, este modo de inserção pode variar conforme os diferentes tipos de agricultores e mercados:

Cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes,



até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. (Schneider *et al.*, 2008, p. 999)

Existem, portanto, condições diferenciadas de inserção ao mercado, avaliadas como custo de transação, remuneração e riscos, que os agricultores levam em conta na sua estratégia mercantil, em função dos meios que dispõem e da percepção do seu ambiente. As práticas de comercialização adotadas pelos agricultores familiares variam em função das condições de produção e de troca às quais estão efetivamente submetidos. A estratégia voltada para a autarcia e o autoconsumo continua a mais racional quando os custos de transportes e de abastecimento, e mais amplamente, os custos e riscos de transação, são considerados elevados. É o caso das agriculturas amazônicas das frentes de expansão, ou ribeirinhas, afastadas das estradas e das principais vias de transporte. Os sistemas de produção agroextrativistas estão neste caso amplamente diversificados para satisfazer ao longo do ano as necessidades de consumo familiar.

Além da relação entre remuneração e custos de transação proporcionada pelas condições de mercado, os agricultores familiares também analisam o risco (agroecológico, econômico, no que se refere tanto à variação de preço como ao risco contratual) e as relações de parcerias institucionais e de políticas públicas envolvidas na sua estratégia comercial (Kairós; Capina, 2013). Também desenvolvem estratégias específicas de comercialização, aproveitando a demanda crescente de produtos alimentares de qualidade, através dos circuitos curtos (feiras municipais, feiras agroecológicas / orgânicas, grupos de consumo) ou da certificação de componentes diversos de qualidade (Darolt, 2013).

Quando as condições de comercialização são mais favoráveis e quando os agricultores dispõem de meios de produção suficientes, em terra, trabalho e capital, uma parte suplementar da produção excedente pode ser comercializada. Recorrer ao mercado pode então suprir as necessidades de consumo doméstico e de insumos, através da monetarização crescente da economia familiar. Quando as condições de preços relativos favorecem as especulações comerciais, mesmo as famílias minifundiárias podem se especializar em produções mercantis (Dufumier, 1986).

Em certos contextos, os agricultores podem optar por uma ação coletiva em matéria de comercialização, visando melhorar as condições de mercado (Dugué *et al.*, 2012). E nesse sentido, podem cooperar para beneficiar, armazenar, transportar produtos,



conseguir preços de venda ou condições contratuais mais favoráveis, etc. Quando os volumes comercializados aumentam e as condições de comercialização são consideradas favoráveis e relativamente estáveis, organizações econômicas podem ser formalizadas pelos agricultores familiares, mediante criação de associações especializadas ou cooperativas (Chayanov, 2017; Dugué *et al.*, 2012).

Para caracterizar suas práticas de comercialização de produtos alimentares, observou-se, num primeiro momento, a contribuição global dos agricultores familiares nestes mercados, somando todos os canais de comercialização. Num segundo momento, o número de OEAF posicionadas localmente, sua pauta de produtos e seu tamanho econômico, permitem avaliar o interesse dos agricultores nesse segmento de mercado.

Entre os 23 municípios analisados nos territórios do Recôncavo e do Sisal pelo Projeto Mais Mercado, escolheu-se 12 municípios representativos de contextos agrários bastante diferenciados em termos do peso local da agricultura familiar e dos estabelecimentos minifundiários. Repartiu-se os 12 municípios em 3 categorias de contexto agrário. Os 11 municípios restantes, por apresentar contextos intermediários, foram retirados da análise.

Na primeira categoria de contexto agrário o número de estabelecimentos minifundiários supera os dois terços do número total dos estabelecimentos. A legislação define o estabelecimento minifundiário quando sua área não permite a subsistência da família nem a absorção da força de trabalho familiar disponível. As atividades agrícolas de pouca proporção que desenvolvem devem ser complementadas por outras atividades para viabilizar a reprodução familiar. Utilizou-se como limite superior de área de minifúndio, a Fração Mínima de Parcelamento (FMP). A FMP é definida como o módulo de área viável para a atividade agrícola mais intensiva no local considerado: abaixo deste limite de área, nenhuma atividade agrícola permite gerar uma renda familiar suficiente (Landau *et al.*, 2013).

A segunda categoria é caracterizada pela importância territorial da agricultura familiar não minifundiária, quando é superior a dois terços da área agrícola total. São locais de agricultura familiar consolidada, relativamente à categoria anterior. Identificou-se como agricultura familiar não minifundiária os estabelecimentos possuindo uma área entre a FMP e a área máxima definindo a agricultura familiar, 4 módulos fiscais conforme a Lei 11.326 de 24/07/2006.



A terceira categoria é caracterizada pela importância territorial da agricultura patronal, quando a proporção da área agrícola detida por estabelecimentos acima de 4 módulos fiscais supera dois terços da área agrícola do município. Nestes locais, a agricultura familiar é relativamente marginal na economia local.

O quadro seguinte apresenta indicadores das práticas e canais de comercialização de produtos alimentares pelos agricultores diretamente ou através de suas organizações, nos municípios analisados nas 3 categorias de contexto agrário.

**Quadro 1:** Práticas e canais de comercialização de produtos alimentares da agricultura familiar nos territórios do Recôncavo e do Sisal na Bahia (2017)

Município (Território)	Nº total Estab. (1)	FM P (2)	4 MF (2)	OEAF DAPJ válidas (3)	Canais principais por Importância (4)	Produtos alimentares comercializados pelas OEAF (4)
Municípios onde predomina o minifúndio (contexto agrário 1)						
Cabaceiras do Paraguaçu (Recôncavo)	3.199	2	120	3	Atravessador, feiras locais	Grãos, mandioca, hortigranjeiros
Muritiba (Recôncavo)	1.731	2	120	4	Feiras locais, atravessador	Principalmente laranja, limão, e vários grãos, hortaliças, outras frutas
Governador Mangabeira (Recôncavo)	2.450	2	120	5	Feiras locais, atravessador, PAA – PNAE	Principalmente laranja, limão, e vários grãos, derivados de mandioca, hortaliças, outras frutas
Serrinha (Sisal)	4.485	3	200	9	PNAE, outros canais	Grãos, derivados de mandioca, confeitaria, hortaliças, frutas
Total	11.865			21	Relação de 1 OEAF para 565 estabelecimentos	
Municípios onde predomina a agricultura familiar não minifundiária (contexto agrário 2)						
Quijingue (Sisal)	4.813	3	200	11	PNAE, feiras locais	Grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas
São Felipe (Recôncavo)	2.856	2	120	9	Feiras locais, atravessador	Grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas
Monte Santo (Sisal)	8.516	3	200	19	PNAE e PAA	Principalmente polpa de fruta e diversidade de grãos, hortaliças, frutas
Ichu (Sisal)	647	3	240	3	PNAE, feiras locais	Hortigranjeiros, confeitaria
Barrocas (Sisal)	1.750	3	200	3	PNAE, feiras locais	Principalmente polpa de fruta e diversidade de grãos, derivados de mandioca, hortaliças, frutas

Total	18.482			45	Relação de 1 OEAF para 413 estabelecimentos	
Municípios onde domina a agricultura patronal (contexto agrário 3)						
Santo Amaro (Recôncavo)	908	2	120	7	Feiras locais, atravessador, PAA	Principalmente hortigranjeiros, e vários grãos, frutas, mandioca
Cachoeira (Recôncavo)	2.315	2	120	13	Sem dados	Sem dados
Dom Macedo Costa (Recôncavo)	449	2	120	0	Feiras locais, atravessador	Principalmente mandioca e coco da Bahia, e vários hortigranjeiros, produtos animais.
Total	3.672			20	Relação de 1 OEAF para 184 estabelecimentos	

Fontes: As estatísticas de estabelecimentos e áreas agrícolas (1) foram elaboradas a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE); As Frações Mínimas de Parcelamento (FMP) e os Módulos fiscais (MF) (2) se encontram em LANDAU et al. (2013); o número de OEAF com DAPJ válidas por município (3) foram coletadas no site do SEAD (<http://www.mda.gov.br/>), dia 27/11/18; a importância relativa dos canais de comercialização e a diversidade dos produtos alimentares comercializados (4) são extraídos dos relatórios internos do Projeto Mais Mercado (29 OEAF foram entrevistadas no total).

Exceto dois casos (Serrinha e São Felipe), há uma relação entre o contexto agrário e o território: os municípios onde predominam o minifúndio e a agricultura patronal estão localizados no Recôncavo, os municípios onde domina a agricultura familiar não minifundiária estão localizados no Sisal. O município de Cachoeira (Recôncavo) apresenta uma forte concentração de minifúndios (71% dos estabelecimentos têm área abaixo da FMP) e uma forte importância da agricultura patronal (67% das terras pertencem a estabelecimentos acima de 4 módulos fiscais). O contexto agrário nos territórios decorre de condições históricas e agroecológicas diferenciadas, cuja análise foge do propósito deste artigo<sup>2</sup>.

A ocorrência das OEAF nos municípios é relacionada ao contexto agrário. A relação entre o número de estabelecimentos e o número de OEAF com DAPJ válidas varia de 1 OEAF para 565 estabelecimentos nos municípios onde domina o minifúndio, a maior parte no Recôncavo, até 1 OEAF para 413 estabelecimentos (média 27% menor) nos municípios onde domina a agricultura familiar não minifundiária, a maior parte no Sisal, 1 OEAF para 184 estabelecimentos nos municípios onde domina a agricultura patronal (situados no Recôncavo). A situação mais favorável parece caracterizar os municípios onde domina a agricultura patronal: este aparente paradoxo pode ser explicado pela importância

2 Ver Sablayrolles *et al.*, 2018 para uma apresentação sintética destes elementos no Recôncavo..



do setor de hortigranjeiros em pequenas localidades de Santo Amaro e Cachoeira, com estabelecimentos de pequena dimensão e fortes organizações que comercializam sua produção em escala regional. Em síntese, a ocorrência de OEAF varia com a consolidação econômica da agricultura familiar, um resultado esperado.

Para ter informações sobre as práticas de comercialização (canais de comercialização e produtos), o Projeto Mais Mercado entrevistou uma amostra de 29 OEAF efetivamente comercializando nos municípios analisados. Algumas das OEAF não tinham DAPJ válidas no momento da entrevista, portanto, não eram identificadas no site da SEAD. No Sisal, onde o número de OEAF por município é maior, priorizou-se a entrevista das maiores organizações. Estimou-se o valor anual dos produtos alimentares comercializados: em todos os casos, somente as OEAF entrevistadas comercializam um valor acima dos 30% do repasse do FNDE destinado por lei à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

Os agricultores preferem escoar seus produtos alimentares diretamente nas feiras locais, das próprias comunidades ou das sedes municipais, antes de recorrer a intermediários (atravessadores). Em alguns municípios do Recôncavo, como Muritiba, Governador Mangabeira, São Felix, os agricultores comercializam em mais de uma feira, realizadas em sedes municipais próximas. Nestes casos, os preços oferecidos pelos atravessadores são regulados pelos preços praticados nas feiras.

Mesmo se o volume comercializado atende à demanda do PNAE nestes municípios, os mercados institucionais só adquirem importância enquanto canal de comercialização nos municípios do Sisal. Este fato pode ser explicado neste território pela atuação antiga de um forte movimento social camponês, apoiado pela sociedade civil organizada. A importância dos mercados institucionais nas estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares é, portanto, mais relacionada à densidade da sua rede de relações institucionais, que lhe facilita o acesso às políticas públicas, do que a seu potencial produtivo, que por si só não garante esta inserção.

Em síntese, nos territórios analisados, a agricultura familiar comercializa produtos alimentares em quantidade suficiente para abastecer os mercados locais, preferencialmente mediante a venda direta. Tende a se organizar em associações e cooperativas quando dispõe de maior capital produtivo (agricultura familiar não minifundiária) e de maior capital social (acesso às políticas públicas).



## OS SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO OFERECIDOS PELAS OEAF

As entrevistas realizadas pelo Projeto Mais Mercado junto às OEAF permitiram também analisar os serviços de comercialização efetivamente oferecidos aos sócios.

Para identificar e qualificar estes serviços, Dugué *et al.* (2012) listam seus principais objetivos:

Realizar economias de escala (compras ou vendas conjuntas, beneficiamento de volumes maiores); aumentar o poder de negociação com outros atores da cadeia (preços, regularidade); maior segurança no acesso aos mercados (contratos de médio prazo, etc.); reduzir ou compartilhar os custos de transação (compartilhando a identificação de parceiros comerciais, a busca de informações, o acompanhamento dos contratos, etc.) (Dugué *et al.*, 2012, p. 90, tradução livre)

Na amostra de OEAF entrevistadas, existem níveis de complexidade crescente entre os serviços ofertados.

O uso da documentação legal da OEAF (CNPJ, certidões e documentação fiscal, DAPJ) é o primeiro serviço procurado pelo sócio, uma vez que parte dos canais de comercialização, além da venda direta e com maiores volumes demandados, não compram de pessoas físicas. Os mercados institucionais, mesmo se permitem teoricamente a compra de produtos de agricultores individuais ou de grupos informais, favorecem de fato a compra através de organizações, exigindo destas uma documentação extensa e a DAPJ. O uso desta documentação envolve a responsabilidade jurídica do sócio, mas não o obriga a operar a comercialização de forma coletiva: neste caso, os sócios vendem, transportam e efetuam suas movimentações financeiras de forma individual (Conceição, 2018).

Somente parte das OEAF opera a comercialização de forma coletiva, permitindo socializar e reduzir os custos relacionados entre os sócios interessados: agrega os volumes de produtos comercializados ou comprados, elabora contratos, intermedia a venda em mercados institucionais, transporta, beneficia, realiza a gestão financeira, etc.

A tabela seguinte mostra a repartição das OEAF nos municípios selecionados, a ocorrência de OEAF de comercialização individual e/ou coletiva, indicando para cada uma, o serviço de comercialização oferecido.

**Quadro 2:** Serviços de comercialização ofertados por OEAF em municípios do Recôncavo e do Sisal na Bahia (2017)

Município (Território)	OEAF DAPJ válidas (3)	OEAF entrevistadas (4)	OEAF com comercialização individual e serviço oferecido (4)	OEAF com serviços coletivos de comercialização e serviço oferecido (4)
<b>Municípios onde predomina o minifúndio</b>				
Cabaceiras do Paraguaçu (Recôncavo)	3	0	Sem dados	Sem dados
Muritiba (Recôncavo)	4	5	2 (somente fornecem documentos)	3 (agregação de volume): 2 com grupos informais de venda direta, 1 compra coletiva de insumos
Governador Mangabeira (Recôncavo)	5	8	4 (somente fornecem documentos)	2 (agregação de volume): banco de semente, compras coletivas 2 (mercados institucionais): PAA, PNAE
Serrinha (Sisal)	9	2	Não há	1 é uma federação de 42 cooperativas singulares atuando em mercados institucionais e efetuando a gestão financeira. 1 é uma cooperativa singular atuando em mercados institucionais (PNAE)
<b>Municípios onde predomina a agricultura familiar não minifundiária</b>				
Quijingue (Sisal)	11	1	Não há	1 (agregação de volume): compras, vendas, elaboração de contratos, mercados institucionais (PNAE)
São Felipe (Recôncavo)	9	1	1 somente fornece documentos	
Monte Santo (Sisal)	19	1	Não há	1: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), gestão financeira
Ichu (Sisal)	3	1	Não há	1: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), gestão financeira
Barrocas (Sisal)	3	2	Não há	2: agregação de volume, contratos, mercados institucionais (PAA, PNAE), transporte
<b>Municípios onde domina a agricultura patronal</b>				
Santo Amaro (Recôncavo)	7	8	5 (somente fornecem documentos)	2: agregação de valor, infraestruturas, contratos, mercados institucionais (PAA) 1: agregação de valor e contratação
Cachoeira (Recôncavo)	13	0	Sem dados	Sem dados

Dom Macedo Costa (Recôncavo)	0	0	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Total	86	29	12	17

Fontes: O número de DAPJ válidas por município (3) foram coletadas no site do SEAD (<http://www.mda.gov.br/>), dia 27/11/18; a informação sobre as OEAF entrevistadas e os serviços de comercialização que oferecem (4) são extraídos dos relatórios internos do Projeto Mais Mercado (29 OEAF entrevistadas no total).

O primeiro nível de complexidade, as OEAF que se limitam a oferecer sua documentação para a comercialização individual, somente foi encontrado no território do Recôncavo. Parte da explicação decorre da amostragem intencional no Território do Sisal que privilegiou nos municípios com forte ocorrência de OEAF (Serrinha, Monte Santo, Quijingue) as mais complexas (federações), maiores em faturamento e número de sócios. Nestes municípios, o viés amostral ampliou a proporção de OEAF ofertando serviços coletivos diversificados. No entanto, nos outros municípios do Sisal (Barrocas, Ichu), observa-se a mesma situação. No Sisal, todas as 7 OEAF entrevistadas oferecem uma série de serviços coletivos de comercialização, e somente a metade das entrevistadas no Recôncavo apresentam este caráter (12 das 22 entrevistadas). Desta forma, o nível de complexidade das OEAF segue sua importância numérica. Os locais de agricultura familiar consolidada tendem a apresentar um número maior de OEAF, e OEAF de maior complexidade.

A oferta pela OEAF de serviços para operação coletiva da comercialização constitui um segundo grau de complexidade. O serviço mais comum é a agregação de volume para as compras (de insumos ou mantimentos) ou para as vendas de produtos, visando economias de escala e maior poder de negociação. Em certos casos, a OEAF possui infraestrutura de armazenamento e pode adquirir um meio próprio de transporte, para facilitar à logística. Este serviço é pouco citado nas entrevistas: na maior parte das situações, os veículos são dos sócios ou alugados, não se verificando entre as entrevistadas o “mito do caminhão” observado por Kairos e Capina (2013). Quando a OEAF consolida sua interlocução com seus parceiros comerciais, procura interferir no planejamento produtivo dos sócios fornecedores, em função da negociação, do estabelecimento dos contratos e do seu acompanhamento. As práticas de agregação de volume, mesmo se envolvem certas adequações na esfera da produção, mesmo se exigem tempo de reuniões,



acabam não interferindo tanto na autonomia dos sócios, e constituem o serviço coletivo mais procurado pelos agricultores: de forma recorrente, o fluxo de entrada e saída de sócios ativos nas OEAF varia em função da efetivação dos contratos, por exemplo, no âmbito dos mercados institucionais.

Na maior parte das situações os pagamentos dos compradores são realizados diretamente para os sócios fornecedores, sem passar pelas contas bancárias das OEAF. A atuação das OEAF na gestão financeira dos contratos de comercialização constitui um terceiro nível de complexidade, caracterizando as organizações maiores e mais antigas. O fato que os sócios decidam realizar a gestão financeira através da OEAF, facilitando a gestão contratual da comercialização, representa uma mudança na relação entre a organização e seus sócios: a gestão financeira centralizada facilita a identificação dos custos e seu pagamento, mas exige, em contrapartida, uma transparência maior por parte dos diretores.

Na prática, a solução de entregar para um contabilista contratado as tarefas administrativas (documentação, lançamentos, elaboração dos relatórios, obrigações tributárias), encontra rapidamente seus limites, pois, não garante um controle eficiente e regular dos fluxos financeiros, nem possibilita para a diretoria e menos ainda para os sócios um entendimento suficiente da economia da organização. A tomada de decisão fica desta forma fragilizada. Mesmo se certas tarefas podem ser terceirizadas, a OEAF deve criar competências internas de contabilidade e gestão, de forma a registrar, elaborar e socializar em tempo hábil a informação útil para as esferas de decisão. A implantação de um sistema de contabilidade eficiente acaba interferindo no conjunto dos procedimentos operacionais e administrativos da organização, e necessita a presença na OEAF de profissionais minimamente capacitados. Desta forma a gestão financeira constitui uma linha divisória para a atuação das OEAF, e demanda um período significativo de preparação, treinamento e maturação para ser viabilizada.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DIRECIONADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO NAS OEAF**

O levantamento realizado permite discutir propor recomendações para a assistência técnica, o PNAE e outras políticas públicas, relevantes para apoiar as OEAF engajadas em serviços de comercialização.



No momento da identificação da demanda de assistência técnica para uma OEAF, existente ou a ser criada, é necessário caracterizar as práticas vigentes de comercialização entre os agricultores de sua área de atuação. As situações retratadas acima mostram que os agricultores sempre implementam diversas opções de comercialização (circuitos curtos, mercados institucionais, vendas para intermediários ou empresas), e modificam o peso relativo de cada uma em função da evolução do contexto. Um diagnóstico inicial deve, de um lado, avaliar e comparar os canais praticados do ponto de vista dos agricultores (remuneração, custos, riscos, parcerias envolvidas, perspectivas, etc.), e do outro, identificar e qualificar a contribuição que novos serviços de OEAF podem oferecer. Estes elementos iniciais são necessários para delimitar os propósitos de atuação da OEAF, o quadro de sócios potencialmente interessados, e finalmente sua oferta potencial de produtos para o PNAE.

As entrevistas mostram uma ampla diversidade de atuação das OEAF no campo da comercialização. Uma parte atua somente disponibilizando a documentação jurídica para facilitar a operação individual de comercialização pelos sócios. No caso dos mercados institucionais, a OEAF pode apresentar como proposta de venda na chamada pública a soma de propostas individuais de venda de um grupo de sócios, deixando a cargo de cada um deles operacionalizar sua parte do contrato e receber os pagamentos. As OEAF podem utilizar sua capacidade de agregação de volume para obter condições mais favoráveis de comercialização (preços, garantias, condições logísticas, etc.), disponibilizar infraestruturas para beneficiamento, armazenamento, e veículos para transportar os produtos, de formar a diminuir os custos através de economias de escala gerados pelos serviços coletivos (Chayanov, 2017).

Do ponto de vista da assistência técnica, é necessário num primeiro momento identificar as funções efetivadas pela organização, sua racionalidade do ponto de vista das estratégias de comercialização dos agricultores e da OEAF, seus resultados técnicos e econômicos. Somente é possível propor, desenhar melhoras, inovações, ou novos serviços, após esta análise das práticas efetivas: não existem soluções padronizadas, ou ferramentas obrigatórias que as OEAF devam assimilar para contribuir na comercialização.

Em particular, o instrumental de contabilidade e gestão comum nas empresas, cuja adoção representa um forte investimento organizativo para as OEAF, como indicado acima, não é recomendável em qualquer situação. As entrevistas mostram que boa parte

das OEAF realizam sua gestão financeira de forma rudimentar sem maiores problemas, rateando os custos, o essencial dos fluxos permanecendo nas mãos dos sócios, terceirizando o relatório contábil. A adoção de um sistema formal de contabilidade torna-se necessário quando a OEAF passa a ser a beneficiária efetiva dos contratos de comercialização, e deve gerenciar diretamente fluxos financeiros crescentes. Neste caso, o sistema deve permitir, de um lado, a gestão eficiente de operações mais complexas, e do outro, produzir uma informação transparente para a prestação de conta, interna e externa. A exigência da prestação de conta em linguagem adequada para os sócios, meta às vezes esquecida nos enfoques tecnicistas de assistência técnica, é uma das condições de viabilidade a médio-longo prazo da OEAF.

O reforço da cooperação na agricultura familiar para a comercialização de produtos alimentares de qualidade exige uma política pública mais abrangente que a política vigente (e parcialmente sucedida) de acesso a mercados institucionais. A oferta de uma assistência técnica adequada para a diversidade de situações encontradas nas OEAF é o ponto atualmente deficiente do dispositivo público e da sociedade civil. Os elementos apresentados esclarecem as problemáticas vivenciadas pelos agricultores e suas organizações na comercialização.

No entanto, as modalidades de assistência técnica adequadas para as OEAF também dependem de enfoques e metodologias renovadas. Diferentemente das empresas, as OEAF constituem, na verdade, conjuntos de vários atores autônomos, inclusive os próprios sócios, representativos de olhares e interesses parcialmente divergentes sobre a organização (Friedberg, 1995). A assistência técnica deve então tomar todos os cuidados, na análise e na intervenção, para construir na OEAF os consensos necessários à implementação das inovações.

Uma política integrada, apresentando facilidades para abertura de mercados, assistência técnica e capacitação, investimentos em equipamentos, em contextos geográficos e situações organizativas variados, somente terá viabilidade num cenário institucional onde as organizações de agricultores assumem um forte protagonismo na sua definição e implementação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. H. C. **Produção e comercialização da Agricultura Familiar: um estudo comparativo nos Territórios do Recôncavo e do Sisal.** (Trabalho de Conclusão Curso) - Bacharelado em Agronomia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

ARIAS, P.; HALLAM, D.; KRIVONOS, E.; *et al.* **Smallholder integration in changing food markets.** Roma: FAO, 2013.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas.** Tradução Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017 [1926]. (PGDR Estudos Rurais)

CONCEIÇÃO, E. S. R. **Práticas de comercialização das organizações da agricultura familiar: o caso do território do Recôncavo e do Sisal.** (Trabalho de Conclusão de Curso) - Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In.*: NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. de, VEZZANI, F. M. (org.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 139–170.

DUFUMIER, M. **Les politiques agraires.** Paris: P.U.F., 1986.

DUGUÉ, M.-J. ; PESCHE, D. ; COQ, J.-F. **Appuyer les organisations de producteurs.** Wageningen, Versailles, Gembloux: Quae; CTA; Presses agronomiques de Gembloux, 2012. (Agricultures tropicales en poche).

FRIEDBERG, E. **O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

KAIRÓS; CAPINA (org.). **Práticas de comercialização: uma proposta de formação**



para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; PORTO, S. I (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155–180.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Resultados preliminares. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

LANDAU, E.C. *et al.* **Geoespacialização de indicadores cadastrais rurais no Brasil**. Sete Lagoas, MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2003.

MENDRAS, H. **Les Sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie**. Paris: Gallimard, 1995. (Folio Histoire).

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; PORTO, S. I (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181–200.

SABLAYROLLES, P. (org.). O Projeto Mais Mercado, uma proposta inovadora de extensão universitária. *In*: **Extensão universitária na UFRB**. Cruz das Almas - BA: UFRB, 2018. v.2.



SABLAYROLLES, P.; SANTANA DOS SANTOS, J. A questão agrária no Recôncavo da Bahia: uma problematização. **Revista Extensão**, v. 14 n.1, p. 81–94, 2018.

SABOURIN, E. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semiárido. *In*: 37. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: o agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial. Brasília-DF: SOBER, 1999, v. 37, p. 11.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G. FARIAS NETO, A. L. de (ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados, p. 989–1014, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42–61, 2003.





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO-RS: EXPERIÊNCIAS COM O PROJETO QUINTAIS ORGÂNICOS DE FRUTAS

## FAMILY FARMING IN “MORRO REDONDO” CITY: EXPERIENCES WITH THE PROJECT ORGANIC FRUIT BACKYARDS

Paulo Sergio Wiegand, Licenciado, UFPel, p.s.wiegand@hotmail.com

Maria Regina Caetano Costa, Doutora, UFPel, reginna7@yahoo.com.br

Rérinton Joabél Pires de Oliveira, Doutor, UFPel, rerinton@yahoo.com.br

Luis Eduardo Akiyoshi Sanches Suzuki, Doutor, UFSM, dusuzuki@gmail.com

---

### Resumo

O presente estudo é parte do trabalho de conclusão de curso em Geografia (Licenciatura) do primeiro autor, que teve como objetivos caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto, e analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores. Contou-se com uma pesquisa qualitativa, coletando informações de seis propriedades a partir de questões norteadoras. De acordo com os dados obtidos através da pesquisa de campo identificou-se a motivação dos envolvidos em cultivar seus quintais, associado com outras atividades de fonte de renda externa, demonstrando um perfil de pluriatividade. Também constatou-se a potencialidade dos quintais orgânicos para produção de alimentos para o autoconsumo, bem como de pessoas ligadas aos beneficiários e comercialização do excedente, assim como os benefícios resultantes da atividade de cultivo nos mesmos, como o bem-estar, a intensificação da relação familiar.

### Palavras-chave

Agricultura Familiar. Pluriatividade. Quintais Orgânicos. Fruticultura.

### Abstract

The present study is part of the first author's course conclusion work in Geography, that aimed to characterize the Organic Fruit Backyards Project and the family farmers from Morro Redondo-RS that participate of the project, and to analyze the impacts of the project on the lives of these farmers. A qualitative research was carried out, collecting information from six farms based on guiding questions. According to the data obtained through field research, the motivation of those involved in cultivating their backyards, associated with other activities of external income source, was identified, showing a pluriactivity profile. It was also verified the potential of organic backyards for the production of food for self-consumption, as well as people linked to the beneficiaries and commercialization of the surplus, as well as the benefits resulting from the cultivation activity in them, such as well-being, the intensification of family relationship.

### Keywords

Family Farming. Pluriactivity. Organic Backyards. Fruticulture.

## INTRODUÇÃO

Em se tratando da produção de alimentos, existe um intenso debate referente ao uso de agrotóxicos e a agricultura orgânica, sendo esses temas recorrentes, tanto no meio acadêmico como no meio social, especialmente pelo risco de contaminação ambiental que engloba todo o ecossistema, e os estudos que demonstram os perigos para a saúde humana devido ao consumo de alimentos contaminados com produtos químicos, conforme apresentado por Bombardi (2017). Há um crescimento mundial por uma alimentação com maior qualidade, representada pelos produtos orgânicos (Gonçalves *et al.*, 2016; Lima *et al.*, 2020), indo ao encontro deste trabalho.

Nesse sentido, o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas, idealizado na Embrapa Clima Temperado em 2003, visando atender o Programa Fome Zero, contribui para a promoção da segurança alimentar e para a produção em pequenos espaços, assegurando o suprimento de alimentos durante todo o ano (com produção em diferentes épocas e diversidade de variedades) para um público diverso (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, escolas, outros), especialmente nas condições da região Sul do Brasil.

Essa ação da Embrapa Clima Temperado tem como objetivo contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental de públicos em situação de risco social, econômico e alimentar, principalmente agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas, alunos de escolas rurais e urbanas e instituições assistenciais. Privilegia os princípios da produção de base ecológica, abordando questões culturais, étnicas, ambientais, alimentares, econômicas e de saúde pública.

Em 2016, a iniciativa foi reconhecida e incluída na Plataforma de Boas Práticas para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), atingindo três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicar a pobreza (ODS 1); Erradicar a fome (ODS 2) e Saúde de qualidade (ODS 3) (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, s.d.).

Um dos poucos negócios de base familiar que ainda tem posição ativa na economia brasileira é a agricultura familiar, e apesar da falta de incentivos públicos e governamentais, é uma economia que vem demonstrando reiterado crescimento, em especial no Brasil, onde esta condição de agricultura tem destaque. No Censo Agropecuário 2017, 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da lei e foram classificados como agricultura



familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo. Ocupavam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Em relação ao uso da terra, dos 80,89 milhões de hectares da agricultura familiar, 48% eram destinados a pastagens, enquanto que as áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 31% das áreas, e por fim, as lavouras permanentes e temporárias, que ocupavam 15,5% (IBGE, 2017). No mesmo censo, especificamente para o município de Morro Redondo, localizado na região sudeste do Rio Grande do Sul, onde foi realizado o presente estudo, dentre os 485 estabelecimentos agropecuários, 165 deles recebem assistência técnica, enquanto 318 não, demonstrando a carência e a necessidade deste tipo de atenção que pode vir a ser parcialmente suprida pelo Projeto Quintais Orgânicos de Frutas.

Dada a importância do Projeto Quintais Orgânicos de Frutas<sup>1</sup> para a segurança alimentar e o suprimento de alimentos durante todo o ano, em cultivos em pequenos espaços, este trabalho teve como objetivos: i) caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto; e ii) analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores.

## METODOLOGIA

O presente trabalho, foi realizado com sete famílias de agricultores familiares do município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul, município localizado na região sudeste do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 244.645 km<sup>2</sup> em 2020 (IBGE, 2021a), e uma população estimada de 6.609 pessoas em 2020 (IBGE, 2020).

Para desenvolver o presente trabalho, fez-se uso de pesquisa qualitativa com o método exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória irá proporcionar maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas (individual ou coletivo). Esta pesquisa contou com uma fase de reconhecimento dos locais e das famílias para o estudo, e posteriormente elaborou-se um roteiro de questões norteadoras para a pesquisa.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido para a conclusão de curso de Licenciatura em Geografia. Em 2018, o pesquisador foi convidado para integrar a equipe do Projeto Quintais Orgânico de Frutas desenvolvido pela Embrapa - Estação Experimental Cascata (EEC). No primeiro momento, como estagiário sem funções definidas e, em um segundo momento como responsável geral de viveiros de mudas e assistente de orientação técnica. Desde então, o pesquisador passou a incorporar dentro das suas atividades de trabalho, a observação participante para desenvolver sua pesquisa acadêmica.



Para estruturar a fase da pesquisa de campo, escolheu-se quatro localidades (Colônia São Domingos, Colônia São Pedro, Colônia Santa Bernardina e Colônia Afonso Pena) das quinze existentes, e destas localidades, escolheu-se sete propriedades participantes do projeto “Quintais Orgânicos de Frutas”. Os participantes foram selecionados de acordo com a disponibilidade para participar do estudo, engajamento com o projeto, conversas informais, e se havia manutenção e conservação dos quintais durante o contato entre pesquisador e participantes do projeto. Os participantes deste estudo são agricultores familiares, que vivem no meio rural e que tem a agricultura como fonte de renda principal ou complementar.

No período em que foi desenvolvida a pesquisa de campo para a coleta de informações nas propriedades, iniciou a pandemia de Covid-19. Este cenário alterou a dinâmica da pesquisa e o contato que seria presencial em todas as famílias, passou a ser virtual. Utilizou-se as mídias sociais para o envio das questões e estes retornaram através de áudio e texto seus relatos sobre a pesquisa. Das sete propriedades escolhidas, seis fizeram a devolução das questões.

Depois de receber as reflexões dos pesquisados, realizou-se as transcrições dos áudios e as sistematizações e extrações de falas, agrupamentos de temas específicos procurando buscar semelhanças do conteúdo analisado, partindo de temas pertinentes aos objetivos propostos. Na transcrição dos áudios, manteve-se a linguagem original dos agricultores entrevistados. Além disso, para preservar a identidade dos agricultores, substitui-se seus nomes por árvores frutíferas, sendo elas: Uvaieira, Romãzeira, Figueira, Cerejeira, Videira e Pessegueiro.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO E SEUS PARTICIPANTES

Este item busca responder o primeiro objetivo do trabalho, que é caracterizar o Projeto Quintais Orgânicos de Frutas e os agricultores familiares de Morro Redondo-RS participantes do projeto.

O município de Morro Redondo possui 485 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017), e conta com 68 quintais orgânicos implantados e participantes do projeto, e um total de 306 beneficiários (incluindo todos os componentes do núcleo familiar). Para a composição dos quintais são usados três exemplares de 20 espécies frutíferas, que



incluem pêssego, figo, laranja, amora-preta, cereja-do-rio-grande, araçá-amarelo, araçá-vermelho, goiaba, caqui, pitanga, romã, tangerina, limão, guabiju, araticum, uvaia, uva, jaboticaba, guabiroba e butiá, selecionadas por suas características produtivas e funcionais. Em 2018 foram incluídos feijão, milho, batata doce e a forrageira BRS Kurumi, além de doze espécies de plantas medicinais, totalizando 36 espécies cultivadas em cada quintal (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, s.d.).

No contexto do município de Morro Redondo, ele possui 118 estabelecimentos com culturas permanentes, 384 temporárias e 1 para cultivo de flores. As culturas permanentes incluem amora, banana, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, pêssego, tangerina, bergamota, mexerica, uva, abóbora, moranga, jerimum, destacando-se a produção de pêssegos, com 4.623 toneladas produzidas (IBGE, 2017). Os quintais orgânicos são constituídos por 20 espécies frutíferas, o que demonstra uma grande diversidade de culturas em uma mesma área.

## CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Neste item pretendemos fazer uma caracterização das famílias pesquisadas (Quadro 1). Nesse sentido, quanto a forma de obtenção da propriedade, duas são arrendadas, sendo uma em regime de parceria; três foram adquiridas pela família através de compra e uma foi herdada (Quadro 1). De acordo com o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) o município de Morro Redondo possuía 485 estabelecimentos agropecuários, sendo 417 proprietários, 3 aguardando titulação definitiva, 21 arrendatários, 14 parceiros, e 30 comodatários.

**Quadro 1** – Caracterização das famílias pesquisadas.

Propriedade	Uvaieira	Romãzeira	Figueira	Cerejeira	Videira	Pessegueiro
Localização (Colônia)	Afonso Pena	São Pedro	São Domingos	Afonso Pena	Santa Bernardina	São Pedro
Área	5 ha	4,5 ha	2,4 ha	4 ha	8,5 ha	4 ha
Situação da terra	Arrendamento	Arrendamento em regime de parceria	Comprada	Comprada	Comprada	Herança

<b>Moradores</b>	Homem (57 anos) e mulher (19 anos)	Mulher (39 anos) e homens (11 e 13 anos)	Mulheres (16, 44, 45 e 70 anos) e homens (38, 42 e 68 anos)	Mulheres (33, 58 anos) e homens (2, 7, 27, 35 e 58 anos)	Homens (56 e 75 anos) e mulheres (33 e 75 anos)	Homens (6 e 43 anos) e mulher (29 anos)
<b>Vínculo familiar</b>	Pai e filha	Mãe e filhos	Pai, mãe, filhos, genro, nora e neta	Pai, mãe, filhos, avós e amigo	Dois casais sem parentesco	Pai, mãe e filho
<b>Tempo de participação no projeto</b>	7 anos	2 anos	3 anos	2 anos	7 anos	5 anos
<b>Frutas</b>	Uvaia, Araçá, Caqui, Pêssego, Laranja, Tangerina, Cereja do Rio Grande, Uva, Amora, Limão, Guabijú, Butiá, Guabiroba, Pitanga, Figo, Pêra, Ameixa, Maçã	Romã, Pitanga, Araçá, Figo, Pêssego	Figo, Araçá, Amora, Romã, Uvaia, Caqui, Pêssego, Laranja, Uva, Limão, Guabiroba, Goiaba, Jabuticaba, Pitanga, Cereja do Rio Grande	Araçá, Figo, Pitanga, Pêssego	Uva, Amora, Guabijú, Pitanga, Araçá, Uvaia, Caqui, Pêssego, Laranja, Limão, Guabiroba, Jabuticaba, Cereja do Rio Grande, Tangerina, Goiaba, Araticum	Pêssego, Amora, Pitanga, Araçá, Caqui, Laranja, Limão, Tangerina, Figo, Romã, Goiaba

Fonte: Elaborado pelos autores.

A extensão das áreas varia de 2,4 ha a 8,5 ha, o que tem propiciado às famílias a produção para o autoconsumo e, em alguns casos a comercialização do excedente.

Observamos que o número de pessoas que compõem o núcleo familiar vem ao longo dos anos sofrendo alterações. As famílias rurais já não são numerosas como no passado. Dentre os pesquisados, o número de filhos encontra-se entre um ou dois filhos por família, e um total de 26 beneficiários diretos (moradores nas propriedades). Cintra e Bazotti (2012) chamaram a atenção que na maioria das famílias rurais no sul do Brasil, que inclui os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o número de membros



encontra-se reduzido, e isso implica na dificuldade em dar continuidade e transmitir os saberes nos estabelecimentos agropecuários.

Quanto ao sexo dos componentes da família, o percentual de homens é maior (58%) comparado ao percentual de mulheres (42%). De acordo com o IBGE (2017), em relação ao sexo, 421 (87%) estabelecimentos agropecuários do município de Morro Redondo estão sob a responsabilidade do sexo masculino, e 62 (13%) do sexo feminino. Em um estudo em algumas regiões do Rio Grande do Sul, Brumer (2004) mostrou a ocorrência de uma migração rural-urbana mais acentuada de mulheres do que de homens, associada especialmente às desigualdades de gênero, onde as mulheres têm uma posição subordinada na estrutura familiar, além das menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens, associados ainda as oportunidades de emprego parcial ou total fora da agricultura.

Em relação a idade dos membros da família, 43% encontra-se em idade inferior a 18 anos. Outros 43% com idade de 33 a 43 anos, e apenas 12% estão acima de 65 anos.

Quanto aos tipos de famílias, encontrou-se o casal e o(s) filho(s), e duas propriedades monoparental, uma delas (propriedade Uvaieira) o homem (pai), é responsável pelo sustento econômico familiar, e na outra (propriedade Romãzeira) a mulher (mãe) é a única provedora do núcleo familiar. Esta condição supera o modelo tradicional, tendo na figura masculina o homem como provedor da casa. Ainda cabe ressaltar que a composição desta família, mãe e filhos, revela a jornada de trabalho excessiva, deixando para a mulher a responsabilidade com a casa, com a propriedade, com os filhos e consigo.

Em um estudo com 17 mulheres rurais do município de Arvorezinha/RS, que exercem atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar, este tipo de atividade agregou ganhos sociais e econômicos para grande parte das mulheres entrevistadas, tais como renda própria, maior poder de decisão dentro da propriedade; maior valorização da atividade não agrícola e do seu trabalho (Spanevello *et al.*, 2019).

Outro aspecto importante refere-se as novas configurações de vínculos de moradia; a propriedade Cerejeira tem uma composição familiar tradicional, mas observou-se uma nova configuração de vínculos de moradia, o compartilhamento do núcleo familiar com um amigo que trabalha em parceria com a família. Verificou-se também, na propriedade Videira, condição semelhante, tendo a composição de dois casais na mesma propriedade. Ambos os casais têm filhos, mas estes residem na cidade. O que reúne os casais viver em



um mesmo espaço, é o vínculo de amizade, tendo como consequência, a parceria para dividir as atividades que demandam trabalho na propriedade.

#### FONTE DE RENDA DAS PROPRIEDADES

Analisando os relatos dos pesquisados, quanto a fonte de renda, observa-se que para 50% dos agricultores, a agricultura é a principal fonte de renda, destacamos as propriedades Pessegueiro, Uvaieira e Videira, que desenvolvem atividades referentes a produção de pêssego, ameixa, morango, uva, milho, feijão, mel, pecuária de leite e corte.

A pluriatividade é um tema atuante e crescente na agricultura familiar. Em parte, para a complementação da renda com atividades não agrícolas, em outra, para manter a família na propriedade mesmo que algum integrante trabalhe fora durante certo período. Mesmo não sendo um tema novo é cada vez mais utilizado entre os agricultores familiares com o objetivo ou a necessidade de ampliar a renda.

Para Marafon (2006) a pluriatividade não deve ser considerada um fenômeno novo, mas uma característica histórica relevante de agricultores familiares, que muitas vezes, com a ideia de ampliar a renda, desenvolveram atividades não agrícolas.

Essas atividades não agrícolas exercidas dentro ou fora da propriedade, no meio rural ou não, são alternativas encontradas para complementação de renda para as famílias, seja por dificuldades na produção, dificuldades econômicas ou por ampliação de atividades. Nas narrativas das propriedades, como na Figueira, se projeta no quintal a possibilidade de aumentar a renda familiar, e na propriedade Romãzeira que se percebe a autossuficiência em alimentos associada a formação de renda familiar.

Em uma comunidade rural no norte do estado do Espírito Santo, os principais fatores que influenciaram no ingresso das famílias na pluriatividade foram as questões relacionadas à geração de renda extra e a mão de obra ociosa devido ao tamanho das propriedades que não empregam toda a mão de obra familiar, além das tecnologias que reduzem a necessidade de mão de obra e a sazonalidade dos tratos culturais das culturas agrícolas (Fernandes *et al.*, 2018). Corroborando com este estudo, na região Sul do Brasil o ingresso na pluriatividade é associada às dificuldades econômicas dos produtos gerados pelas atividades agropecuárias e a ocupação da força de trabalho reduzida pela modernização agrária (Anjos, 2003).

Em mais da metade das propriedades pesquisadas notou-se como fonte de renda



complementar os serviços assalariados, seja por trabalhos temporários ou fixos, públicos ou privados. Em 2019, o salário médio mensal no município de Morro Redondo era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total no município era de 20,7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32,9% da população nessas condições (IBGE, 2021b). Para Almeida e Riedl (2000) não é raro encontrar no meio rural uma ou mais pessoas de uma propriedade que façam trabalhos temporários, como os ‘duplo-ativos’. Trata-se de pessoas com domicílio rural que possuem um ‘trabalho principal’, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou de obtenção de renda, como ‘bicos’ ou trabalhos temporários e ocasionais, mas também trabalhadores que, de fato, possuem duas ocupações (Almeida; Riedl, 2000).

Outro aspecto relevante, refere-se ao turismo rural, Segundo Teixeira e Souza (2012) o turismo rural vem com uma demanda crescente na atualidade, os turistas querem procurar lugares mais tranquilos e até mesmo para aliviar o stress da rotina diária, Observou-se em uma das propriedades (Cerejeira) o turismo rural como principal fonte de renda da família. Tendo atividades alternativas aos visitantes, dentre elas: práticas de cultivo, experiências gastronômicas, atividades culturais, circuitos ecológicos, práticas de educação ambiental do Pampa, permacultura. As caminhadas contam com visita a arroios, cascatas, observação de formações rochosas, paisagem nativa, cursos d’água, além das hortas, lavouras e pomares. Os insumos para abastecer o restaurante são oferecidos pelo entorno, vizinhos parceiros. Além das atrações já existentes na propriedade, existe a perspectiva de implantação do projeto “colhe e pague”, no quintal existente na propriedade. O referido projeto, iniciativa do produtor, viria para reduzir custos ao produtor e ao consumidor, ou seja, não existe atravessador nesse trâmite e reduz custo de mão de obra, além de amenizar a falta de mão de obra no meio rural. O consumidor escolhe o produto que quer levar, colhe e paga por ele. Já o excedente o produtor pode transformar em geleias, sucos e outros produtos.

Na propriedade Romãzeira, constatou-se a produção e comercialização de produtos naturais, como: fitoterápicos, aromaterápicos, cosméticos naturais, ervas e chás naturais em geral. Os produtos são comercializados na Feira Virtual da Associação Bem da Terra<sup>2</sup>.

2 A Feira Virtual Bem da Terra é um mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável.



No Brasil, é prática comum o uso de plantas medicinais, sendo incorporada inclusive em órgãos da saúde como o SUS (Sistema Único de Saúde) (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2018; RIO GRANDE DO SUL, 2021) e por outras instituições (Tavares *et al.*, 2015). Na maioria das vezes, o uso de plantas medicinais é o primeiro recurso no autocuidado. Tal fato também pode ser observado com os entrevistados:

“Sempre que possível se recorre as plantas medicinais, para depois recorrer a medicina tradicional”. (Pessegueiro)

“Sempre que possível se recorre a produtos naturais, conhecimentos empíricos sempre foram usados pelos nossos ancestrais, cada dia fica mais difícil, pois até as plantas medicinais estão sendo contaminadas, mas sempre é o primeiro recurso”. (Videira)

“No que diz respeito a saúde, tudo que aprendemos com nossos pais e avós a gente segue à risca, além de repassar esses aprendizados para os mais novos (filhos e vizinhos), não podemos deixar de lado o conhecimento empírico. Do quintal tiramos muitas folhas de chás, quando tem uma dor de cabeça por exemplo a folha da laranjeira é excelente remédio, a casca da romã serve pro estômago, entre outras, praticamente toda planta tem sua função medicinal. Ir pro médico ou pro postinho só depois de esgotadas todas opções de conhecimento dos mais velhos”. (Uvaieira)

“Nós em nossa casa, evitamos ao máximo os métodos da medicina dita convencional, fizemos uso da fitoterapia, homeopatia, técnicas alternativas como a massoterapia, acupuntura, entre outras. Em casos que não existe outra alternativa apelamos aos métodos alopáticos e chamados convencionais. Acreditamos que a forma como estamos socialmente lidando com a saúde é uma repetição da forma como estamos lidando com nossa política, nossa agricultura, nossa educação, é uma abordagem sistêmica em si doente, da qual não estamos de acordo, pois, fere nosso sistema como um todo, estamos tratando os sintomas e não a própria doença, usamos máscara para poder aplicar veneno no alimento que vamos ingerir no nosso corpo, nosso combustível, na saúde estamos fazendo a mesma coisa, máscara nos sintomas e não tratamos as doenças, hoje grande parte dos problemas que temos de saúde já são provenientes desse sistema organizacional, mas também acreditamos que hoje temos muitos avanços tecnológicos que sendo bem usados podem sim ser bons e efetivos, o problema é a maneira como usamos esses recursos”. (Romãzeira)

O uso dessas plantas é muito comum em grande parte das casas; pela cultura de seus antepassados, conhecimento empírico, sabedoria popular e até mesmo pela facilidade de acesso, pois, é comum ver próximo as casas ou no quintal um vaso ou canteiro de plantas medicinais. Embora seja desconhecido por parte da população, existe uma regulamentação sobre a política de plantas medicinais. O Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tem como algumas de suas diretrizes garantir e promover a segurança, a eficácia e a qualidade no acesso a plantas medicinais e fitoterápicos, promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros e promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos.

A fala do agricultor da Propriedade Videira, “não pensei em comércio”, justifica-se pelo fato de a família ter como renda principal a aposentadoria. Em Morro Redondo, observa-se a presença de aposentados ou pensionistas da Previdência Social, que contribui para que famílias mantenham-se vivendo no meio rural. Em 50% das propriedades pesquisadas existia no mínimo uma pessoa por propriedade com o benefício de aposentadoria e/ou pensão. A previdência social tem um papel importante no combate à pobreza e na redistribuição de renda na atualidade, como destaca Barbosa (2005). Segundo o autor, a concessão de benefícios previdenciários aos idosos rurais tem um peso significativo no conjunto de recursos manejados pelas famílias rurais, com efeitos expressivos para o combate à pobreza.

Outro aspecto que precisa ser reforçado na intenção dos participantes, refere-se a contemplar outras pessoas com a colheita das frutas. Foi recorrente nas falas: “não pensando só na família, mas também nos vizinhos e amigos, pois são muitos os beneficiados”, como foi identificado na narrativa da propriedade Uvaieira.

## COMÉRCIO VIRTUAL: ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Considerando que a pandemia Covid-19 trouxe mudanças significativas na vida dos participantes do projeto, este tópico buscou caracterizar essas mudanças, como a pandemia afetou esses agricultores e as estratégias por eles buscadas para enfrentar este desafio.

As primeiras medidas restritivas decorrentes do início do processo pandêmico



(em 2020) paralisou as atividades das feiras presenciais em alguns municípios, a exemplo do ocorrido em Pelotas e Morro Redondo. Essa medida fez com que os agricultores familiares precisassem recorrer a outras alternativas de venda e distribuição dos seus produtos, sendo a venda virtual uma das possibilidades encontradas.

Uma alternativa adotada pelos produtores e cooperativas foram as vendas online (via Facebook e WhatsApp) que, apesar de terem aumentado, foram insuficientes. A estimativa, em alguns casos, é de uma redução de 50% das vendas dentre algumas organizações. Contribuiu para isso, a suspensão das feiras da agricultura familiar em algumas cidades da região ou a queda do número de consumidores nesses espaços, decorrente da diminuição das interações sociais no atual contexto. Por outro lado, entre as organizações de agricultores que já adotavam mecanismos de comercialização via aplicativos ou redes sociais antes da crise sanitária do Covid-19, há relatos de aumentos substanciais na demanda por esses produtos (OBSERVATÓRIO DA PROBLEMÁTICA DA SECA E DO COVID-19 DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Definir a plano de comercialização e distribuição na agricultura familiar, muitas vezes é um problema para os núcleos familiares que enfrentam dificuldades em seguir uma estrutura de comercialização, que fará com que o produto chegue ao seu destino e arcar com as despesas de distribuição. Alguns agricultores acreditam e recorrem as cooperativas, encontra-se na economia solidária, que se caracteriza por relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Identificou-se duas propriedades participantes do projeto que encontraram na economia solidária uma estratégia de manutenção e reprodução social. A propriedade Romãzeira além da produção de frutíferas também trabalha com beneficiamento de plantas curativas e criou uma marca para a sua linha de produção, a Flores de Chico. Todos os produtos são comercializados na Feira Virtual Bem da Terra. A propriedade Cerejeira, além das refeições (almoço e café colonial) também vende o seu excedente na Feira Virtual Bem da Terra.

Em relação aos impactos da pandemia de Covid-19, a maioria dos participantes da pesquisa responderam com o mesmo raciocínio de que a pandemia está tendo seus



reflexos mais tardios na agricultura, com aumento dos preços ocasionados pela inflação e falta de produtos devido as políticas adotadas pelos diferentes setores públicos. Com boa parte das indústrias não produzindo ou produzindo em pequena escala é natural que comece a faltar produtos e, faltando produtos a procura aumenta e o preço dispara.

Segundo o agricultor da Propriedade Cerejeira, os decretos municipais elaborados em Pelotas e Morro Redondo, restringiram por um determinado período as feiras livres. Aqueles que realizam feiras nos dois municípios precisaram recorrer a outras estratégias e novamente aparecem as vendas virtuais. Observa-se que agricultores familiares que possuem acesso a ferramentas digitais, e participam de redes de economia solidária, conseguem recorrer a outras alternativas de comercialização, além dos mecanismos tradicionais de venda.

“A pandemia influenciou muito no trabalho, como nosso principal viés de comercialização eram feiras, ficamos muito prejudicados em relação a comercialização. Se adaptar as novas formas também tem sido uma dificuldade, mas por outro lado tivemos mais tempo disponível para estudar e desenvolver nossas atividades”. (Romãzeira)

“A pandemia influenciou no financeiro, pois boa parte da renda na propriedade vem do turismo, além do aumento do preço dos produtos de consumo diário”. (Cerejeira)

“A pandemia não trouxe grandes consequências na família, no geral a inflação. A pandemia só nos mostrou que viver no campo é a melhor escolha”. (Figueira)

No que se refere a pandemia, “graças à Deus não afetou a família diretamente, sempre tomamos todos os cuidados necessários e continuamos tomando (...) e o fato de morar no interior ajuda muito, aqui nunca estamos ajuntados”. (Uvaieira)

“Pra nós a pandemia está sendo muito dolorosa, mesmo se cuidando muito, se afastando praticamente de tudo, tomamos todos os cuidados, o vírus continua se multiplicando, mesmo assim tivemos a (perca) de um filho, trouxe esse problema pra gente, mas a gente sabe que a vida continua, que a gente tem que dar a volta por cima, muita fé no pai do céu que tá nos levantando a cabeça, pedi a ele que não deixe acontecer com as outras pessoas, pedir proteção aos outros filhos, noras, netos, aos amigos e as pessoas, pedir que as pessoas se vacinem pra que não aconteça mais essas tragédias”. (Videira)

## IMPACTOS DO PROJETO NA VIDA DOS AGRICULTORES

Este tópico busca responder o segundo objetivo do trabalho, que é analisar os impactos do projeto na vida destes agricultores. Quando nos referimos aos impactos na vida dos agricultores, consideramos uma ampla abordagem, permeando as esferas econômica, social, saúde, ambiental e cultural.

### A REPRESENTAÇÃO DOS QUINTAIS: O SIGNIFICADO DOS LUGARES, DOS ALIMENTOS, DA RENDA E DESTINO DA PRODUÇÃO

“Pra nós o quintal representa um grande agregado a nossa saúde e bem estar, por podermos ter autonomia em relação as frutas, saber estar consumindo e oferecendo produtos de qualidade. Ainda representa uma grande quantidade de matéria prima para produção de fitoterápicos e a possibilidade de extração também do óleo essencial a partir das folhas”. (Romãzeira)

“Tudo, pra todo mundo se deliciar! Chega meus filhos e se encanta... minha irmã quando vem vai direto pro quintal pra ver o que tem de fruta e comer. Adora quando tem essas frutas menos conhecidas e sentir o sabor diferenciado”. (Uvaieira)

“O quintal representa tudo de bom, além de resgatar frutas nativas que só destruíamos! Além das frutas, planto nas entrelinhas em sistema de consórcio variedades de porte menor e algumas não convencionais, como feijão, inhame, mandioca, batata cará entre outras. Convencional todo mundo tem: pêssego, ameixa, citrus.... Precisamos diversificar”. (Videira).

Acima apresentamos alguns relatos dos entrevistados sobre o que o quintal (Projeto Quintais Orgânicos) representa para eles. É possível perceber a satisfação em participar do projeto e o quintal como meio de produção de alimentos e lazer.

O lugar é onde a vida acontece, é a referência da propriedade. A vida resume ao lugar, tanto no rural como no urbano, no entanto, em uma propriedade rural a identificação com o lugar é maior, pela vivência diária da unidade familiar, um exemplo disso é a continuidade das gerações na propriedade que ocorria até recentemente.

Para Santos (2021), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. O lugar se relaciona ao sentimento de identificação pessoal com determinada área e de pertencer a este espaço, além de significar muito mais do que simplesmente uma localização geográfica, ele está relacionado aos diversos tipos de experiência e envolvimento com o mundo. De acordo



com Santos (2021) “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. Uma localidade possui suas próprias características que, em conjunto, definem o lugar com uma identidade própria e cada indivíduo que convive com o lugar, com ele se identifica, assim, o lugar mantém a situação de singularidade. Cada parcela do espaço geográfico com a qual cada pessoa está inserida e interage compõe o seu lugar. Cada indivíduo terá um lugar diferente do outro. Além disso, o lugar possui também relação direta com os aspectos culturais que marcam cada comunidade ou organização.

Tratando do quintal enquanto lugar, no período colonial, o quintal nasceu simultaneamente com a casa brasileira e tornou-se parte inseparável dela. Foi trazido pelos portugueses e sofreu miscigenação, do mesmo modo que o colono, somando influências indígenas e africanas. Foi espaço aberto sempre presente na habitação de ricos e pobres, na moradia urbana e rural, mas tinha algumas particularidades: na versão urbana, figurava sempre nos fundos, protegido no interior dos quarteirões. No modelo rural, envolvia geralmente a casa, criando um espaço de transição entre o edifício e as terras agricultáveis ou paisagens, nos arredores (Dourado, 2004).

De acordo com Dourado (2004) o quintal era a base da casa, além de produzir frutos e sombra, era utilizado também como abrigo para as pessoas e os animais da família. Segundo o autor, entre os séculos XVI e XVIII, no quintal havia e fazia-se de tudo, a começar pela cozinha, disposta sob suas árvores ou telheiro. Pode-se chamar propriamente de extensão da casa, sendo um espaço inclusive para cultivo de plantas para diversas finalidades, como exemplo, as alimentares, medicinais, ornamentais, “protetoras do lar” entre outras (Cultrera, 2008).

Isso mostra que, além de produzir uma diversidade de alimentos, o quintal também é o espaço das atividades de lazer das famílias, e o espaço dedicado aos animais domésticos e das pequenas criações, podendo ser considerado uma extensão da própria casa. O Projeto Quintais Orgânicos de Frutas representa um resgate dessa tradição, construída há séculos e que, com o passar do tempo, foi se descaracterizando por diversos motivos, conforme caracterizado e discutido nos tópicos anteriores, como: o êxodo rural, a falta de incentivo à permanência dos jovens no campo, e o conseqüente envelhecimento da população remanescente, e o encolhimento das dimensões das propriedades da



agricultura familiar.

Cultrera (2008) ressalta o envolvimento familiar na manutenção do quintal, com dedicação diferenciada entre os membros da família. As plantas são cultivadas nesta área tanto pelos homens quanto pelas mulheres, havendo uma dedicação diferente de acordo com o tipo da planta. Geralmente as mulheres se dedicam às ornamentais, medicinais, protetoras/religiosas e algumas alimentares. Homens se dedicam mais às plantas alimentares que também são cultivadas na roça, como mandioca, batata doce e banana. Frutíferas e hortaliças parecem ter a dedicação de ambos. É comum a criação de animais domésticos, principalmente aves, que fornecem carne e ovos para subsistência e em alguns casos para a venda.

Na pesquisa de campo, confirmou-se o que a literatura tem revelado sobre o lugar, as relações de proximidade e afetividade dos indivíduos se entrelaçam, sobretudo as do cotidiano. É onde as pessoas constroem referências afetivas e o sentimento de pertencimento com aquele lugar. Nos relatos dos pesquisados, observou-se a satisfação pelo que fazem, é visível os produtores quando instigados sobre o lugar que residem sempre tem uma resposta direta como: “onde nasceram nossos filhos, os educamos, cresceram... foram estudar fora, hoje estão formados... voltaram para casa depois de se formarem...”. Já para outros, o lugar lembra os antepassados: “foi herança, queremos manter a tradição deles, continuar aqui e esperar que os filhos também continuem”.

Esta narrativa, além de mostrar o vínculo que a família tem com o lugar, nos remete a reflexão sobre a vontade que o pesquisado externa, talvez sem perceber, em assegurar um sucessor para a propriedade. Costa (2006) analisando a sucessão hereditária em Morro Redondo, diagnosticou que o tema era considerado um assunto interno, com restrições a divisão de critérios de decisão com estranhos. Além disso, a escassez de terra e a crescente redução dos filhos por núcleo familiar, surgiam como limitadores do modelo de produção agrícola.

O tema sucessão, além de ser gerador de conflitos, remete a pensar na morte dos provedores da família. Neste sentido, considerando a pandemia associada aos relatos de perdas de familiares, decidiu-se nesta pesquisa, respeitar o luto das famílias e não perguntar aos pesquisados sobre sucessão hereditária.

Ainda sobre as reflexões dos pesquisados sobre o lugar, obtivemos a resposta “viver no campo sempre foi e sempre será o melhor lugar de viver”. Com a implantação dos



quintais os participantes da pesquisa identificam melhorias na propriedade, em especial no quesito da qualidade de vida, saúde e bem-estar relacionadas a atividade de cultivo em seus quintais. Ainda percebem que o cultivo proporciona uma maior variedade de alimentos para o consumo cotidiano. Desta forma, todos os participantes da pesquisa pretendem dar continuidade a produção em seus quintais, alguns ainda pretendem aumentar alguma variedade de frutífera para produção em escala comercial. Um entrevistado aumentou a produção de pessegueiros na propriedade e já faz a comercialização dos produtos.

### AUTOCONSUMO

Sugerindo aos pesquisados refletirem sobre o que representam os quintais para as famílias e quais os motivos que os levou a participação no projeto, algumas respostas, dentre outros aspectos, apresentaram o resgate da autonomia alimentar: plantar, cuidar e colher sem precisar ir ao comércio comprar o necessário. Poder consumir alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e que o excedente (quando tiver) pode ser beneficiado de diversas formas, assim, não só fazer uso dos produtos na época da colheita, mas sim em todas épocas do ano.

A produção para autoconsumo na unidade produtiva familiar apresenta-se como um mecanismo de sobrevivência dos agricultores, podendo gerar excedentes que ao interagir com o mercado fortalecem a base de recursos e diminuem a dependência do meio externo. As experiências pautadas com foco na segurança alimentar, juntamente com o escoamento dos produtos agrícolas através de circuitos curtos e descentralizados, configuram-se como uma estratégia para fortalecer a agricultura familiar, e camponesa diante do contexto do mundo globalizado (Carmo, 2018).

Produzir o alimento para o autoconsumo desprende-se em alguma medida da lógica capitalista em que o alimento passa a ser mercadoria. Outro fato importante a ser analisado é a necessidade de deslocamento. Em localidades mais afastadas dos centros urbanos, onde o comércio tende a estabelecer-se na cidade ou próximo delas, dificulta aos moradores mais afastados terem acesso fácil aos produtos, em especial os perecíveis como: frutos, verduras, legumes. No caso de Morro Redondo, nota-se que nas propriedades pesquisadas, os agricultores buscam nessa produção ter o suporte necessário dessas frutas em casa. Assim, não necessitando o deslocamento para a cidade ou a algum comércio próximo que possa ter os produtos, ou ainda esperar o feirante que passa com produtos



que procedem de centrais de abastecimento. A Propriedade Figueira, das pesquisadas, é a mais próxima da cidade. Quem precisa se deslocar, percorre em torno de 2 quilômetros para ir à cidade. Já a Propriedade Uvaieira, a mais longe, o deslocamento calculado é de 12 quilômetros até a cidade.

## INTERESSE DOS PESQUISADOS NA PARTICIPAÇÃO DO PROJETO

Abaixo transcrevemos alguns relatos dos entrevistados sobre o interesse deles em participar do projeto Quintais Orgânicos de Frutas.

“O interesse pelo projeto se deu por ser de forma gratuita e dessa forma conseguir produzir diversas variedades de frutas sem precisar comprar as mudas e os insumos necessários para implantação, pois não tinha nada na propriedade antes”. (Pessegueiro)

“O interesse se deu por ver os quintais em outras propriedades e conhecer pela Embrapa onde fiz estágio”. (Cerejeira)

“O interesse em participar do projeto quintais que foi implantado no ano de 2018 aconteceu pela possibilidade de produzir alimentos mais saudáveis e num futuro próximo complementar renda”. (Figueira)

“Nos interessamos, pois além de termos o sonho de sermos autossuficiente em alimentação a possibilidade de agregar renda a família, além de trabalharmos com a fitoterapia e aromaterapia, além de ter na fruta uma possibilidade de renda as folhas também nos servem de matéria prima para produção de produtos”. (Romãzeira)

“O interesse em participar do projeto se deu pela oportunidade de ter mais frutíferas na propriedade, não pensando só na família, mas também nos vizinhos e amigos, pois são muitos os beneficiados, mais de 20”. (Uvaieira)

“Uma das coisas que mais me interessou pelo quintal foi a diversidade de frutas nativas que fazem parte do projeto, não pensei em comércio, mas principalmente na natureza, nos animais”. (Videira)

Percebe-se que o interesse pelos quintais nas propriedades passa pela autossuficiência em produzir frutas diversas e saudáveis e na complementação de renda. Outro ponto relevante é o enquadramento do projeto como de finalidade social, sem ônus ao agricultor.

## ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS QUANTO AOS QUINTAIS

Optou-se como questão final, solicitar aos participantes do projeto que identificassem aspectos positivos e negativos, de uma maneira geral, sobre o projeto.

Entre os aspectos positivos, uma das respostas foi “viver no campo sempre foi e sempre será o melhor lugar de viver”. Com a implantação dos quintais, os participantes da pesquisa identificam melhorias na propriedade, em especial no quesito da qualidade de vida, saúde e bem-estar relacionadas a atividade de cultivo em seus quintais. Ainda percebem que o cultivo em seus quintais proporciona uma maior variedade de alimentos para o consumo cotidiano. Desta forma, todos os participantes da pesquisa pretendem dar continuidade a produção em seus quintais, alguns ainda pretendem aumentar alguma variedade de frutífera para produção em escala comercial e um agricultor aumentou a produção de pessegueiros na propriedade e já faz a comercialização dos produtos.

Quanto aos aspectos negativos destaca-se: a dependência do clima, e por falta de recursos, a dificuldade em adquirir um sistema de irrigação artificial de qualidade. Além disso, a perda de parte do quintal implantado, a dificuldade de manuseio devido à carência de técnicas e produtos necessários para manutenção de forma orgânica.

Salientamos que o desafio da agricultura familiar se encontra muitas vezes na distância geográfica deste público para comercialização da produção. Deste modo, surge a necessidade de reflexão do Projeto Quintais Orgânicos de Frutas acerca da qualidade de vida dos agricultores familiares, no que tange a oferta de produtos de forma regular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu apresentar a experiência vivida por agricultores familiares do Município de Morro Redondo-RS, participantes do “Projeto Quintais Orgânicos de Frutas”.

A produção de alimentos para o autoconsumo é uma prática clássica de reprodução social da agricultura familiar. Além de abastecer a família, garantindo a segurança dos alimentos, pode ser visualizada como fonte de renda, pois os alimentos produzidos deixam de ser comprados de terceiros. Com o processo de desenvolvimento tecnológico e a chamada “modernização da agricultura”, várias transformações podem ser verificadas no interior do Município objeto do presente estudo. A adoção dos novos modelos produtivos, centrados na prática de monocultura, mecanização de lavouras e aquisição de insumos



externos (muitos dos quais importados), provocam, muitas vezes, o abandono do quintal, da horta e até das lavouras, antes destinadas ao autoconsumo. A consequência imediata é a criação da dependência, destas famílias, da compra de produtos básicos no comércio local ou em municípios do entorno.

Além de produzir diversidade de alimentos como frutas, hortaliças, flores, plantas medicinais, o quintal também é o espaço das atividades de lazer das famílias, espaços de confraternização com amigos, vizinhos e de acolhimento de visitantes. É ainda, o espaço dedicado aos animais domésticos e das pequenas criações, podendo ser considerado uma extensão da própria casa. O Projeto Quintais Orgânicos de Frutas representa um resgate dessa tradição, construída há séculos e que, com o passar do tempo, foi se descaracterizando por diversos motivos, como: o êxodo rural, a falta de incentivo à permanência dos jovens no campo, e o consequente envelhecimento da população remanescente, e o encolhimento das dimensões das propriedades da agricultura familiar.

Todas as propriedades pesquisadas em diferentes localidades do município de Morro Redondo-RS, demonstraram a preocupação e o comprometimento na produção orgânica. Além disso, foi possível notar que o prazer e o gosto de produzir em casa faz parte da realidade de todos os pesquisados.

Dentre as motivações das famílias em participar do projeto dos quintais, uma das respostas mais encontradas foi a busca pela autossuficiência na produção de frutas orgânicas da propriedade. Esta produção e o reconhecimento da procedência, associada à distribuição da disponibilidade durante as várias estações do ano, influencia nos resultados da economia familiar, reduz os gastos mensais, além de contribuir com a socialização, dado que permite e facilita as trocas entre vizinhos e o conjunto da sociedade mais próxima. No âmbito interno das famílias, fica nítida a preocupação com os benefícios da produção de alimentos orgânicos nos quintais, à medida em que proporcionam uma dieta mais diversificada e saudável, além da aproximação do indivíduo com a natureza. Em paralelo, os produtores relatam a preocupação com a preservação do meio ambiente, a recuperação de plantas nativas (algumas inclusive ameaçadas de extinção). Outro ponto a ressaltar é o enquadramento do projeto como de finalidade social, sem ônus ao agricultor. Implantar um quintal para a família significa o comprometimento com o bem-estar, incluindo dos amigos, vizinhos e parentes. A manutenção do pomar requer muitos cuidados, disponibilidade, e o acompanhamento permanente das etapas do desenvolvimento da



planta até chegar ao momento do consumo por parte das famílias. É um trabalho que exige dedicação da família, mas proporciona satisfação a quem cultiva.

A produção de frutas, grãos e tubérculos é, prioritariamente, destinada para autoconsumo, não descartando a possibilidade da existência de produtos excedentes, que são encaminhados para o processamento, nas formas de sucos, geleias, frutas desidratadas e cristalizadas. Pequena parte desta produção se destina à comercialização.

Outra questão evidenciada diz respeito às famílias terem algum membro da família vinculado a atividades não agrícolas, ou recebimento de recursos provenientes da previdência social.

Analisando a agricultura familiar ao longo do tempo, percebe-se que os agricultores precisam recorrer a diversas estratégias que possibilitem a sua reprodução social. Foram identificadas algumas delas nesta pesquisa: tendo o número de membros das famílias reduzidos, o trabalho voluntário de amigos e visitantes nas propriedades podem ajudar nas tarefas rotineiras. A proposta de colhe e pague também aparece como uma alternativa para a redução de trabalhadores.

As informações apresentadas neste trabalho não pretendem esgotar o tema, mas podem servir de aporte para futuros estudos e também contribuir para a formulação de estratégias de desenvolvimento local, adequadas às necessidades e realidades dos agricultores e agricultoras familiares de Morro Redondo-RS.

## AGRADECIMENTOS

Aos agricultores que contribuíram para a realização deste trabalho. À EMBRAPA pelo apoio e suporte na condução do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. (org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 264 p. (Coleção Turis)

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 1, p. 11-44, 2003. Disponível em: [https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/AI-SEDE/24557/1/v20n1\\_11.pdf](https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/AI-SEDE/24557/1/v20n1_11.pdf)



BARBOSA, Rômulo Soares. Direitos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil: a previdência social em questão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2005. 26 p.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia\\_no\\_sus.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas\\_integrativas\\_complementares\\_plantas\\_medicinais\\_cab31.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-22, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>

CARMO, Mayara Santiago do. **O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia**. 2018. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Agroecologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/205715006->



O-potencial-dos-quintais-produtivos-numa-comunidade-quilombola-no-territorio-do-reconcavo-da-bahia.html. Acesso em: 12 ago. 2022.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; BAZOTTI, Angelita. População rural, agricultura familiar e transmissão do saber na região sul. **Caderno IPARDES**, v. 2, n. 1, p. 80-94, 2012. Disponível em: [https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/user/setLocale/pt\\_BR?source=%2Fcadernoipardes%2Farticle%2Fview%2F485](https://ipardes.emnuvens.com.br/cadernoipardes/user/setLocale/pt_BR?source=%2Fcadernoipardes%2Farticle%2Fview%2F485)

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo-RS**. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, 2006. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4858>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CULTRERA, Mirella. **Estudo etnobotânico de plantas alimentares cultivadas por moradores da periferia de Santo Antônio de Leverger**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-32954/estudo-etnobotanico-de-plantas-alimentares-cultivadas-por-moradores-da-periferia-de-santo-antonio-de-leverger-mt>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

DOURADO, Guilherme Mazza. Vegetação e quintais da casa brasileira. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 19, p. 83-102, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i19p83-101>

EMBRAPA CLIMA TEMPERADO. **Quintais orgânicos de frutas**. s.d. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/quintais-organicos-de-frutas>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FERNANDES, Rôner de Souza; SILVA, Alessandra Maria da; FALCÃO, Rayane Pagung. A pluriatividade como fator de geração de renda para a agricultura familiar de córrego primavera, rio bananal, Espírito Santo, Brasil. **Extensão Rural**, v.



25, n. 2, p. 52-72, 2018. Disponível: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/3588/1/pluriatividadecomofatordegeracaoderenda-alessandra.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; ROLIM, Maria de Fátima Sobreira; ROSA, Thiago Mendes. **Motivações para o consumo de alimentos orgânicos - Possibilidades do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, 2016. 20 p. Disponível em: [https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia\\_brasilia/2016/Marco/estudo-motivacoes-para-consumo-de-alimentos-organicos.pdf](https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2016/Marco/estudo-motivacoes-para-consumo-de-alimentos-organicos.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE. 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/morro-redondo.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morroredondo/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DIRETORIA DE PESQUISAS. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/morro-redondo.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/morro-redondo/panorama>. Acesso em: 20 out. 2021.



LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020. 44 p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD\\_2538.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776/6891>

OBSERVATÓRIO DA PROBLEMÁTICA DA SECA E DA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL. Informe no 01. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/dcsa/observatorio-do-dcsa/informes/informe-no-01/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plantas medicinais – cartilha**. Campinas, 2018. 52p. Disponível em: [https://saude.campinas.sp.gov.br/assist\\_farmaceutica/Cartilha\\_Plantas\\_Medicinais\\_Campinas.pdf](https://saude.campinas.sp.gov.br/assist_farmaceutica/Cartilha_Plantas_Medicinais_Campinas.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E POLÍTICAS DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. POLÍTICA INTERSETORIAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Cartilha das plantas medicinais da Política Intersectorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Rio Grande do Sul: Projeto APLPMFITO/RS**. Porto Alegre : ESP/SES/RS, 2021. 16 p. il. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/23154715-cartilha-das-pm-da-pipmf-projeto-aplpmfito-rs-2021.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. 392 p. (Coleção Milton Santos)



SPANEVELLO, Rosani Marisa; DOEGE, Ana Maria Nunes; DREBES, Laila Mayara; LAGO, Adriano. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, n. 48, 250-265, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.250-265>

TAVARES, Selma Aparecida; BARBOSA, Maria do Carmo dos Santos; CAMPOS, Carlos Alberto Camargo; LUCENA, Ailton Guilherme de. **Plantas medicinais**. Brasília, DF: EMATER-DF, 2015. 50 p. il. Disponível em: [https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha\\_plantas\\_medicinais\\_menor.pdf](https://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha_plantas_medicinais_menor.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

TEIXEIRA, Andressa Ramos; SOUZA, Marcelino. A valorização da ruralidade a partir do turismo: roteiro turístico caminhos rurais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 231-251, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v5i1.25253>





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

## AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS NO NORDESTE PARAENSE

### COLLECTIVE ACTION AND SUSTAINABLE PRACTICES IN FAMILY FARMING: EXPERIENCES IN NORTHEAST PARAENSE

Ludmila da Rocha Nogueira, Graduada, UFPA, luddmilarn@gmail.com

#### Resumo

Este relato de experiência explora a importância das ações coletivas no Nordeste Paraense para o uso de práticas sustentáveis entre agricultores familiares. O estudo baseia-se em observação de campo e relatos de agricultores visitados durante uma viagem de campo da disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais da UFPA, nos municípios de Irituia, São Domingos do Capim e Tomé-Açu. Destacou-se a importância da organização social para fortalecer a agricultura familiar, facilitar a adoção de práticas sustentáveis como a agricultura orgânica e os sistemas agroflorestais e impulsionar a economia local. Somado a isso, a união dos agricultores permitiu parcerias com instituições de pesquisa, assistência técnica e acesso a políticas públicas, evidenciando que esse processo é crucial para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

#### Palavras-chave

Organização Social; Agricultura Familiar; Práticas Sustentáveis de Produção.

#### Abstract

This experience report explores the importance of collective action in the northeast of Pará for the use of sustainable practices among family farmers. The study is based on field observations and reports from farmers visited during a field trip for the Agroecology and Agroforestry Systems course at UFPA, in the municipalities of Irituia, São Domingos do Capim and Tomé-Açu. It highlighted the importance of social organization in strengthening family farming, facilitating the adoption of sustainable practices such as organic farming and agroforestry systems and boosting the local economy. In addition, the union of farmers has enabled partnerships with research institutions, technical assistance and access to public policies, showing that this process is crucial for the sustainable development of rural areas.

#### Keywords

Social Organization; Family Farming; Sustainable Production Practices.

## INTRODUÇÃO

A região do Nordeste Paraense, uma das áreas mais antigas de colonização no estado do Pará, passou por mudanças significativas no uso da terra e nas práticas agrícolas, isso incluiu a expansão das pastagens e a expansão de maquinário, levando os

agricultores familiares a adotar cultivos sazonais em substituição às tradicionais roças devido à pressão por produção. Como resposta a essas mudanças, os agricultores locais diversificaram seus sistemas de produção, incluindo culturas perenes, criação de pequenos animais e atividades de extração vegetal e pecuária, essa transição gradualmente os levou a adotar práticas sustentáveis com base nos princípios da agroecologia (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017).

A ação coletiva é essencial para impulsionar a transição para práticas sustentáveis de produção, pois agrega valor aos produtos e capacita os agricultores a organizarem-se em projetos que respeitem seus interesses e valores compartilhados. Essa abordagem não apenas ajuda a enfrentar a marginalização econômica, mas também, promove o reconhecimento social e fortalece a resistência à homogeneização produtiva, proporcionando o desenvolvimento equitativo e sustentável para as comunidades rurais. (COSTABEBER; MOYANO, 2000). Por esse motivo, o trabalho tem como objetivo explorar a importância das ações coletivas no Nordeste Paraense para incentivar o uso de práticas sustentáveis entre agricultores familiares e impulsionar o desenvolvimento rural local.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado a partir de relatos de experiências de agricultores visitados durante uma viagem de campo referente à disciplina de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares (PPGAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), realizada em três municípios do Nordeste Paraense: Irituia, São Domingos do Capim e Tomé-Açu e que envolveram oito produtores, predominantemente, agricultores familiares em transição agroecológica.

Durante a viagem de campo, foram visitados agricultores pertencentes a quatro organizações sociais, são elas: a Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar no Município de Tomé-Açu (APRAFAMTA); a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA); a Cooperativa Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e a Cooperativa D'Irituia.

A pesquisa foi conduzida por meio de conversas informais com os agricultores e observação direta durante as visitas de campo, o que permitiu estabelecer uma conexão entre as iniciativas coletivas e a adoção de práticas sustentáveis de produção, visto que,



todos os agricultores visitados estão engajados em alguma forma de organização coletiva e também implementam práticas de manejo sustentável em suas áreas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Associações e cooperativas são iniciativas coletivas essenciais para a agricultura familiar, ajudando a atender necessidades de produção, superar limitações de recursos e alcançar objetivos comuns, são alternativas viáveis para conquistar mercados, aumentar a renda e garantir a permanência dos agricultores em suas atividades rurais (KUCHAK, 2019).

Durante uma viagem, foram visitadas duas associações, onde alguns associados compartilharam suas experiências com o uso de práticas mais sustentáveis de produção. A primeira associação visitada foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA) em São Domingos do Capim. Uma das fundadoras da APEPA, dona de um dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) mais destacados do município, relatou que a partir dos anos 2000, a comunidade reconheceu a importância de se unir a outros agricultores para fortalecer a organização social, adquirir conhecimentos sobre práticas agrícolas mais eficazes e oferecer cursos de capacitação.

Esta união permitiu enfrentar e superar desafios, possibilitando a interação com pesquisadores e o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições, que expandiram os canais de comercialização, aproximaram o conhecimento científico dos agricultores e facilitaram a implantação de práticas sustentáveis, como SAFs e agricultura orgânica entre os associados.

A segunda associação visitada foi a Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar no Município de Tomé-Açu (APRAFAMTA), localizada em Santa Luzia, Tomé-Açu. Criada em 2005 para solucionar dificuldades enfrentadas pelos agricultores locais, como a agregação de valor dos produtos e a inserção no mercado, a APRAFAMTA estabeleceu parcerias com instituições públicas e privadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e BERACA. Essas parcerias possibilitaram a realização de cursos de capacitação em práticas sustentáveis, como a agricultura orgânica, o corte e trituração, prática que evita a queima da vegetação para abertura de novas áreas, e os SAFs.

Além disso, com a criação da associação foi possível acessar políticas públicas,



como o programa Pará Rural, que financiou a construção da fábrica de beneficiamento de polpas da comunidade, que agregou valor aos produtos produzidos nos SAFs. E também possibilitou a venda dos produtos para programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A primeira cooperativa visitada foi a Cooperativa Mista Agrícola de Tomé-Açu (CAMTA), fundada por imigrantes japoneses em 1949. A CAMTA tornou-se um destaque na produção e comercialização agrícola, oferecendo serviços desde a produção de mudas até assistência técnica e processamento da produção. Parcerias com instituições de pesquisa como a Embrapa e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), além de práticas orgânicas, contribuíram para a promoção social e melhoria das condições de vida dos agricultores cooperados.

A partir da CAMTA surgiram os Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu (SAFTA), reconhecidos internacionalmente por promoverem a sustentabilidade ecológica e a diversificação de culturas, uma alternativa frente a crise da fusariose, doença que dizimou os pimentais da região, que era a principal fonte de renda dos agricultores do município. Com os SAFs, a diversidade dos produtos expandiu e os sócios passaram a produzir diferentes tipos de produtos que são vendidos diretamente para a cooperativa, mantendo um canal de comercialização seguro entre os cooperados e assistência técnica para o manejo dos SAFs.

A última cooperativa visitada foi a Cooperativa D'Irituia, no município de Irituia. Inicialmente, a prática agrícola predominante era o método de derruba e queima, seguido pelo cultivo de mandioca. No entanto, devido ao empobrecimento do solo, foi necessário adotar modelos de produção mais diversificados, como os SAFs. Fundada em 2011, a cooperativa ajudou agricultores a expandirem suas atividades com o apoio de políticas estaduais e municipais. Atualmente, a maioria dos cooperados adota práticas de produção orgânica, e a cooperativa possui parcerias para beneficiar o caroço de tucumã, resultado de uma colaboração com a empresa Natura, essas parcerias também contribuíram para aprimorar métodos de produção e canais de comercialização.

Essas ações sociais coletivas são estratégias essenciais para fortalecer a agricultura familiar, promovendo a união, a autonomia econômica dos agricultores e a adoção de práticas produtivas sustentáveis. Elas facilitam o acesso ao mercado, fortalecem o poder econômico e político dos agricultores, permitindo-lhes mediar relações comerciais e



institucionais, além de ampliar suas oportunidades no campo (SANGALLI *et al.*, 2015).

## CONCLUSÃO

A análise das associações e cooperativas visitadas destaca a importância dessas iniciativas para fortalecer a agricultura familiar. Associações como a APEPA e a APRAFAMTA, e cooperativas como a CAMTA e a Cooperativa D'Irituia, mostram que a organização social e a colaboração são essenciais para superar desafios. Essas entidades não apenas fornecem suporte técnico e acesso a recursos, mas também, facilitam parcerias com instituições de pesquisa, empresas e órgãos públicos, promovendo a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, fundamentais para a transição agroecológica, além de fornecerem canais de comercialização, agregando valor aos produtos e garantindo renda aos agricultores.

Por esse motivo, é crucial que as formas de organização social no campo, como associações e cooperativas, sejam incentivadas através de programas governamentais, especialmente, para alcançar agricultores familiares e comunidades tradicionais, que são as mais vulneráveis e frequentemente invisibilizadas no meio rural, afim de garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica dessas famílias.

## REFERÊNCIAS

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. *In*: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. p. 19-58.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.

KUCHAK, M. L. *et al.* O associativismo como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Tópicos em Ciências Agrárias**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 27-40, dez./2019.



SANGALLI, Adriana Rita *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.





# Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

---

## RESUMOS DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS, UFPA

---

ENTRE RETIROS E ROÇAS QUILOMBOLAS: A AGROBIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE, NA AMAZÔNIA TOCANTINA (PARÁ).

HILTON LUCAS GONÇALVES DURÃO

As comunidades quilombolas desenvolvem atividades produtivas que são cruciais para a garantia dos modos de vida, da soberania alimentar e fortalecimento da identidade cultural. Dessa maneira, o presente trabalho investiga como se configura a agrobiodiversidade nos sistemas agrícolas da comunidade quilombola de Porto Alegre, município de Cametá, Pará, compreendendo sua correlação com os saberes locais mais expressivos e seu papel nas estratégias econômicas. Metodologicamente, a pesquisa contou com o método da observação participante que esteve diretamente relacionado ao pertencimento do autor com referida comunidade. Em seguida foram aplicadas vinte e cinco entrevistas semiestruturadas durante o segundo semestre de 2021, junto aos agricultores quilombolas, os quais foram selecionados a partir da técnica snowball, com isso, as perguntas versavam sobre aspectos socioeconômicos, produtivos e culturais da comunidade. Os dados obtidos foram analisados mediante a interpretação das entrevistas, das anotações, gravações, fotografias e percepções em campo, e as informações foram sistematizadas e organizadas por meio do programa Microsoft Office Excel® (2010). Como resultado da investigação foi possível constatar que a configuração da agrobiobiodiversidade dos sistemas produtivos está fortemente atrelada aos aspectos socioculturais e às estratégias econômicas e alimentares. Dentre os espaços produtivos mais significativos destacam-se as roças de derruba e queima que contam com 27 etnovarietades de mandioca, os quintais agroflorestais que possuem mais de 60 espécies vegetais manejadas, e os espaços denominados de retiros, no qual identificou-se a expressividade dos cultivos de açaí e pimenta-do-reino. Desse modo, pode-se concluir que as práticas produtivas tradicionais estão diretamente relacionadas à cultura quilombola local, que são desenvolvidas em função da agrobiodiversidade, expressas pelo cotidiano que promove relações de reciprocidade e diferentes lógicas familiares. Tornando-se evidente a emergência de ações que promovam o fortalecimento

e proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos detidos pelos agricultores quilombolas de Porto Alegre.

**Palavras-Chaves:** Práticas Tradicionais. Mandioca. Quilombo. Saberes Locais.

**Nome do orientador:**

Dra. Angela May Steward

**Data da Defesa:** 30/01/2023

---

**“EU NÃO ME BAIXO, EU NÃO ENTREGO OS PONTOS, EU SAIO, EU VOU À LUTA”:** PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE MULHERES RURAIS DA COOPERATIVA D’IRITUIA, PARÁ

EDUARDO JUSTINO SANTANA

Na sociedade em que vivemos, as mulheres estão sob opressão regulamentada e normalizada pelas relações de poder que a construção de gênero possibilita. O trabalho das mulheres rurais também, vêm sendo invisibilizado quando comparado ao trabalho dos homens, as mulheres do campo têm os quintais como um dos principais agroecossistemas de produção. Local onde elas são as principais protagonistas da implantação ao manejo, esses agroecossistemas são importantes tanto para a renda quanto para a segurança alimentar das famílias – no entanto, assim como o trabalho das mulheres, são espaços inviabilizados. Trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos que constroem a agroecologia têm proporcionado mudanças nesse pensar sobre os quintais e o trabalho das mulheres. Assim como as mulheres vêm se organizando em coletivos (cooperativismo) para reforçar e fazer o seu trabalho ser valorizado. Criando assim, espaços de emancipação. Com base nessas informações, objetivou-se com este trabalho compreender como as mulheres agricultoras da cooperativa D’Irituia criam ferramentas de emancipação a partir dos quintais agroflorestais e do cooperativismo. Partimos de um estudo de caso, estruturado a partir de observações diretas, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental para buscarmos responder o objetivo proposto. Trabalhamos com doze (12) mulheres que são cooperadas da cooperativa D’Irituia, localizada em Irituia, Pará, Amazônia. No primeiro artigo intitulado: “Depois que faz parte da cooperativa, você não para mais de estudar”: um olhar sobre as mulheres da cooperativa D’Irituia, apresentamos as mulheres da cooperativa e suas relações políticas e comerciais na cooperativa; conhecemos a idade e escolaridade das mulheres; fonte de renda; situação fundiária, acesso a crédito e assistência técnica. Concluímos que os quintais, assim como o cooperativismo são importantes para a geração de renda para as mulheres e, em Irituia, os quintais são tidos como importantes



agroecossistemas e as mulheres trabalham nos quintais juntamente com os familiares. No segundo artigo, trabalhamos com o título: “Eu não me baixo, eu não entrego os pontos, eu saio, eu vou à luta”: emancipação das mulheres da cooperativa D’Irituia. Observamos que os quintais são espaços importantes de formação política para as mulheres, os quintais também, colabara para a formação da cooperativa. Essa insere as mulheres nos movimentos sociais nacionais. Dessa forma, tanto os quintais, a cooperativa e os movimentos sociais são espaços importantes para a emancipação das mulheres, por mais que exista muitas contradições nesse processo. Há constantes imposições do mercado capitalista, que impõe as relações de cooperativismo de mercado.

**Palavras-Chaves:** Mulheres. Quintais agroflorestais. Cooperativismo. Emancipação. Agroecologia.

**Nome do orientador:**

Dr. Heribert Schmitz

**Data da Defesa:** 27/02/2023

## A EXPANSÃO ESPACIAL DOS AÇAIZAIS NATIVOS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

OMAR MACHADO DE VASCONCELOS

O fruto de açaí, é hoje, um dos alimentos mais procurados no mercado de produtos de natureza vegetal produzido em áreas de várzeas no estuário amazônico, essa demanda por uma produção cada vez maior, tem promovido a expansão espacial dos açaizais nas regiões de várzea que o produz, com destaque para o Baixo Tocantins - PA, justamente por ser este, atualmente, o maior produtor nacional deste fruto. Neste cenário, foi feito o recorte espacial do município de Limoeiro do Ajuru, cujos batedores de açaí da zona urbana, dez no total, participaram da fase inicial da pesquisa, Artigo I, na qual foram realizadas entrevistas não diretivas para a coleta de informações sobre as suas realidades de trabalho bem como sobre a origem da sua matéria prima, objetivando identificar as principais áreas não alagáveis produtoras de açaí deste município. Em um segundo momento da pesquisa, Artigo II, foram abordados os efeitos da dinâmica expansionista do açaí de várzea sobre as práticas de cultivo mediante o tipo de área utilizada, bem como o seu processo histórico, com o objetivo de compreender melhor o ocorrido nos últimos vinte anos de atividades com o açaí de várzea, para isso, foram mobilizados como métodos de pesquisa 40 questionários e 08 entrevistas históricas com produtores ribeirinhos, além de entre-



vistas com entidades públicas locais como EMATER, INCRA, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores, realizando-se ao final, uma tipologia das práticas de cultivos e análise de produção de fruto. No terceiro e último momento da pesquisa, Artigo III, foi analisado o processo de expansão espacial propriamente dito, tentando responder: como, quando e por que ocorre, e também, como se dá os efeitos dessa expansão sobre o sistema de produção ribeirinho, para isso, foram usados como métodos de pesquisa 40 questionários aplicados a agricultores familiares ribeirinhos, 08 entrevistas históricas e visitas específicas a lotes para acompanhamento das atividades desenvolvidas nos açais. Ao final, concluiu-se que, no Artigo I, foi possível identificar algumas das principais áreas produtoras de açaí do município, suas localizações e condições físicas, alagáveis e não alagáveis, bem como sua importância no que diz respeito ao fornecimento de frutos para o comércio local, e ainda, enfatizou a importância da atividade de bater de açaí como trabalho essencialmente familiar. No Artigo II, foram identificadas três tipologias de manejos, sendo elas, o Manejo Consuetudinário, o Manejo Tecnológico e o Manejo Híbrido, bem como as suas variações de produção e de práticas de acordo com o tipo de áreas de cultivo, alagáveis e não alagáveis, ressaltando, a importância da produção das áreas não alagáveis em períodos específicos da entressafra. No Artigo III, foi possível identificar que o processo de expansão espacial dos açais de várzea ocorre, inicialmente, nos menores lotes, entre 15 ha e 20 ha, de lotes marginais a grandes rios para lotes marginais a pequenos rios ou igarapés, gerando alterações no sistema de produção ribeirinho cujo mesmo tem demonstrado um desequilíbrio na produção vegetal entre as cultura que normalmente sempre foram produzidas (milho, arroz, cacau e açaí); no que diz respeito à produção animal, houve um aumento significativo da maioria das espécies que compõem este sistema de produção (peixe, pato e frango), significando, dessa forma, uma inversão entre a produção vegetal e a produção animal do sistema de produção como um todo.

**Palavras-Chaves:** Várzea. Áreas alagáveis e não alagáveis. Ribeirinho. Práticas. Sistema de produção.

**Nome do orientador:**

Dra. Livia de Freitas Navegantes

**Data da Defesa:** 04/05/2023

